

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Mestrado de Ciência Política

A Nação e seu labirinto:
A “dependência” e o desencontro entre a democracia e a Nação

Pedro Henrique de Souza Otoni

Belo Horizonte
2011

Pedro Henrique de Souza Otoni

A Nação e seu labirinto:

A “dependência” e o desencontro entre a democracia e a Nação

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Ciência Política da Universidade
Federal de Minas Gerais como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Juarez Rocha
Guimarães

Belo Horizonte
2011

PEDRO HENRIQUE DE SOUZA OTONI

A Nação e seu labirinto:
A “dependência” e o desencontro entre a democracia e a Nação

Dissertação de mestrado apresentada e aprovada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais visando à obtenção do título de mestre em Ciência Política

Belo Horizonte, 04, de agosto de 2011

BANCA EXAMINADORA

EDUARDO DA MOTA E ALBUQUERQUE
PROFESSOR DOUTOR FACE - UFMG

ANTÔNIO MITRE
PROFESSOR DOUTOR DCP-UFMG

JUAREZ GUIMARÃES ROCHA
PROFESSOR DOUTOR DCP-UFMG

**Para Renata,
Sarah e a militância das
Brigadas Populares.**

AGRADECIMENTO

Esta dissertação não seria possível sem a orientação generosa do Professor Doutor Juarez Guimarães Rocha, a quem devo as melhores idéias e principais acertos deste trabalho. As lacunas e imprecisões presentes nesta pesquisa são produtos da minha fragilidade em compreender a valorosa contribuição de suas observações. Sou grato pelo empenho, atenção e inteligência deste orientador-companheiro.

Agradeço a contribuição dos professores e professoras, funcionários e funcionárias do Departamento de Ciência Política da UFMG. Agradecimento aos colegas do CERBRAS (Ana Paola, André, Francisco, Jaqueline, Marcelo, Ronaldo) pelo diálogo e interesse por esta pesquisa.

Sou grato pelos debates intermináveis com Jorge Roque, Sérgio Rocha e Flávio Badaró, que, com camaradagem, polemizaram e auxiliaram na consolidação desta pesquisa. Agradeço o auxílio na revisão do Professor Virgílio de Mattos e na Professora Laila Vieira de Oliveira, que com presteza e solidariedade atenderam minha solicitação.

Agradeço meus entes: o visionário Senhor Walter e a realista Dona Sônia, a querida Sarah, o atencioso Lucas e o generoso Hugo por se preocuparem com este ausente.

RESUMO

Esta dissertação versa sobre a relação entre as “Teorias da Dependência” e a questão nacional. O objetivo principal é identificar a trajetória de formação e o lugar das análises da dependência no pensamento político brasileiro. A pesquisa apresenta um levantamento bibliográfico do conceito de dependência em três gerações de estudos sobre o imperialismo, com enfoque no pensamento marxista. Busca contextualizar o surgimento das “Teorias da dependência” e seu desencontro com as questões nacional, democrática e do desenvolvimento. Oferece uma nova leitura da polêmica entre formulações da dependência de Rui Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, ao evidenciar a dimensão normativa e influências teóricas de suas interpretações. Conclui que o fator determinante do surgimento da chamada “Escola da Dependência”, não é propriamente a “originalidade” das formulações, mas a polêmica com o pensamento nacional-desenvolvimentista.

Palavras chaves: Teorias da dependência, Nação, Democracia, Desenvolvimento.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the relationship between "dependency theory" and the national question. The main objective is to identify the training course and the place of the analysis of dependence in the Brazilian political thought. The research presents a literature review of the concept of dependence in three generations of studies of imperialism, focusing on Marxist thought. Search contextualize the emergence of "dependency theory" and its mismatch with the national issues, democracy and development. It offers a new reading of the controversy between formulations dependence Ruy Mauro Marini and Fernando Henrique Cardoso, to highlight the normative dimension of his theoretical influences of its interpretations. It concludes that the determinant of the emergence of so-called "Dependency School" is not exactly the "originality" of the formulations, but the controversy with thought national development.

Keywords: Dependency theories, Nation, Democracy, Development.

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – A GÊNESE DAS “TEORIAS DA DEPENDÊNCIA” O “mito fundador”: origem perdida da dependência	13
CAPÍTULO 2 – GERAÇÕES DE ESTUDOS SOBRE O IMPERIALISMO: A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE DEPENDÊNCIA	17
2.1. Gerações de uma trajetória	17
2.2. Primeira Geração de Estudos Sobre o Imperialismo: O Capitalismo Monopolista	18
2.2.1. John Hobson: A alvorada do imperialismo	19
2.2.2. Hilferding: Imperialismo e o capital financeiro	21
2.2.3. Rosa Luxemburgo: Acumulação de capital e imperialismo	26
2.2.4. Lênin e a fase superior do capitalismo	31
2.2.5. Antiimperialismo na América Latina: Mariátegui, Haya de la Torre e Mella	36
2.3. Segunda geração de estudos do imperialismo: Marxismo e a teoria do subdesenvolvimento	42
2.3.1. O desenvolvimento como problema	42
2.3.2. Kalecki: Os fatores do desenvolvimento econômico	44
2.3.3. Baran: A disputa pelo excedente econômico	48
2.3.4. Sweezy: Sistema-mundo e a dialética do desenvolvimento	63
2.3.5. Caio Prado Júnior: Capitalismo, subdesenvolvimento e revolução processual.	66
2.3.6. Sérgio Bagú: A índole da colonização	80
2.4. Terceira Geração de Estudo do Imperialismo: A dependência ou “o externo não é exterior”	82
2.4.1. “O externo não é exterior”	82
2.4.2. Sentido da formação social latino-americana	84
2.4.3. A crítica a nacional-desenvolvimentismo e ao “populismo”	88
2.4.4. O problema da classe e da nação	91
2.4.5. Influências e referências teóricas: ecletismo e rotas alternativas	96
CAPÍTULO 3 – A PROBLEMÁTICA DA DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO	103
3.1. O espectro e suas cores: em busca do lugar das “Teorias da Dependência”	103
3.2. O lugar das “Teorias da Dependência” no pensamento político brasileiro	106
3.2.1. Precedentes: Teorias do Desenvolvimento e do Subdesenvolvimento	106
3.2.2. O momento de transição das idéias de construção nacional e a formação das análises “dependentistas”	116
3.3. Conceitos básicos às interpretações das “Teorias da Dependência”: Cardoso e Marini como exemplos	123
3.3.1. A propósito do conceito de dependência	124
3.3.2. Estado, Nação, Desenvolvimento e Democracia nas Análises da Dependência	131
CAPÍTULO 4 – A NAÇÃO E SEU LABIRINTO	138
4.1. Análises da dependência e a encruzilhada do Pensamento Político Brasileiro	138
4.2. O lugar da Nação nas “Teorias da Dependência”: notícias de um desencontro	145
CONCLUSÕES	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

INTRODUÇÃO

As análises sobre a dependência apresentam-se como um dos mais importantes capítulos da inteligência brasileira. O debate vigoroso sobre o sentido do desenvolvimento, da democracia e da Nação, nos anos 60 e 70, gerou um profundo impacto, tanto na intelectualidade, quanto na dinâmica da política nacional. Constituídas em um período de transição da sociedade brasileira, as formulações “dependentistas” avançaram ante a crise do pensamento nacional-desenvolvimentista e, se posicionaram como o principal pólo crítico às concepções da Cepal e do PCB, até então predominantes nos setores democráticos e nacionalistas da vida pública e acadêmica, anterior ao golpe militar de 64.

O pensamento político no país esteve até os anos sessenta, majoritariamente, ocupado com a interpretação da formação social, econômica, política e “identitária”. Esforço intelectual que propiciou o surgimento de uma cultura política atenta às questões da soberania, do desenvolvimento e da identidade do povo brasileiro. No entanto, a evolução e consumação destas tradições republicanas foram suspensas violentamente pelo regime ditatorial e, postas na ilegalidade junto com as possibilidades reformadoras em gestação.

Diante da mordaza e do extermínio empreendido pelos generais, a questão democrática torna-se uma reivindicação de primeira ordem. Transforma-se no estandarte unificador das forças progressistas do país, rumo à abertura do regime. Neste contexto, surgem as “Teorias da dependência”, apresentando novas abordagens sobre os problemas nacionais, privilegiando a questão democrática e atraindo uma geração de intelectuais e militantes, órfãos de espaços de manifestação intelectual e política.

Contudo, as análises “dependentistas” tomam a democracia em descompasso com a questão nacional. A problemática democrática, nestas análises, não é incorporada, plenamente, ao catálogo dos temas do pensamento político brasileiro. Na “versão marxista” das “Teorias da Dependência”, a democracia é apresentada como produto da superação da dependência e do capitalismo, por via da revolução socialista. Já a “versão weberiana” entende que a democracia é compatível com o desenvolvimento dependente e associado. Segundo Cardoso, representante ilustre desta versão, a reivindicação por um regime que respeite às garantias e liberdades individuais, mediadas por uma ordem de mercado, seria a rota “possível e/ou provável” para a abertura democrática brasileira. A história haveria de comprovar que seria esta a “razão vitoriosa”.

As “Teorias da dependência” não buscaram construir a convergência entre a edificação de um ideário de democracia econômica e política e, a afirmação de um projeto de desenvolvimento nacional e soberano. O desencontro entre a questão nacional e a questão democrática terá forte implicação no padrão político brasileiro, iniciado na década de 70 e, ainda vigente. Influenciará a formação e orientação programática dos partidos hoje constituídos, a forma de interação entre Estado, mercado e sociedade civil e, sobretudo, o sentido do desenvolvimento do país após a redemocratização.

A dissertação em tela pretende analisar, a partir da Ciência Política, a centralidade do debate sobre a dependência para a cultura política brasileira. Procura romper com a omissão de boa parte das produções acadêmicas. Silêncio que veio a colaborar para a relativa “marginalização” do tema nos últimos 30 anos. A falta de imaginação e atenção da intelectualidade sobre a dependência, não reduz sua relevância e capacidade de instruir o entendimento dos desafios fundamentais do tempo presente. Nos últimos dez anos, o desenvolvimento nos países periféricos vem assumindo posição de destaque na geopolítica mundial. A forte participação chinesa no cenário internacional, a formação dos BRICS¹ e a constituição e fortalecimento das políticas de integração regional (Mercosul e UNASUL), são exemplos da importância da problemática do desenvolvimento e da dependência na atualidade. Estarão os países da periferia industrializada, superando definitivamente os grilhões que os atam aos países centrais? Poderão constituir modelos de democracia e desenvolvimento alternativos ao padrão capitalista ocidental? São questões em aberto e profundamente imbricadas ao objeto proposto neste trabalho.

A literatura sobre as “Teorias da dependência” no âmbito da Ciência Política é rara, incompleta e insuficiente. A afirmação não é gratuita. A maior parte da produção científica sobre o tema está restrita às Ciências Econômicas e suas contribuições são igualmente limitadas. Com exceção da obra *América Latina e os desafios da globalização* (2009), coletânea de artigos sob a coordenação de Emir Sader e Theotônio dos Santos e, os colóquios organizados pela Sociedade de Economia Política Latino-Americana – SEPLA, pouco conhecimento novo, acerca da dependência, tem sido produzido atualmente. Deste modo, a presente dissertação procura reconduzir a problemática do desenvolvimento e da dependência ao repertório de estudos da teoria política brasileira.

Três principais contribuições são apresentadas em *A Nação e seu labirinto*.

¹ Bloco formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que vem construindo uma política coordenada no cenário internacional, nos campos do comércio internacional, políticas de cooperação tecnológica, cooperação militar, entre outros temas.

A primeira procura situar as “Teorias da dependência” dentro dos estudos sobre o imperialismo. Este procedimento permitiu romper com a noção, equivocada, que toma o conceito de dependência e, a implicações teóricas dele derivadas, como termo instituído pelas análises “dependentistas”. A análise da *démarche* das interpretações sobre o imperialismo, até então, não explorada devidamente, permitiu verificar a presença do conceito de dependência na inteligência marxista do século XX. A dissertação oferece uma sistematização que percorre esse pensamento, estabelecendo uma abordagem que organiza estas produções em três gerações de estudos. A primeira geração é formada pelas obras de Hobson, Hilferding, Rosa Luxemburgo, Lênin, Mariatégui, Haya de La Torre e Mella. A segunda tem, inventariada os estudos de Kalecki, Baran, Sweezy, Prado Jr. e Bagú. Uma terceira, na qual está incluída a chamada “Escola da Dependência”, é informada pelas obras de Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Gunder Frank entre outros. A pesquisa sobre estes pensadores permitiu “mapear” as influências, implícitas ou explícitas, que deram origem ao campo teórico “dependentista”, oportunizando a leitura das diferentes hierarquias conceituais presentes nas obras visitadas, e, sobretudo, identificar o *status* do conceito de dependência em cada uma delas.

A segunda contribuição do trabalho propõe conhecer o lugar das “Teorias da dependência” no *pensamento político brasileiro*. Exercício pouco rotineiro nas produções correntes sobre este campo teórico. A dissertação indica três eixos de pesquisa, centrais e recorrentes, nas interpretações sobre o Brasil: a questão da formação social, econômica e da identidade brasileira; a questão do desenvolvimento e; a questão da nação, do Estado e da soberania. Estas problemáticas constituem o índice pelo qual o pensamento político brasileiro se define e se particulariza no escopo da Ciência Política. Completando este roteiro, exploramos, sinteticamente, as principais teorias sobre o desenvolvimento em vigor no país até a década de 60, a saber: a teoria da modernização, o pensamento comunista e do ISEB e as formulações cepalinas. Assim, foi possível verificar o tratamento que as análises “dependentistas” deram às questões orientadoras no pensamento nacional e, como se portaram frente às teorias acima citadas. Desta pesquisa, tornou-se claro, o desencontro entre, a chamada “Escola da Dependência” e a questão da nacional.

A terceira contribuição refere-se às polêmicas registradas no interior do campo “dependentistas”, com enfoque no debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Ao contrário dos demais, este tema despertou a atenção de um bom número de pesquisadores, porém, a maior parte das produções esteve marcada pela tentativa de encontrar a “verdadeira Teoria da Dependência”. Ou seja, procurava identificar qual, entre estes autores,

seria realmente um formulador da dependência. A nosso ver, a polêmica é magra; uma vez que o campo “dependentista” é fundamentalmente heterogêneo, formado por uma geração de estudos e não se conformou como uma “Escola”, *stricto sensu*. Procuramos, neste estudo, uma nova leitura da polêmica entre Marini e Cardoso, identificando as “razões” em disputa e, contextualizando-as à luz da conjuntura política e acadêmica na qual floresceram.

O capítulo 1 parte do pressuposto que as análises da dependência são originadas no escopo dos estudos sobre o imperialismo. Progressivamente irão ganhar complexidade, em decorrência do aprofundamento das pesquisas acerca do desenvolvimento capitalista nos países periféricos. Sendo impróprio indicar a existência de uma obra (ou autor) instituidora das “Teorias da Dependência”.

O capítulo 2 oferece uma revisão das obras clássicas sobre o imperialismo no século XX, organizados em *três gerações de estudos*. Comporta-se, como um tópico de “verificação” do pressuposto anunciado no primeiro capítulo. Sua função é esclarecer a trajetória do conceito de dependência no pensamento marxista e, identificar, como formulações clássicas influenciaram as análises “dependentistas”.

A análise do lugar dos estudos sobre a dependência no espectro do pensamento político brasileiro está incluída no capítulo 3. São apresentados os fatores teóricos e políticos que, colaboraram para a manifestação destes estudos, a exposição destaca ainda, a relação do campo “dependentista” com as demais teorias sobre o desenvolvimento. O encerramento do capítulo introduz os termos da polêmica entre Marini e Cardoso.

O capítulo 4 discute o desencontro entre as “Teorias da Dependência” e a questão nacional. Este tópico procura evidenciar os campos normativos dos autores “dependentistas”, suas referências teóricas mais profundas, que articulam seu pensamento e instruem suas análises. Assim, o tópico aprofunda a natureza da cisão teórica entre Nação e democracia, nas obras destes intelectuais.

As críticas às “Teorias da Dependência” são realizadas na condição de contribuições para o debate, partem do reconhecimento da importância do tema, da sua vigência histórica e da suas possibilidades enquanto enfoque de análise. As objeções apresentadas não retiram o crédito das formulações “dependentistas”, mas as problematizam, evidenciando o lugar que ocupam dentro da trajetória de estudos sobre o imperialismo e do pensamento político brasileiro.

A abordagem empreendida possibilitou concluir que, a chamada “Escola da Dependência” se constituiu, principalmente, como um campo em *polêmica* com o pensamento nacional-desenvolvimentista, nas suas diferentes perspectivas (cepalina, isebiana e comunista)

e, não necessariamente, como uma “teoria”, no sentido próprio do termo. Será *mais* a polêmica com o nacional-desenvolvimentismo e, *menos* a “originalidade” das formulações, o fator constitutivo do “dependentismo”. A própria noção de “originalidade” destas formulações é problemática, tendo em vista que os fundamentos do conceito de dependência estão presentes em diferentes estudos sobre o imperialismo e o capital monopolista anteriores à década de 60.

As análises “dependentistas” contribuíram para o distanciamento entre um projeto soberano de desenvolvimento e um regime democrático. Em especial, as “razões” que prevaleceram identificadas com o “desenvolvimento dependente e associado”, tiveram destaque no processo de desmantelamento das empresas do setor público, na abertura (desregulada) da economia para o mercado financeiro-especulativo internacional e no crescimento da dívida pública brasileira. Por outro lado, a crítica mordaz ao nacional-desenvolvimentismo, reverberou na constituição de um pensamento de esquerda, pós-regime militar, divorciado da questão nacional.

A posição sustentada nesta pesquisa é, explicitamente, parcial. Parte do pressuposto que a problemática nacional é indissociável da questão social, democrática e do desenvolvimento. Independente das respostas, estas serão as questões a serem resolvidas, um labirinto a ser decifrado.

CAPÍTULO 1 - A GÊNESE DAS “TEORIAS DA DEPENDÊNCIA”

O “mito fundador”: origem perdida da dependência

A dependência, enquanto fenômeno de natureza estrutural perpassou o trabalho de vários pensadores do século XX, principalmente aqueles que se debruçaram sobre o tema do imperialismo e da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

É lugar comum nos trabalhos sobre a chamada “Escola da dependência” a procura pelos pais fundadores do debate, ou o “mito fundador”. Uma busca pelo “elo perdido”; na qual cada autor reivindica a descoberta de acordo, na maioria das vezes, com as conveniências imediatas de seu projeto de pesquisa. Não é raro se apoiar nas obras clássicas de Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, etc., como forma de ancorar construções teóricas muito particulares, muitas vezes dotadas de certo hibridismo conceitual, no terreno sólido proporcionado por correntes teóricas estabelecidas.

Como destaca Paiva (2007), para Cardoso a noção de dependência é originária das formulações de Lênin em *Imperialismo etapa superior do capitalismo*. Paiva afirma que esta opção está relacionada muito mais à necessidade de justificação (por parte de Cardoso) dos aportes “progressistas”, em termos de dinamização, dos investimentos estrangeiros nos países de periféricos, do que a existência real de uma elaboração sobre a noção da dependência por parte do revolucionário bolchevique. Cardoso se apóia nos debates de Lênin contra os *narodnik* (defensores da tese de estagnação), para combater as formulações “cepalinas” e de Marini que também, por outras vias analíticas, defendiam a tendência da estagnação das economias latino-americanas em situação de dependência².

Marini possui uma narrativa alternativa em relação às origens das “Teorias da Dependência”. Para este autor a dependência pode ser deduzida diretamente da obra de Marx, em especial d’*O Capital*. Afirma Marini:

Concebida a partir da luta teórica no seio da esquerda, a teoria da dependência substituirá a visão do mundo que tinha a Cepal, marcada pelo ecletismo e pelo compromisso, pela que proporcionava a teoria marxista do imperialismo. Nisso estavam todos [os “dependentistas”] de acordo e seus integrantes recorriam livremente a Lênin, a Bukhárin, a Hilferding. Mas somente os que tinham formação marxista e militância política se valem diretamente de Marx para a análise da formação econômica latino-americana, vinculando-a explicitamente à questão da luta anticapitalista. (1992, p. 91)

² Esta posição de Cardoso (1979) pode ser verificada no artigo “Teoria da Dependência ou análises concretas de situações de dependência?” que figura como o capítulo VI da obra “O Modelo Político Brasileiro”.

O autor reconhece a tentativa de José Carlos Mariatégui, Haya de La Torre e Julio Antônio Mella, na busca por construir um pensamento revolucionário latino-americano, de matriz marxista. Estes autores poderiam ser considerados, como os primeiros a tentarem elaborar uma “teoria marxista da dependência”, nos diz Marini (1992, p. 69). Marini também se refere explicitamente às contribuições de Gunder Frank, não como um pai fundador, mas como sistematizador da Teoria da Dependência de abordagem marxista, que lança a noção de “desenvolvimento no subdesenvolvimento”³.

É ponto comum a todos os “dependentistas” reconhecer as importantes contribuições do economista ucraniano erradicado nos EUA, Paul Baran. Sua obra “*A Economia Política do Desenvolvimento*” (1957) transformou-se em uma grande referência para as análises “dependentistas” da década seguinte. Neste trabalho o autor desenvolve um conjunto de formulações basilares sobre o subdesenvolvimento, com referência nos estudos das condições pelas quais o processo de acumulação se reproduz; ou melhor, como se produzem as “condições” para o desenvolvimento e para o subdesenvolvimento. Baran irá propor um modelo que articula os conceitos de (1) Excedente econômico, (2) subconsumo e (3) capitalismo monopolista para identificar a tendência do sistema à estagnação. Estes aportes irão influenciar particularmente as obras de Gunder Frank e Marini, como será exposto mais adiante.

Segundo a caracterização de Mantega (1984), os “dependentistas” estariam situados em um campo de discussão que chamou de “Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista”, no qual as noções de dependência teriam pontos de contatos com a interpretação de Caio Prado Jr. sobre o caráter capitalista mercantil da empresa colonial e suas implicações no “atraso” do econômico, político e cultural das nações subdesenvolvidas. O combate teórico que Caio Prado Jr., empreende contra “as teses semi-feudais” do ISEB, acerca da origem pré-capitalista da colonização brasileira, terá seu ponto alto na obra “*A revolução Brasileira*” (1966). Rejeitando o que chamava de “gradualismo” pecebista, expressado na estratégia de “Revolução Democrático - Burguesa”, Caio Prado Jr. afirma que o Brasil é uma formação social inegavelmente capitalista, tanto em sua porção urbana, que se industrializa (mesmo com as dificuldades de sua condição periférica), quanto no campo, em que as relações sociais e econômicas não se dão nos termos feudais, mas do trabalho assalariado precário. Neste caso é evidente os pontos de contatos entre o “anti-feudalismo” de Gunder Frank e Prado Jr.

³ Cf. Mantega (1984).

Muitas outras páginas foram escritas sobre as possíveis origens da dependência. No entanto, sempre há uma obsessão pelo um ponto de referência único, uma obra ou um autor que tenha lançado as primeiras linhas de uma noção de dependência. A realidade se comporta de forma diversa. Partimos do entendimento, em linhas gerais, **que a dependência é um fenômeno real (não apenas um estilo de abordagem teórica) imbricado no processo de expansão do capitalismo, em sua fase monopolista. E que o subdesenvolvimento é um processo histórico, não apenas econômico.** Decorre da integração de regiões periféricas ao ritmo e às demandas do capitalismo monopolista, cuja expressão política é o imperialismo.

Admitindo ter a dependência os contornos acima descritos, é aceitável que as formulações sobre a dependência (pelo menos as idéias centrais) se encontram pulverizadas em uma miríade de obras que discutem em maior ou menor grau a expansão capitalista, o imperialismo e o subdesenvolvimento.

Sendo a dependência um fenômeno real retratado e analisado por diferentes ênfases, poderíamos considerar que não existe um ponto inicial determinável para a origem da discussão sobre a dependência. Na realidade, ela se confunde e perpassa transversalmente os estudos sobre o capitalismo monopolista e o subdesenvolvimento, em alguns casos assumindo um estatuto próprio dentro de algumas análises, na maioria das vezes permanecendo difusa.

Porém, é possível indicar, com algum nível de certeza, que a dependência assumiu importância dentro das análises sobre o desenvolvimento da América Latina nos anos 50 do século XX. Ganhou sistematização dentro do contexto de interpretação do subdesenvolvimento a partir de duas linhas: uma sistematização que tem como referência Weber, Schumpeter e Keynes, com forte lastro estruturalista, cujos principais formuladores foram Raul Prebisch e Celso Furtado, dando origem ao pensamento nacional-desenvolvimentista, porém influenciando diretamente intelectuais “dependentistas” como Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira. A segunda linha é apoiada nas interpretações de Rosa Luxemburgo e Michal Kalecki, irá influenciar autores de grande projeção como Paul Baran em *A economia política do desenvolvimento* (1957) e Paul Sweezy, em *Teoria do Desenvolvimento Capitalista* (1956) e, posteriormente, a chamada “Teoria da Dependência Marxista - TDM”, que reunia Gunder Frank, Marini, Santos entre os mais conhecidos.

A perspectiva de abordagem oferecida acima poderia gerar um questionamento crítico, ao estilo de Benakouche (1980); se existe uma miríade de formulações e sugestões do que vem a ser a dependência, logo qual é seu estatuto próprio? Qual é de fato a delimitação mais precisa do seu objeto? É importante considerar que as estruturas de reprodução da dependência se

alteram no tempo, porque são condicionadas pelo ritmo do desenvolvimento periférico e mundial e pelas opções políticas tanto dos agentes econômicos, mas, sobretudo, pelas decisões do Estado. De maneira apropriada ou não, cada autor direta ou indiretamente estava abordando o objeto a partir do problema que se colocava em seu tempo. Portanto, não é possível que um fenômeno como a dependência se mantenha estático durante um século de desenvolvimento capitalista, as mediações (econômicas e políticas) da realidade concreta dão forma ao fenômeno, bem como alteram constantemente seus contornos.

Quanto ao núcleo central da problemática, a nosso ver, não é a “dependência”, mas o desenvolvimento capitalista. A noção de dependência lança luz sobre o tipo de desenvolvimento em curso, é um fenômeno que esclarece a natureza do desenvolvimento (as relações externas e internas que o concretizam), sem com isso substituí-lo, do ponto material e analítico.

Mesmo que possa parecer redundante, nenhum dos autores defendia a posição de que não havia desenvolvimento em curso na periferia do sistema. O que está em jogo, não é a ausência de desenvolvimento, mas um subdesenvolvimento, logo uma matriz de desenvolvimento associada à expansão do capitalismo monopolista para áreas periféricas ao núcleo orgânico do capitalismo⁴. Este desenvolvimento periférico para alguns possui tendência à estagnação, para outros ganha um dinamismo condicionado.

Em síntese, não há um ato fundador da noção de dependência, mas um movimento intelectual que evoluiu procurando melhor qualificar o sentido do desenvolvimento capitalista periférico. Alguns enfatizam o elemento exterior às nações periféricas, outros interiorizaram a relação de dependência e uma terceira linha procura determinar a relação de forma a ressaltar as interações entre as componentes internas e externas no processo de subdesenvolvimento.

⁴ Para uma análise do conceito de “núcleo orgânico”, Cf. Arrighi (1997).

CAPÍTULO 2 - GERAÇÕES DE ESTUDOS SOBRE O IMPERIALISMO: A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE DEPENDÊNCIA

“Os economistas nos explicam processo de produção sob
dadas condições: o que eles não explicam, porém, é como
se produziram essas condições, isto é, os movimentos
históricos que lhes dão origem”
Karl Marx⁵

2.1 Gerações de uma trajetória

Conforme exposto no capítulo anterior, a teorização sobre a dependência encontrava-se difusa entre os estudiosos do imperialismo e somente ganhará *sistematização*, a partir do momento em que, os contornos de sua manifestação histórica se tornaram mais claros. Ou seja, em consequência do processo de descolonização, passam a surgir relações entre metrópoles e periferia, que se dão por via das interações entre países *formalmente* soberanos. Anteriormente, este fenômeno que veio a ser classificado como “dependência” estava imbricada em relações coloniais e encerravam registros específicos desta condição. Mesmo sendo inegável que a “dependência” moderna é produto histórico do processo de colonização, não implica em qualificar uma nação dependente como uma colônia. A situação de dependência possui um estatuto particular. Colônias são territórios administrados diretamente pelas suas respectivas metrópoles, nos quais as relações políticas, econômicas e culturais são dirigidas imediatamente por elas. No caso das nações dependentes, o desenvolvimento político, econômico e cultural é *condicionado* pela força externa, porém há neste processo um conjunto de mediações de outra ordem, sobretudo aquelas que enfocam a participação de setores sociais internos à formação social dependente (em alguns casos herdeiros das classes nativas privilegiadas pelo sistema colonial, ou os beneficiados com o processo de descolonização), que possuem uma convergência de interesses (plena ou relativa) com as nações centrais do sistema capitalista (*condicionantes*).

A teorização⁶ sobre as sociedades dependentes irá ganhar força (ou um estatuto próprio) à medida que as relações entre *centro* e *periferia* se deslocam dos parâmetros coloniais para os de hegemonia geopolítica, no qual nações de capitalismo desenvolvido

⁵ MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo, Editora Centauro, 2001. (p. 94)

⁶ O termo “teorização” se refere a uma hierarquização de conceitos e categorias, bem como a definição do padrão de interação entre os seus elementos no sentido de fundamentar analiticamente a interpretação do objeto de estudo.

tornam-se lideranças mundiais (potências imperialistas) e não apenas sede de um sistema colonial.

Dito isso, metodologicamente, é possível identificar gerações de estudos sobre o imperialismo moderno e, com isso, entender com maior profundidade a evolução do conceito de dependência. Este procedimento permite relacionar duas dimensões fundamentais sobre a dependência; a dimensão histórica que abarca a evolução e reprodução da dependência, a partir da manifestação do capitalismo e sua fase monopolista, a dimensão conceitual, relativa à “história das idéias”, que abarca a trajetória do conceito de dependência, acordada nos estudos sobre o imperialismo e o desenvolvimento.

Destacamos a importância de identificar a trajetória do conceito de dependência, mais do que entendê-lo como uma categoria autônoma e abstrata; dar “concretude” ao conceito é analisá-lo à luz das condições do debate que lhe deram origem. Para tanto, identificamos para fins analíticos três gerações de estudos sobre o imperialismo, que passaremos a analisar adiante.

É necessário informar que a abordagem “geracional” contribui para o processo de contextualização do pensamento, identifica um conjunto de autores e determina as preocupações principais de seu tempo histórico. No entanto, uma leitura apressada pode induzir ao erro da homogeneização das leituras dos autores, o que obviamente não se dá, cada abordagem possui sua nuance, e como tal deve ser percebida. Oferecemos uma leitura exploratória e evidentemente pouco detalhada que, no entanto, colabora para o entendimento do argumento deste trabalho.

2.2 Primeira geração de estudos sobre o imperialismo: o capitalismo monopolista

A *primeira geração* compreende dois ramos de estudos sobre o imperialismo. O primeiro, realizado por pensadores como Hobson, Hilferding, Lênin e Rosa Luxemburgo⁷, analisa o fim do capitalismo concorrencial e o surgimento do capitalismo monopolístico, a exportação de capitais e as tensões entre as potências pela repartição do globo e, consequentemente, o prelúdio das guerras mundiais. Em síntese, havia uma leitura que identificava o imperialismo como uma “fase” superior do capitalismo, um desdobramento da “Era dos monopólios”. O segundo compreende as teorizações latino-americanas das décadas

⁷ Rosa Luxemburgo é uma exceção dentro da interpretação marxista dominante à sua época. Acreditava que o imperialismo é menos uma “etapa” do capitalismo monopolista, e mais uma componente funcional da dinâmica de acumulação do capital.

de 20 sobre a luta antiimperialista. Damos destaque para as interpretações de Mariátegui, Haya de la Torre e Julio Antonio Mella.

2.2.1 John Hobson: A alvorada do imperialismo

O estudo mais destacado sobre o imperialismo na primeira década do século XX, e que irá influenciar diretamente as obras de Hilferding, Rosa Luxemburgo e Lênin foi, sem dúvida, aquele desenvolvido pelo intelectual socialista inglês John A. Hobson (1858-1940), em sua obra pioneira intitulada “*Imperialism: A study*”, de 1902. O autor apresenta uma abordagem oposta às análises sobre o imperialismo de sua época; estruturadas sob bases eugênicas, nacionalistas burguesas e religiosas estas análises procuravam justificar, mais do que conhecer as bases da expansão imperialista dos países de capitalismo avançado. Mesmo reconhecendo o papel do fundamentalismo cultural das nações européias no desenvolvimento da expansão imperialista, Hobson destaca que esta “missão civilizatória do Ocidente”, cuja elite e o povo em alguma medida professavam, era insuficiente para causar um movimento histórico da proporção da expansão capitalista vivida à época. Por trás das cortinas do ódio racial contra as etnias não-caucasianas, os povos não-cristãos e os regimes políticos autóctones, estavam os interesses políticos e econômicos dos capitalistas financeiros e seus conglomerados empresariais ávidos por exportarem capitais e elevarem seus rendimentos. Nas palavras de Hobson:

Em vista do papel desempenhado pelos fatores não-econômicos do patriotismo, da aventura, da ação militar, da ambição política e da filantropia na expansão imperialista, pode parecer que atribuir aos financistas tanto poder é adotar uma interpretação da História excessivamente calcada no aspecto econômico. É verdade que a mola mestra do imperialismo não é basicamente financeira: as finanças pertencem a quem dirige a máquina do imperialismo, controlando a energia e determinando seu trabalho; não são o combustível do motor nem geram diretamente a energia do imperialismo. As finanças manipulam as forças patrióticas que os políticos, os soldados, os filantropos e os comerciantes geram; o entusiasmo para a expansão proveniente destas fontes, embora forte e genuíno, é irregular e cego; o interesse financeiro possui aquelas qualidades de concentração e de cálculo exato, necessárias para o funcionamento do imperialismo. Um estadista ambicioso, um soldado de fronteira, um missionário super zeloso e um comerciante ativo podem sugerir ou mesmo dar início a um processo de expansão imperialista, podem ajudar na educação da opinião pública no sentido da necessidade urgente de uma iniciativa nova, mas a determinação final fica por conta do poder financeiro. (HOBSON, 1902 *apud* HUNT, E.K, 2005, p. 337)

Para Hobson, a corrida por investimentos externos, em países não-capitalistas, era a saída para dar conseqüência a excesso de capital gerado pelo processo de acumulação financeira nos países capitalistas centrais. Sem cair no “subconsumismo ingênuo”, como

aponta HUNT (2005, p. 339), ao verificar o excesso de capacidade produtiva em relação à demanda por consumo, o autor indica que a racionalidade do capitalista o impulsiona a eliminar os gargalos impostos pela tendência à acumulação não lucrativa (ou pelo menos, pouco lucrativa) em seu próprio país. Para isso exportam capitais e atingem patamares mais elevados de rendimentos não com o simples intercâmbio de mercadorias, mas com os juros gerados pelo financiamento pelas inversões no exterior. Porém esta operação somente pode ser isolada das demais componentes (políticas, culturais, religiosas e econômicas de outros setores) de forma analítica. A exportação de capitais é a operação básica de uma política de expansão capitalista que envolve interesses econômicos da indústria bélica, das construtoras de ferrovias, dos empresários de bens de consumo de massas, mas também as pretensões geopolíticas dos governos das nações centrais na pugna pelo controle das melhores posições no globo, seja controlando territórios estratégicos, sejam influenciando governos fracos.

Hobson acreditava que os benefícios gerados pela expansão imperialista não beneficiavam igualmente a população dos países capitalistas avançados. Como destaca Hunt (2005, p.340), serão os capitalistas, e principalmente aqueles detentores do capital portador de juros, os principais beneficiários. Neste sentido “o sindicalismo e o socialismo são, então, os inimigos naturais do imperialismo, pois retiram das classes ‘imperialistas’ as rendas excedentes que dão o estímulo econômico ao imperialismo” (HOBSON,1902 *apud* HUNT, 2005, p. 340).

Um fato merece destaque e contextualiza a preferência pelo pensamento do autor inglês, por parte dos autores estudados a seguir. Sem sombra de dúvida a obra “*Imperialism: a study*” contribuiu na luta política (no interior da social-democracia) da década de 10 do século XX. Ao combater as posições conservadoras sobre o imperialismo, Hobson ofereceu munição para o debate contra as posições do marxista alemão Karl Kautsky. O principal pensador da social-democracia alemã entendia que a repartição do mundo entre as potências capitalistas levaria a um período de paz e acordo dentre as classes dominantes daquelas nações⁸. Para Kautsky o imperialismo é a relação entre as nações industrializadas e as “áreas agrárias”, não constituindo nada além de uma relação⁹. A crítica branda de Kautsky ao imperialismo e a sua complacência em relação às tensões que levariam a I Guerra Mundial foi uma das causas da profunda cisão do movimento socialista internacional, que teve como atores importantes, Rosa Luxemburgo e especialmente Lênin. Este polemiza com o marxista

⁸ Cf. Hunt (2005) e Bottomore (2001).

⁹ É evidente que o imperialismo se manifesta através de relações, mas a forma de manifestação não é capaz de explicar a estrutura de reprodução do capitalismo monopolista. Neste sentido, para Lênin e outros teóricos o imperialismo se constitui como uma fase do capitalismo.

alemão em duas obras de grande divulgação: *O imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (1917) e *A revolução Proletária e o Renegado Kautsky* (1918).

Não é o objetivo discorrermos mais além de que uma sumária apresentação do argumento de Hobson e seus desdobramentos políticos no movimento socialista internacional, mas sua citação é fundamental. Sua abordagem irá lastrear a produção da primeira geração de estudos do imperialismo, mesmo que cada um dos autores, analisados mais adiante, teve clivagens próprias e expandiram em alguma medida a análise *hobsoniana*.

2.2.2 Hilferding: Imperialismo e o capital financeiro

A noção de dependência deita raízes nas primeiras gerações de estudos sobre o capital monopolista e o imperialismo. Eliminando os contornos morais da crítica à expansão colonial e posteriormente imperialista (no seu sentido moderno), Rudolf Hilferding (1877-1941), em sua obra *O Capital Financeiro* (1910), desenvolve as bases centrais da “Teoria do Imperialismo”, posteriormente tratadas por Lênin, em *O imperialismo, fase superior do capitalismo* (1917) e Rosa Luxemburgo na obra *A Acumulação do Capital* (1912). Hilferding irá criar um sistema de análise que evidencia o processo de concentração de capitais (monopolização) e o desenvolvimento das sociedades anônimas como elementos decisivos da transição do “capitalismo concorrencial” para o “capitalismo monopolista”, inaugurando o imperialismo moderno. Esta mudança substantiva da forma de reprodução do capital tem como elemento dinâmico central o amadurecimento do capital financeiro como pólo propulsor do Modo de Produção Capitalista. Dentro dos interesses imediatos deste trabalho, é necessário ressaltar que o processo de concentração de capital, exige a exportação de capitais, via crédito ou inversões diretas nas nações colonizadas ou pós-coloniais, fenômeno este que marcou profundamente a dinâmica e a estrutura política, econômica e social das nações periféricas atuais.

O argumento central de Hilferding, *grosso modo*, afirma que a necessidade de concentração e expansão do capital para regiões periféricas está diretamente ligada a demanda dos capitalistas centrais em produzirem uma contra-tendência à chamada “tendência decrescente da taxa de lucro”, percebida por Marx, em *O Capital*. Esta lei de ferro do capitalismo implica em demolir seus principais argumentos morais, a livre concorrência e a autonomia dos agentes econômicos em relação ao Estado. No lugar da empresa individual e familiar, surge a associação de capitais, organizadas nas sociedades anônimas e dirigidas pelo

setor bancário, esta comunhão do capital industrial com o capital bancário dá origem ao que foi classificado como *capital financeiro*.

O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos. Essa mesma união tem por base a supressão da livre-concorrência do capitalista individual por meio das grandes associações monopolistas. Com isso muda também, naturalmente, a relação da classe capitalista com o poder do Estado. (HILFERDING, 1985, p. 283)

O autor sustenta que a política econômica do monopólio é o protecionismo da nação de onde se origina e a ausência de alfândega nas nações periféricas. Para garantir esta dupla missão; é necessário um Estado metropolitano forte o suficiente para impedir jurídico-coercitivamente a entrada de concorrentes no mercado nacional, e incorporar subordinadamente as nações periféricas, que passam a constituir-se como espaço econômico para os grandes cartéis metropolitanos.

[...] a moderna política protecionista reforça a tendência sempre existente do capital a expandir-se continuamente, a concentração de todo o capital monetário ocioso nas mãos dos bancos leva à organização planificada da exportação de capital; a união dos bancos com a indústria vincula a concessão de capital monetário à condição de que este capital monetário seja empregado nas suas indústrias. Com isso, se acelera a exportação de capital em todas as suas formas. (HILFERDING, 1985, p.296)

Para o autor, a exportação de capital é peça chave no círculo de reprodução do capital, na era do capitalismo monopolista. Ela permite que a mais-valia gerada no exterior componha a renda nacional, mas, “somente se pode falar de exportação de capital quando esse capital empregado no exterior permanece à disposição do país investidor e quando os capitalistas nacionais [centrais] podem dispor da mais-valia produzida por este capital no estrangeiro” (HILFERDING, 1985, p.296). Mesmo se mantendo a transferência de mais-valia gerada nas periferias em direção às nações centrais, este processo acarreta, segundo Hilferding, um desenvolvimento periférico como subproduto.

Dessa forma, a exportação de capital faz recuar aquela barreira originária da capacidade de consumo do novo mercado. Ao mesmo tempo, porém, a transferência de métodos capitalistas de transporte e de produção ao país estrangeiro causa nesse caso um rápido desenvolvimento econômico, o surgimento de um maior mercado interno, mediante a extinção das relações de economia natural, a expansão da produção em escala de mercado. (HILDERDING, 1985, 298).

Hilferding afirma que a exportação de capitais não se dá de maneira “natural” ou pacífica, é produto da força coercitiva das nações centrais, que ao incluir territórios periféricos no circuito de valorização do capital, os submete a um violento sistema de dominação colonial ou neocolonial. O papel do Estado Capitalista Desenvolvido é preponderante, será ele a instituição capaz de mobilizar a força militar necessária à abertura e consolidação do regime capitalista de produção nas nações periféricas, abrindo caminho para a atuação do capital monopolista. “O poder político é assim decisivo na luta competitiva de caráter econômico, e para o capital financeiro a posição do poder estatal é vital para o lucro” (HILFERDING, 1985, p.311). Isso implica utilizar os recursos políticos e militares, para derrotar as formas de reprodução social anteriores ao capitalismo presentes nos territórios de expansão e proteger os mesmo da concorrência interimperialista.

Como sempre, quando o capital enfrenta pela primeira vez condições que contrariam sua necessidade de exploração e cuja superação econômica se daria somente de forma muito lenta e gradual, o capital apela à violência estatal, empregando-a a serviço da expropriação violenta, que arranja o proletariado livre necessário – trata-se, como nos seus primórdios, de camponeses europeus, dos índios mexicanos e peruanos ou, como na atualidade, dos negros africanos! Os métodos violentos pertencem à essência da política colonial que, sem eles, perderia seu sentido capitalista e constituem também um componente integrante da mesma política, assim como a existência de um proletariado explorado é *conditio sine qua non* do capitalismo. Levar a cabo uma política colonial, eliminando seus métodos violentos, é uma ilusão tão pouco séria quanto pretender suprimir o proletariado, conservando o capitalismo. (HILFERDING, 1985, pp. 299-300).

Para Hilferding, o Estado, tanto central como periférico, é o suporte para o processo de expansão do capitalismo e fator de segurança para os investidores. A exportação de capital requer um conjunto de acordos e instituições que avalizem juridicamente as relações comerciais entre os agentes econômicos periféricos e centrais. Porém, o estabelecimento de relações jurídicas “apropriadas” a expansão capitalista em regiões periféricas não se deu de forma harmoniosa.

O atraso da legislação torna-se assim um a barreira cuja superação o capital financeiro exige de forma cada vez mais agressiva e mesmo por meios violentos. Isso leva a conflitos cada vez mais agudos entre os países desenvolvidos e o poder estatal das regiões atrasadas, a tentativas cada vez mais prementes no sentido de impingir a essas regiões uma legislação correspondente ao capitalismo, seja conservando ou destruído os poderes até então existentes. Simultaneamente, a concorrência pelas áreas de investimento recém-criadas implica em novos antagonismos e conflitos entre os próprios países capitalistas desenvolvidos. Mas, nos países recém-abertos, o capitalismo importado acirra por sua vez os antagonismos e excita a crescente resistência dos povos que despertam para a consciência nacional contra os invasores. Esta pode facilmente recrudesce a tomada de medidas perigosas contra o capital estrangeiro. As velhas relações

sociais são totalmente revolucionadas rompe-se a milenária vinculação agrária das “nações sem história”, que inclusive são submersas no turbilhão capitalista. O próprio capitalismo confere paulatinamente aos subjugados os meios e os caminhos para a sua libertação. A meta que outrora era o mais alto ideal das nações européias – a criação do Estado nacional coeso, como meio de alcançar a liberdade econômica e cultural – torna-se também a meta dessas nações subjugadas. Esse movimento de libertação ameaça o capitalismo europeu precisamente nas suas regiões de exploração mais valiosas e mais auspiciosas e, sempre mais, ele só poderá manter seu domínio mediante permanente multiplicação de meios coercitivos. (HILFERDING. 1985, p. 302)

Fica claro que a consolidação estatal, para o autor, possui como efeito contraditório, é requisito de expansão do capitalismo e ao mesmo tempo produz a negação, por parte das nações “atrasadas”, do estatuto de subordinação ao interesse estrangeiro.

Daí a exigência de todos os capitalistas interessados em países estrangeiros para que o poder estatal seja forte, cuja autoridade proteja seus interesses também no mais longínquo rincão do mundo, daí a exigência de que se levante uma bandeira de guerra que precisa ser vista por toda a parte. Mas o capital de exportação sente-se melhor quando o poder estatal do seu país domina completamente a nova região. Pois enquanto é excluída a exportação de capital de outros países, o referido capital goza de uma posição privilegiada e seus lucros contam ainda com a eventual garantia do Estado. Dessa forma, a exportação de capital atua também em favor de uma política imperialista. (HILFERDING. 1985, pp. 302-303)

O processo de exportação de capital, não apenas implica da desagregação dos modos de produção anteriores à “era do capital monopolista”, mas na própria modificação do comportamento dos capitalistas centrais em relação aos seus respectivos Estados, como deixa claro o autor. A livre concorrência e a liberdade de mercado frente aos “entraves” estatais são suprimidas mediante as necessidades de proteção dos negócios no estrangeiro. Então,

[...] se o poder político do Estado no mercado mundial se tornou um meio competitivo do capital financeiro, isso significa naturalmente a completa mudança da atitude da burguesia em relação ante o Estado. A burguesia era contrária ao Estado na luta contra o mercantilismo econômico e o absolutismo político. O liberalismo era verdadeiramente destrutivo e significava de fato a “subversão” do poder estatal e a dissolução das antigas alianças. [...] Como é que a exigência do liberalismo no sentido de reduzir o poder estatal poderia ser cumprida por uma burguesia que precisava economicamente do Estado como a alavanca mais poderosa de seu desenvolvimento e para a qual só importava não a abolição do Estado, mas sua transformação de obstáculo em veículo do seu próprio desenvolvimento?

[...] Desse modo, as necessidades do capital financeiro colidiam com elementos ideológicos que podiam aproveitar facilmente a oportunidade de fazer deles uma nova ideologia ajustada a seus interesses.

Essa ideologia é, porém, completamente oposta à do liberalismo; o capital financeiro não quer liberdade, mas dominação; não tem interesse pela autonomia do capital industrial, mas exige seu atrelamento; detesta a anarquia da concorrência e quer organização, certamente apenas para poder retomar a concorrência numa escala mais alta. [...] Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de

outros Estados. [...] Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. [...] O postulado de uma política expansionista, porém, revoluciona também toda a concepção de mundo da burguesia. (HILFERDING, 1985, pp. 313-314)

Hilferding destaca o caráter revolucionário destas transformações, que recompõem nos países centrais o próprio sentido de seu Modo de Produção, como revoluciona e acelera a expansão do capitalismo nas regiões periféricas.

A exportação de capital, especialmente desde quando se deu em forma de capital industrial e financeiro, a acelerou enormemente a reviravolta de todas as velhas relações sociais e a submersão do mundo no capitalismo. **O desenvolvimento capitalista não se deu de modo autóctone em cada país isoladamente; pelo contrário, com o capital foram simultaneamente importadas produção capitalista e relações de exploração, e isso sempre no grau alcançado no país mais avançado.** Assim como hoje uma indústria recém-criada não se desenvolve a partir de princípios e técnicas artesanais para chegar a ser uma gigantesca empresa moderna, mas fundada de antemão como empresa altamente capitalista, assim o capital, hoje, também é importado por um novo país com o respectivo grau de perfeição e desenvolve por isso seu efeito revolucionário com ímpeto muito maior e em prazo muito mais curto do que exigiu, por exemplo, o desenvolvimento capitalista da Holanda e da Inglaterra. (HILFERDING, 1985, p. 303. Grifo nosso)

Hilferding destaca que a expansão das relações capitalistas para regiões periféricas é o fator articulador do sistema de nações hoje existente. Esta análise indica como requisito para o estabelecimento do modo de produção capitalista, a existência de um Estado. Porém, este não seria o resultado da evolução autônoma das contradições de uma sociedade periférica determinada, mas produzido pela demanda de internacionalização do mercado capitalista e da divisão internacional do trabalho.¹⁰ Isso não implica em afirmar que em muitas regiões da Ásia, África e América Latina ocorreria a ausência de formas estatais. Contudo, não eram instituições capitalistas, ou seja, não eram suportes institucionais apropriados para o desenvolvimento de um sistema de dominação edificado sob a exploração do trabalho com vista à acumulação de capital.

A abordagem de Hilferding destaca que a concorrência entre os grandes monopólios conduz ao fortalecimento do Estado metropolitano e ao enfraquecimento do liberalismo econômico. A disputa por áreas de exportação de capital leva ao recrudescimento das disputas inter-estatais e à guerra entre as potências imperialistas. É importante destacar que este processo conduz à organização de estruturas estatais nas regiões em disputa, à repartição de

¹⁰ As concepções de Hilferding irão contribuir para a análise bastante minuciosa da Teoria da Derivação, que estabelece a “dedução lógica” da categoria Estado a partir da categoria capital. MATHIAS, Gilberto & SALAMA, Pierre. *O Estado Super Desenvolvido: Das metrópoles ao Terceiro Mundo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

territórios a partir de acordos que são alheios aos interesses dos povos subjugados. Os Estados recém criados nascem como produto das exigências monopólicas e atrelados às nações imperialistas nas dimensões econômica, política, cultural e social. Surge aí a primeira noção de dependência (no sentido que é tratada neste trabalho). A

[...] desigualdade econômica significa para os países o mesmo que acontece entre as várias classes sociais: a **dependência** do que é economicamente mais fraco com relação ao mais forte. O expediente econômico é também aqui a exportação de capital. O país rico em capital exporta-o como capital de empréstimo e torna-se credor do país devedor. (HILFERDING, 1985, p. 309, grifo nosso)

O autor austríaco, em suma, destaca que a dinâmica de acumulação presente no capitalismo concorrencial tem como consequência a negação da própria concorrência, tendência esta que se manifesta no fim do século XIX e início do século XX com o aparecimento das grandes associações de capital, sob direção do capital bancário. A expressão política da organização de monopólios e o imperialismo moderno, a disputa militar e diplomática por áreas de investimento e extração de recursos. Esta sistematização sobre o imperialismo será, em grande medida, uma das fontes de aperfeiçoamentos teóricos posteriores sobre a relação entre o capital monopolista e o imperialismo.

2.2.3 Rosa Luxemburgo: Acumulação de capital e imperialismo

Em 1913 foi à vez de Rosa Luxemburgo (1870-1919) participar do debate acerca da “Teoria do Imperialismo”. Naquele ano, a líder da esquerda do movimento socialista alemão, publicou a obra “*Acumulação de Capital*” e logo depois o artigo intitulado “*Uma Anticrítica*”. Estes textos são a manifestação mais sistemática do pensamento da autora acerca da dinâmica de reprodução ampliada do capital e a constituição de sua expressão política, o imperialismo. Ao nosso entender, o pensamento de Luxemburgo segue em grande medida as bases construídas por Hobson (1902). A aproximação com a teoria do pensador inglês não a exime de realizar inovações importantes no estudo do imperialismo. Procuraremos nesta pesquisa discutir as peculiaridades do pensamento da autora nas obras supracitadas. Dada a vasta exposição analítica apresentada nestas obras, com farta base documental, nosso interesse imediato estará restrito àqueles conceitos e categorias que colaboram para o entendimento da trajetória do conceito de dependência, cuja importância inspirada na obra de Rosa Luxemburgo se expressará, principalmente na *terceira geração de estudos*, e com particular influência no pensamento “*mariniano*”, como será desenvolvido no item 2.4.

O ponto de partida da autora está na tentativa de desenvolvimento do esquema de reprodução ampliada do capital apresentada por Marx, em *O Capital*. Para a autora, este esquema é teórico, e não oferece as condições para ser aplicado imediatamente nas situações concretas. Ou seja, “O esquema marxista da reprodução ampliada não consegue explicar-nos, pois, o processo de acumulação da maneira como ele realmente ocorre e como se impõe historicamente” (LUXEMBURGO, 1988, V.II, p. 17). O problema, segundo a autora, é que neste esquema, o autor partiu da premissa que apenas os operários e os capitalistas são consumidores de mercadorias, desprezando analiticamente outras classes sociais não-capitalistas, profissionais liberais, trabalhadores improdutivos, militares, etc. “A realização de mais-valia para fins de acumulação em uma sociedade composta só por operários e capitalistas é [...] um problema sem solução” (LUXEMBURGO, 1988, V.II, p. 19).
Luxemburgo

[...] tentou mostrar que, quando ambos os setores crescessem (como o setor I produzindo os meios de produção e o setor II produzindo os bens de consumo), havia, inevitavelmente, desequilíbrio entre os dois, inerentes ao próprio funcionamento do capitalismo. Em particular, procurou mostrar que seria impossível a demanda por bens de consumo produzidos no setor II crescer tão depressa quanto a capacidade de produção desses bens, nesse setor. (HUNT, 2005, p. 341).

Logo, Rosa Luxemburgo defende como premissa fundamental do capitalismo, a tendência ao subconsumo, ou a crise de realização das mercadorias. Então, existe um problema, como manter o processo de acumulação de capitais em um sistema em que a classe operária e os capitalistas não são capazes de *realizar*, por conta própria toda a mercadoria que produzem? Rosa Luxemburgo responde da seguinte forma esta questão:

A realização da mais-valia é, de fato, a questão vital da acumulação capitalista. Prescindindo-se do fundo de consumo dos capitalistas, por uma questão de simplicidade, a realização da mais-valia exige como **primeira condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista**. Referimo-nos a compradores, não a consumidores. A realização da mais-valia não nos indica nada, previamente, sobre a forma material dessa mais-valia. O aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista. É, pois, possível imaginar dois casos distintos. A produção capitalista fornece meios de consumo acima das próprias necessidades (ou seja, as dos operários e as dos capitalistas), cujo compradores pertencem às camadas ou países não-capitalistas” (LUXEMBURGO, 1988, V.II, pp. 19-20, grifo nosso).

A autora compreende que o capitalismo necessita de uma contínua expansão sobre setores econômicos e áreas geográficas não-capitalistas. Em um primeiro momento, esta

expansão se dava dentro dos próprios limites da nação de capitalismo originário, ou seja, a troca de valores com setores artesanais da manufatura e agricultura, nos quais a lógica capitalista não havia se instalado ainda. Porém, esta troca de valores, ao se desenvolver, incorporara estes setores pré-capitalistas ou não-capitalistas à lógica de mercado. O avanço e aniquilamento da economia camponesa, o que Marx definiu como “acumulação primitiva de capital”, para Rosa Luxemburgo não é um processo histórico específico da alvorada do capitalismo industrial, mas uma relação intrínseca do circuito de reprodução do capital. Em outras palavras, este tipo de acumulação não é um fato (ou fenômeno) histórico superado, mas um *componente funcional* e em constante operação dentro do sistema do capital.

No entanto, a acumulação primitiva ou a constante troca de valores nas fronteiras do mercado capitalista não poderia continuar indefinidamente dentro dos limites das nações de capitalismo originário, o contato permanente com a lógica monetária e com suas expressões políticas e culturais, decompõem as instituições dos setores não-capitalistas e as bases de sustentação da “economia natural”, como é definida pela autora¹¹. Estes setores são incorporados ao capitalismo e o problema formulado acima se apresenta novamente.

A troca de valores ou a expropriação violenta são transferidas para exterior, nas regiões geográficas não-capitalistas. “O capital não conhece outra solução senão a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje” (LUXEMBURGO, 1988, V.II, p. 33). A expansão do capitalismo para as áreas do não-capitalismo é condição, segundo a autora, para a contenção do subconsumo dos países centrais, se constitui, portanto como uma exigência estrutural do modo de produção capitalista e não como uma *fase* como defende Lênin (1917).

Para Rosa Luxemburgo, a primeira condição de reprodução do sistema capitalista é a existência de setores não-capitalistas a serem incorporados à lógica de mercado dentro dos limites das nações centrais. A segunda condição seria “a inclusão das comunidades de economia natural na economia e na circulação mercantis” (LUXEMBURGO, 1988, V.II, p. 43). Esta última condição é de particular interesse para o desenvolvimento das noções de dependência posteriores. A autora defende que a inclusão é permanente, seja via métodos violentos, ou através de operações financeiras e mercantis, de novas áreas periféricas. A inclusão é o elemento que “funcionalmente” obstrui o sistema a ver-se diante de uma crise de realização profunda e terminal. Será através da ruína de formações sociais não-capitalistas que o mesmo se reproduz e se amplia. “Somente com a constante destruição progressiva dessas

¹¹ “É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial” (LUXEMBURGO, 1988, V.II, p. 32).

formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital” (LUXEMBURGO, 1988, V.II, p. 63). A lógica apresentada por Rosa Luxemburgo conduz à idéia de colapso do sistema gerada por esta febril incorporação/destruição de sociedades não capitalistas. Uma vez que,

[...] a acumulação não é simples relação interna entre os dois ramos da produção capitalista, mas, sobretudo, uma relação entre o capital e os meios não-capitalistas na qual os dois ramos da produção no processo de acumulação seguem, em boa parte, de forma independente e autônoma, um do outro, de modo que os movimentos de ambos se cruzam passo a passo e se interligam. (LUXEMBURGO, 1988, V.II, pp.63-64).

O problema da crise de realização será reeditado no momento em que não restar nem setores e nem sociedades não-capitalistas. Neste sentido, a autora leva às últimas conseqüências sua lógica, ao afirmar que:

A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital. (LUXEMBURGO, 1988, V.II, p. 63).

O colapso do capitalismo é, para a formulação de Luxemburgo, inerente à acumulação de capital e historicamente determinado, ou seja, o imperialismo é sua última fase.

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital. [...] Mas quanto mais violento, enérgico e exaustivo é o esforço imperialista na destruição das culturas não-capitalistas, mais rapidamente ele destrói a base para a acumulação de capital. O imperialismo tanto é um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de por objetivamente um ponto final em sua existência. Isso não quer dizer que esse ponto terá de ser alcançado obrigatoriamente. A própria tendência de atingir essa meta de desenvolvimento capitalista reveste-se de formas que caracterizam a fase final do capitalismo como período de catástrofes. (LUXEMBURGO, 1988, V.II, p. 83).

A abordagem em tela destaca ainda o *intercâmbio comercial* entre dois modos de produção diferentes, o capitalista e o não capitalista de qualquer natureza. Estas trocas se dão sob a pressão política e militar de tipo imperialista. Como destaca Roxborough (1981), será este intercâmbio, que é necessariamente desigual, uma contribuição às formulações “dependentistas”. “Essa noção de troca entre dois modos de produção é central para algumas das teorias da dependência, em particular as que pretendem ser a troca desigual um mecanismo central do imperialismo” (ROXBOROUGH, 1981, p. 68). Cabendo, porém a

observação que, no caso da maior parte das “teorias da dependência”, não se trata de compreender o centro e a periferia como modos de produção distintos, mas como o mesmo sistema, porém como estruturas econômicas e sociais singulares e funcionais à manutenção da coerência orgânica do capitalismo. Marini, porém irá identificar que o capitalismo é do tipo *sui generis* na periferia do sistema, logo para ele a relação entre nação dependente e nação central se comporta de forma bastante aproximada das noções desenvolvidas por Rosa Luxemburgo, em relação ao padrão de interação entre formações capitalistas e não-capitalistas. As conclusões políticas dos dois autores também possuem pontos de contato importantes, como por exemplo, a proposta de superação do imperialismo via edificação do socialismo.

Como nota acertadamente Hunt (2005), Rosa Luxemburgo produziu inovações importantes no entendimento do imperialismo, mesmo que no corpo central de sua teoria existam pontos débeis e atualmente refutados pela história. Considerando estas inovações produzidas pela inteligência e perspicácia aguda da autora, uma delas chama a atenção, a questão relativa ao papel do *militarismo* na fase imperialista do capitalismo. Mesmo destacando o papel dos empréstimos internacionais no processo de afirmação de novos Estados nacionais capitalistas na periferia do sistema, a estabilidade destes negócios não seria alcançada sem a existência de uma vasta capacidade militar dos países centrais.

Além de reconhecer esse papel essencial do militarismo na criação e na expansão do capitalismo, ela [Luxemburgo] também foi, dentre os economistas, a primeira a ver claramente que, no século XX, o militarismo estava transformando-se rapidamente em uma importante fonte de compensação parcial da deficiência crônica de demanda que assolava o capitalismo maduro. (HUNT, 2005,p. 345).

É evidente que a função que Luxemburgo identificou na indústria bélica veio a se manifestar mais plenamente durante a II Grande Guerra. Porém, para a autora, o militarismo era também uma componente do processo de acumulação de capital, não apenas um instrumento auxiliar. Nas palavras de Rosa Luxemburgo, “O militarismo desempenha, na história do capital, uma função bem determinada. Ele acompanha os passos da acumulação em todas as suas fases históricas” (LUXEMBURGO, 1988, p. 89). Isto é, desde a acumulação primitiva descrita por Marx até as tensões entre as nações imperialistas pelo controle de regiões periféricas. “Do ponto de vista estritamente econômico, o militarismo já se revela um meio de primeira ordem para a realização de mais-valia do capital, ou seja, um bom campo para a acumulação” (LUXEMBURGO, 1988, V.II, p. 89). O próprio Estado se torna um espaço de realização, no qual a renda nacional (formada pelos tributos) se converte em fator

de realização de mercadoria. Este consumo improdutivo será financiado principalmente pela classe operária e o campesinato “mediante impostos indiretos e altas tarifas alfandegárias” (LUXEMBURGO, 1988, V.II, p. 91).

Em síntese, a clivagem teórica de Rosa Luxemburgo, assim como dos demais autores desta *geração de estudos*, procura na dinâmica econômica do capitalismo as origens do imperialismo. No entanto, diferentemente dos demais, a autora prioriza a noção de subconsumo e crise de realização com fator determinante do imperialismo. Sua abordagem dá relevo à relação entre áreas capitalistas e não-capitalistas como principal sustentação do desenvolvimento das forças produtivas. O imperialismo é a expressão política de uma solução à crise de realização e não uma “fase superior”, como é a defesa de Lênin (1917).

2.2.4 Lênin e a fase superior do capitalismo

Entre janeiro e julho de 1916, Vladimir Ilitch Ulianov – Lênin (1870-1924) escreve seus estudos sobre a obra de Hilferding exposto no item 2.2.2. Estes trabalhos, juntamente com a influência exercida por Hobson (1902),¹² deram origem ao clássico do marxismo-leninismo intitulado “*O Imperialismo, fase superior do capitalismo*” que veio a ser publicado em meados de 1917. Lênin não realiza nenhuma inovação substancial em relação às teses de Hilferding, em “*O Capital Financeiro*”, publicado seis anos antes. Porém, desenvolve uma análise conjuntural detalhada sobre a situação da economia internacional na “Era dos Monopólios”, indicando a validade das interpretações de Hilferding e Hobson sobre o recrudescimento das tensões interimperialistas. O autor russo começa o texto esclarecendo que: “Nas páginas que se seguem procuraremos expor sumariamente, da forma mais popular possível, os laços recíprocos existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo.”¹³ Não nos deteremos, por muito que ele o mereça, no aspecto não econômico do problema” (LÊNIN, 1982, p.586).

¹² Segundo Roxborough “Há tantas semelhanças entre elas [as formulações de Lênin e Hobson] que por vezes foram tratadas como idênticas, como a ‘tese de Hobson-Lênin’” (ROXBOROUGH, 1981, p.60).

¹³ A definição de imperialismo de Lênin é uma articulação de cinco componentes básicas “1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 1982, pp.641-642)

Seguindo a mesma lógica de Hilferding, Lênin enfatizará a exportação de capital para regiões periféricas (coloniais ou neocoloniais), como processo necessário à etapa monopolista do capitalismo. O autor identifica uma cadeia de etapas históricas pelas quais a concentração capitalista passa por saltos de qualidade, tanto a proporção de excedente econômico acumulado, quando na associação de capitais e em sua organização monopolística, cuja exigência histórica seria a expansão para áreas deficitárias de relações capitalistas. Este mecanismo torna-se uma necessidade para a contenção da crise no capital nos países centrais. Lênin estabelece a seguinte seqüência histórica:

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Década de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LÊNIN, 1982, p.591)

Assim como Hilferding, Lênin entendia que a concentração de capital em monopólios possui um elemento histórico progressista, socializaria a produção, impediria a “anarquia da produção” em torno de centros de decisão planejadores e romperia com estruturas arcaicas de produção, ou seja, desobstruiria o avanço das forças produtivas no capitalismo. Assim diz:

[...] o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue “reinando” como antes, e seja considerada a base de toda economia, na realidade encontra-se já minada e os lucros principais vão parar aos “gênios” das maquinações financeiras. Estas maquinações e estas trapaças têm a sua base na socialização da produção, mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia... os especuladores. [...] “baseando-se nisto”, a crítica filistina reacionária do imperialismo capitalista sonha com voltar *atrás*, à concorrência ‘livre’, ‘pacífica’ e ‘honesta’. (LÊNIN, 1982, p.595)

Para o autor russo, a crítica necessária aos monopólios não se poderia dar no plano moral, maldizendo os banqueiros e sua ganância. Seria um componente positivo e até mesmo revolucionário o fato de que a produção atingiu níveis extraordinários de socialização, conectando não apenas diversos trabalhadores de um país, os diversos setores da produção; mas a socialização conectou todos os continentes, todas as regiões do mundo em um mesmo sistema de produção da riqueza. O problema a ser superado é que a apropriação de toda esta riqueza ainda se dá de maneira privada, beneficiando cada vez mais um número cada vez menor de indivíduos. Neste sentido, Lênin aponta o núcleo dirigente do capitalismo em sua fase monopolística: os banqueiros; aqueles poucos que se beneficiam da concentração

exponencial da riqueza. Este fato acentua as contradições entre os diferentes setores da classe dirigente capitalista, aprofundam-se os conflitos com os capitalistas comerciais, com os industriais e com a pequena burguesia. O banqueiro, ou rentista financeiro (*rentier*) é a classe articuladora (e principal beneficiária) do novo capitalismo (monopólico-imperialista).

É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o *rentier*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de “poder” financeiro em relação a todos os restantes. (LÊNIN, 1982, p.619)

O trecho acima possui três considerações importantes: (1) Afirma que o imperialismo não é apenas uma relação entre dois países, ou duas economias, é uma etapa “superior” do capitalismo. Superior, porque socializa exponencialmente a produção e elimina os constrangimentos ao desenvolvimento das forças produtivas. (2) Identifica a “oligarquia financeira” como agente central dentro das diferentes frações da burguesia. (3) Conclui que os Estados com “poder” financeiro possuem vantagens em relação aos demais. Para os objetivos de nosso estudo, que tem como referência a discussão sobre dependência, cabe analisar com maior profundidade esta terceira noção: como Lênin aborda a relação entre países centrais e periféricos, inclusive, utilizando exemplos concretos, Portugal e Argentina.

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as **formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática.** Uma destas formas, a semicolônia, [...]. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina. [...]

“A América do Sul, e sobretudo a Argentina – diz Schulze-Gaevernitz no seu livro sobre o imperialismo britânico –, encontra-se em tal dependência financeira relativamente a Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa”. Segundo Schilder, os capitais investidos pela Inglaterra na Argentina, de acordo com os dados fornecidos em 1909 pelo cônsul austro-húngaro em Buenos Aires, ascendiam a 8750 milhões de francos. **Não é difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro – e à fiel “amiga”, a diplomacia – da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política.** (LÊNIN, 1982, p.639, grifos nossos)

Se Lênin não possuía uma formulação desenvolvida sobre o conceito de dependência, fica claro na passagem acima que reconhecia o fenômeno como um tipo de relação dentro de uma “Teoria do Imperialismo”. A abordagem do autor irá influenciar diretamente as formulações posteriores sobre a dependência, em especial a chamada “Escola da Dependência”. Destacamos as idéias centrais: (1) Mesmo Lênin identificando o imperialismo como “fase superior do capitalismo”, admite que, no nível particular de análise, esta fase se manifesta em relações concretas entre países. As nações poderão ser “do ponto de vista formal” independentes politicamente, mas encontram subordinadas “nas malhas da dependência financeira e diplomática” - diz Lênin (1982, p.639). Aqui, portanto, não se trata de uma subordinação ao estilo colonial, trata-se de uma relação entre uma potência e um país periférico dentro de um mesmo sistema, o capitalista, neste sentido se pressupõe uma legalidade própria deste padrão de interação, que envolve tratados comerciais e acordos diplomáticos. (2) Lênin antecipa, sem desenvolver, a “tese central” da “Escola da Dependência”, a saber: a relação profunda entre a diplomacia estrangeira e a burguesia local (no exemplo Argentina). Aponta como esta relação está amalgamada no interior do “círculo dirigente” e na “vida econômica e política” do país dependente. Lênin analisa outro exemplo de um determinado arranjo de dependência: o constituído entre Portugal e Inglaterra.

O exemplo de Portugal mostra-nos uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática, ainda que, conservando a independência política. Portugal é um Estado independente, soberano, mas na realidade há duzentos anos [...] está sob o protetorado da Inglaterra. A Inglaterra defendeu-o, e defendeu as possessões coloniais portuguesas, para reforçar as suas próprias posições na luta contra os seus adversários: a Espanha e a França. A Inglaterra obteve em troca vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para as exportações de capitais para Portugal e suas colônias, pode utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos, etc, etc. Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial. (LÊNIN, 1982, p.640)

A dependência, como é tratada pelo autor, é um resultado da subordinação, uma “relação” singular entre uma potência e um país formalmente independente. Não chega a discutir as estruturas internas aos países periféricos que reproduzem uma situação de dependência, estudo que somente será desenvolvido posteriormente pelos teóricos do subdesenvolvimento e da dependência. Há uma margem para dúvidas e eventuais críticas a noção de soberania, no exemplo acima. Lênin afirma que Portugal é “soberano”, porém vive há duzentos anos em uma situação de “protetorado” inglês, o que parece uma contradição,

uma vez que a soberania é incompatível com uma situação de dependência externa, inclusive militar como no caso português. Não há dúvida que os países dependentes, e até mesmo algumas colônias, possuíam e possuem uma margem de discricionariedade sobre uma miríade de assuntos, porém não são plenamente capazes de determinar, a partir de núcleos de decisão internos, o sentido estratégico de um projeto nacional plenamente autônomo. Contudo, para as pretensões de Lênin, era suficiente esclarecer o caráter generalizado das relações de subordinação econômica e diplomática entre os “grandes” e os “pequenos”, contextualizadas a partir da expansão generalizada das “cadeias de operações” do capital financeiro.

Se o imperialismo é uma fase superior do capitalismo, qual é a alternativa de superação de seus efeitos deletérios sobre os trabalhadores e aos povos subordinados? Lênin polemiza com as posições, chamadas por ele de “pequeno-burguesas”, que procuram na defesa da livre concorrência uma alternativa à expansão dos monopólios. As perspectivas apontadas pelo autor são convergentes com as posições de Hilferding, defender a livre concorrência é “voltar atrás”, e não entender “o lugar do imperialismo na história” (LÊNIN, 1982, p. 667). Ficam claras também as divergências com Hobson, que defenderia, contra a “inevitabilidade” do imperialismo, a possibilidade de reformas sem rupturas com as bases do sistema capitalista (Lênin, 1982, p. 658). “No imperialismo “intensifica-se” também particularmente a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações à autodeterminação)” (LÊNIN, 1982, p. 665). Diante deste quadro, o autor identifica que o imperialismo recrudesce a opressão das nacionalidades e promove conseqüentemente a resistência contra o poder estrangeiro. “A isto há que acrescentar que, não só nos países recentemente descobertos, mas também nos velhos, o imperialismo conduz às anexações, à intensificação da opressão nacional, e, por conseguinte, intensifica também a resistência” (Lênin, 1982, p. 666).

O imperialismo, seguindo o raciocínio leninista, somente será superado com a superação do capitalismo, que unifica as lutas revolucionárias de classes, com a luta pela autodeterminação nacional, uma vez que nesta fase do capitalismo, não apenas as classes subalternas são exploradas, como também povos inteiros. “De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante” (LÊNIN, 1982, p. 669). Para Lênin as contradições estruturais do processo de monopolização do capital, colocaria em xeque a própria vitalidade do sistema, que “agoniza” frente à socialização extrema da

produção e a apropriação privada máxima; soluções reformistas, como as ocorridas no pós-guerra, não teriam como conter as contradições iminentes da fase madura do capital.

Hobson, Hilferding, Rosa Luxemburgo e Lênin apresentam uma primeira geração de estudos sobre o imperialismo que irão influenciar objetivamente os estudos posteriores sobre a dependência. As obras destes autores serão bases fundamentais para tentativas de interpretação que identificam o imperialismo como “etapa do capitalismo”, portanto consequência histórica da evolução da forma capital. Originário da infra-estrutura econômica, o “capital financeiro” se manifestaria politicamente pela organização do sistema interestatal, pela configuração de um tipo de situação geopolítica que, por um lado, intensifica a disputa entre as potências imperialismo (cujo resultado é a guerra) e, concomitantemente, promove a resistência dos povos oprimidos, sob a bandeira da autodeterminação (em especial na perspectiva leninista).

2.2.5 Anti-imperialismo na América Latina: Mariátegui, Haya de la Torre e Mella

A contribuição dos autores até aqui visitados se deteve em grande medida a desvendar as causas, a natureza e o processo por meio do qual o imperialismo se constituiu como a “fase” monopolista do capitalismo. Esta contribuição, embora fundamental, é ainda insuficiente para pavimentar o percurso no qual a noção de dependência se desenvolveu. As “teorias da dependência”, em linhas gerais, são tentativas de construção de uma análise do imperialismo partindo das particularidades das formações sociais latino-americanas. Nesta perspectiva, a intelectualidade latino-americana dos anos 20 e 30 do século passado oferecem aportes importantes. Trataremos, nesta oportunidade, de oferecer, por conseguinte, os pontos essenciais das contribuições de três deles: José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e Julio Antonio Mella.

As análises destes intelectuais militantes estão orientadas mais pelas dimensões sociais, históricas e políticas do que propriamente interpretações econômicas, ou predominantemente econômicas, como foram as anteriores. Recepcionaram a teoria marxista de forma criativa e dinâmica, ocuparam em utilizá-la como colaboração à análise e não como doutrina rígida e pouco manuseável diante de uma realidade estruturalmente distinta daquela instalada no velho continente. Porém, iremos nos concentrar naqueles aspectos que contribuíram diretamente, ao nosso entender, para a formação das “teorias da dependência”. Inserimos os três autores latino-americanos dentro da primeira geração de estudos, mesmo com as diferenças explícitas que anunciamos a pouco, porque os mesmos comungam com o

esforço intelectual dos autores europeus, ou seja, analisar a dinâmica do imperialismo, porém partindo de outro lugar social, econômico, político e histórico, a periferia do sistema capitalista. Ao recepcionar a teoria marxista e as leituras relativas à situação das regiões periféricas (coloniais e semi-coloniais), em especial aquelas teses elaboradas pela III Internacional Comunista, estes autores procuraram criticamente desenvolvê-las à luz das idiossincrasias latino-americanas. A um só tempo, esta análise do imperialismo propiciou a abertura de um debate sobre a questão nacional e latino-americana. Em outras palavras, ao refletir sobre o impacto da capital estrangeiro monopolista em sua cultura e instituições, abriu caminho para que esta geração procurasse rotas de superação da subordinação ao elemento externo. Não seria outra senão a conclusão de sua própria formação nacional, a concretização da soberania e a edificação de uma civilização distinta daquela imposta de maneira exógena, alheia à cultura e às necessidades dos povos latino-americanos.

As interpretações da questão da luta antiimperialista talvez sejam o ponto central que comunica estes autores latino-americanos com as teses “dependentistas”. As teses da III Internacional Comunista que orientavam a militância comunista nas regiões coloniais e semi-coloniais a desenvolverem uma estratégia (*frente única antiimperialista e antifeudal*) de emancipação nacional democrático-burguesa, apostando no caráter progressista da burguesia nacional em relação ao enfrentamento do imperialismo, não foi recepcionada de forma mecânica por estes autores. Lembrando o conteúdo das discussões entre Manabendra N. Roy, representante da Índia na Terceira internacional e Lênin¹⁴, ocorreram entre os pensadores latino-americanos, profundas discussões sobre as possibilidades de revolução democrático-burguesa no subcontinente.

José Carlos Mariátegui (1895-1930), fundador do comunismo peruano, defendia que a linha de ação antiimperialista passava pela organização autônoma dos trabalhadores e não poderia contar com a burguesia local para a composição de uma frente antiimperialista. Uma vez que “as burguesias nacionais, que veem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de lucro, sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocuparem

¹⁴ Este debate se refere as discussões da Comissão Nacional e Colonial no 2º Congresso da III Internacional (1920), no qual “Lênin sustentava a idéia de que os movimentos nacionais dos países atrasados deveriam ser democrático-burgueses, uma vez que a grande massa da população era composta de camponeses e representantes de relações burguesas e capitalistas. Neste caso, os comunistas deveriam apoiar as burguesias locais, empenhadas no movimento de libertação nacional. Porém Manabendra N. Roy, representante da Índia, chamou a atenção de Lênin e da Comissão para os inúmeros casos em que a burguesia nacional traiçoeira as massas revolucionárias e passara para o lado do imperialismo. Então, segundo Roy, somente os partidos comunistas estariam em condições de levar avante a revolução nacional, e deveriam atacar, sem perda de tempo, tanto o imperialismo, quanto a “burguesia renegada”, uma vez que ambos eram inimigos dos trabalhadores” (MANTEGA, 1984, pp. 145-146). Ao final, as duas teses foram aprovadas, a de Lênin como tese principal e a de Roy como suplementar.

seriamente com a soberania nacional” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 130). A luta antiimperialista é componente da luta pela revolução socialista, e considera um erro o transporte da estratégia de frente única com a burguesia e pequena burguesia, como ocorreu na China, para a realidade latino-americana, dizia Mariatégui (2005, p. 130). Inclusive esta era uma das principais divergências com o outro grande pensador peruano Víctor Raúl Haya de la Torre (1895-1979), fundador do APRA¹⁵. Para o grande ideólogo aprista:

Antes da revolução socialista, que levará a classe trabalhadora ao poder, nosso povo deve passar por etapas prévias de transformações econômicas e políticas e, talvez, por uma revolução social que conseguirá emancipá-lo do jugo imperialista e levar à unificação econômica e política indo-americana. A revolução proletária virá depois. (HAYA DE LA TORRE, 1968, *apud* LÖWY, Michel, 2006, p. 11)

Haya de la Torre acreditava que a luta antiimperialista estava diretamente relacionada à formação de uma frente (e o APRA significava isso) cuja natureza deveria ser continental e policlassista. Neste arranjo político, a burguesia latino-americana teria um papel importante na disputa contras as classes “atrasadas” ou “semi-feudais” diretamente interessadas na continuidade do jugo estrangeiro. Mas este ponto não é a marca que distancia Haya de La Torre dos demais marxistas latino-americanos adeptos à estratégia democrático-burguesa. A justificativa para esta tática era bastante original, e corresponde a uma iniciativa de construir um caminho próprio para a Revolução Indo-Americana, sob a direção do que seria, por aproximação, o “Kuomintang” latino-americano, tão criticado por Mariatégui (2005, p. 130-131). Nas palavras de Haya de La Torre (1968 *apud* LÖWY, Michel, 2006, p. 10),

[...]o aprismo formula uma nova interpretação do marxismo para a América Latina, transferindo o conceito einsteiniano de espaço-tempo para o domínio sócio histórico com vistas à dar conta desse aglomerado complexo de regiões e raças, de formas de produção e de cultura. O aprismo nega e transcende o marxismo.

Isso significa como destaca Löwy (2006), que para o aprista, o “espaço-tempo” latino-americano é diferente daquele examinado por Marx no contexto europeu, e que, portanto, as soluções ao “atraso” deveriam considerar em primeira instância a unidade regional e não as estratificações sociais. A formação de um *Estado autóctone*, forte, corporativo, legitimando pelas três classes antiimperialistas (campeinato, trabalhadores e burguesia nacional), é o

¹⁵ Aliança Popular Revolucionária Americana, fundado no México em 1924, esta organização possuía o objetivo de se transformar em um grande partido continental.

instrumento principal da afirmação da soberania, segundo Haya (1936).¹⁶ Será o Estado a controlar a vida social e econômica com o intuito de desenvolver a etapa capitalista da história latino-americana, controlando e regulando as consequências deletérias deste sistema em valor da coletividade e dos interesses nacionais.

El Estado Antimperialista limitará, pues, el ejercicio de uso y abuso -*jus utendi, jus abutendi*-, individuales, coartará la libertad económica de las clases explotadoras y medias y asumirá, como en el Capitalismo de Estado, el contralor de la producción y del comercio progresivamente. (HAYA DE LA TORRE, 1936)

O antiliberalismo e a consolidação de um Estado “sobre” as classes formuladas por Haya se aproximam em grande medida com as idéias cepalinas bem como sua obsessão positiva pela *integração regional* latino-americana, que também possui um profundo impacto no pensamento dos “dependentistas” de orientação marxista. Todavia, a arquitetura política do anti-imperialismo “aprista” é substancialmente distinta das formulações dos teóricos daquela geração, como será desenvolvido no item 2.3.

Mariátegui foi um pioneiro na crítica ao arranjo aprista, que chamou de tipo “demagógico-populista”, para o autor (2005, p.133):

Nem a burguesia, nem a pequena burguesia no poder podem realizar uma política antiimperialista. [...] O assalto ao poder pelo antiimperialismo, como movimento demagógico populista, se fosse possível, nunca representaria a conquista do poder pelas massas proletárias, pelo socialismo. A revolução socialista encontraria seu mais encarniçado e perigoso inimigo – perigoso por sua confusão, sua demagogia – na pequena burguesia assentada no poder, conquistado mediante suas vozes de ordem. [...] nossa missão é explicar e demonstrar às massas que só a revolução socialista contraporá um obstáculo definitivo e verdadeiro ao avanço do imperialismo.

Mariátegui refuta a possibilidade de construção de um frente policlassista, e completa: “Em nossos países, o fator classista é mais decisivo, está mais desenvolvido. Não há motivo para recorrer às vagas fórmulas populistas, por trás das quais não podem deixar de prosperar tendências reacionárias” (Mariátegui, 2005, p. 134). Para o comunista peruano, as tarefas

¹⁶ “Si el Estado Antimperialista no se apartara del sistema clásico del capitalismo, y alentara la formación de una clase burguesa nacional, estimulando la explotación individualista insaciable -amparada en los enunciados clásicos del demoliberalismo-, caería pronto en el engranaje imperialista del que ningún organismo nacional burgués puede escapar. Por eso ha de ser indispensable en el nuevo tipo de Estado la vasta y científica organización de un sistema cooperativo nacionalizado y la adopción de una estructura política de *democracia funcional basada en las categorías del trabajo*. Así, por ambos medios, realizará el Estado Antiimperialista la obra de educación económica y política que necesita para consolidar su posición defensiva. Y así, también, canalizará eficiente y coordinadamente el esfuerzo de las tres clases representadas en él. Hacia otro sistema económico que niegue y se defiende del actual por el contralor progresivo de la producción y la riqueza -nacionalización de la tierra y de la industria dice el programa del APRA-, orienta y dirige su camino histórico el Estado Antimperialista. Él ha de ser la piedra angular de la unidad indoamericana y de la efectiva emancipación económica de nuestros pueblos.” (HAYA DE LA TORRE, 1936)

democrático-burguesas somente poderiam ser realizadas pela revolução socialista¹⁷, sob a direção dos trabalhadores, neste sentido serão estes últimos os sujeitos depositários das possibilidades da modernidade, porém, uma modernidade que para Mariátegui é *outra*, distinta, porém não isolada, daquela desenvolvida no Ocidente.

A procura pelo caminho nacional e latino-americano para a revolução socialista, que valorizasse as raízes coletivistas da cultura indígena não implica para o autor, adotar uma postura *chauvinista*, um deslocamento dos avanços culturais da humanidade, mas inserir-se no curso da história com soberania, pois “o nacionalismo é válido como afirmação, mas não como negação” (MARIÁTEGUI, 2005, p.36). O internacionalismo é, para Mariátegui, um fato histórico, “A civilização ocidental internacionalizou e tornou solidária a vida da maior parte da humanidade. As idéias e paixões propagam-se de modo veloz, fluido, universal” (MARIÁTEGUI, 2005, p.36). A possibilidade do socialismo teria, então, dupla função: ao tempo que complementaria a formação nacional,¹⁸ seria em igual medida a afirmação da humanidade em sua totalidade. A participação da nação neste movimento universal não implica em subsumir completamente, mas, sobretudo se afirmar como particularidade. Nas suas palavras, “não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis aqui uma missão digna de uma geração nova” (MARIÁTEGUI, 2005, p.120).

No ponto de vista da análise da base econômica peruana, Mariátegui reforça a noção de que o desmantelamento da estrutura econômica incaica se realizou em favor da constituição de uma orientação produtiva de caráter exógeno. “A economia do Peru é uma economia colonial. Seu movimento, seu desenvolvimento estão subordinados aos interesses e às necessidades dos mercados de Londres e de Nova York” (MARIÁTEGUI, 2005, p.95). E que a estrutura agrária reproduzia esta orientação, sustentada por uma oligarquia feudal e associada ao capital estrangeiro. Para Mariátegui (2000, p.22).

[...] en el Peru actual coexisten elementos de tres economías diferentes. Bajo el régimen de economía feudal nacido de la Conquista subsisten en la sierra algunos resíduos vivos todavía de la economía comunista indígena. En la costa, sobre un suelo feudal, crece una economía burguesa que, por los menos en su desarrollo mental, da la impresión de una economía retardada.

¹⁷ “O advento político do socialismo não pressupõe o cumprimento perfeito e exato da etapa econômica liberal, segundo um itinerário universal. Já disse em outro lugar que é muito possível que o destino do socialismo no Peru seja, em parte, o de realizar, segundo o ritmo histórico que o governe, certas tarefas teoricamente capitalistas” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 153).

¹⁸ “O Peru é, ainda, uma nacionalidade em formação” (MARIÁTEGUI, 2005, p.44).

Assim, como parte da interpretação corrente no movimento comunista internacional, Mariátegui interpretava a economia peruana como uma imbricação de diferentes tipos de estruturas econômicas, porém com dois setores básicos em atuação: o agrícola sustentado por instituições feudais residuais ao processo de independência, e um outro “moderno” estruturado sobre a extração de minerais. Para o autor, o problema central então era “o problema de peruanizar, nacionalizar, de emancipar nossa economia” (MARIÁTEGUI, 2005, p.95).

Diferentemente de pensadores como Caio Prado Jr. e Sergio Bagú, bem como a totalidade dos teóricos da dependência, Mariátegui entendia as instituições herdadas da época colonial como feudais. Negava, como estes autores, a possibilidade de uma revolução democrático-burguesa em seu país, denunciando o caráter harmônico da relação entre as elites peruanas e os capitais internacionais.

Julio Antonio Mella (1903-1929), fundador do Partido Comunista Cubano, também compõe o campo de dirigentes e formuladores socialistas que estão em oposição à unidade com a burguesia nacional contra o imperialismo. Suas posições são sensivelmente mais moderadas do que aquelas apresentadas por Mariátegui. Crítico do Aprismo, o revolucionário cubano defende a completa independência organizativa e política do proletariado em relação à burguesia nacional. A afirmação política de Mella é radicalmente classista, uma vez que “Em sua luta contra o imperialismo [...] as burguesias [...] unem-se ao proletariado, boa bucha de canhão. Mas acabam compreendendo que é melhor se aliarem ao imperialismo, que no fim das contas tem os mesmos interesses” (MELLA, 1928, p. 99).

Nestes parâmetros, Mella defendia que uma frente anti-imperialista deveria ser formada por trabalhadores, camponeses, estudantes e intelectuais independentes; a burguesia cubana sempre foi cúmplice dos interesses estadunidenses e não lhe restava alternativa senão atuar como sócias minoritárias dos negócios estrangeiros, conforme destaca Löwy (2006, p. 16). A Revolução Cubana para Mella teria um caráter socialista, pois as bases econômicas e sociais de Cuba estavam completamente inseridas na dinâmica econômica do capitalismo, em especial no condomínio financeiro de Wall Street. Em sintonia com o pensamento de Mariátegui, não apenas na crítica mordaz ao APRA, mas também na estratégia de consolidação da soberania nacional por via da revolução socialista.

A breve vida de Mella não encurtou em absoluto o impacto de suas formulações, em especial depois da Revolução Cubana (1959), quando o M-26 o elegeu, juntamente com José Martí, um patriarca do pensamento revolucionário cubano. Sua percepção do papel da questão nacional na Revolução Cubana e seu caminho ao socialismo foi elemento inspirador da

juventude dos anos 60 e dos teóricos “dependentistas”, impactados com o advento da Revolução em Cuba, como destaca Marini (1992).

O breve balanço das formulações dos três autores latino-americanos identifica que a busca por uma interpretação do imperialismo a partir da visão da periferia do sistema, não surgiu com o advento das “Teorias da Dependência”. Já estava presente desde os anos 20 do século passado a busca por aproximar o marxismo e os estudos sobre a expansão do capitalismo na formação social latino-americana. A contribuição de Mariátegui talvez tenha sido aquela que representou, de forma mais contundente, a existências destas formulações dentro da *primeira geração de estudos sobre o imperialismo*. Marco Ingrosso (1973, pp. 38-39) destaca este fato de maneira bastante sintética:

Lenin fijó su análisis de las relaciones entre países dominantes y países dominados partiendo de una fase del desarrollo del modo de producción capitalista que denominó “Imperialismo”. Para Rosa Luxemburgo, la unión entre el desarrollo y el subdesarrollo comenzó con el mismo nacimiento del capitalismo. Sin embargo, ambos observaron el fenómeno a partir de los países centrales, coherentemente con sus intereses políticos, no interesándose por el proceso de transformación de la estructura económica, política y social que la aparición del capitalismo y del imperialismo ha provocado en la “periferia”. [...] Mariátegui, y mas recientemente también Sergio Bagú, ha intentado situarse desde el punto de vista de los países dominados para observar la penetración y la expansión del sistema capitalista metropolitano.

2.3 Segunda geração de estudos do imperialismo: Marxismo e a teoria do subdesenvolvimento

2.3.1 O desenvolvimento como problema

A segunda geração de estudos sobre o imperialismo se dá no contexto do pós-guerra, período povoado por temas como desenvolvimento econômico, subdesenvolvimento, descolonização, guerra fria e lutas de libertação nacional. Destacam-se aí as contraposições marxistas às teorias keynesiana e neoclássica. Kalecki, Baran, Sweezy e, no Brasil, Caio Prado Jr. e Sérgio Bagú, na Argentina, fazem parte desta geração de estudos sobre os novos contornos do imperialismo, atribuindo-lhe uma leitura mais sofisticada em matéria do seu sistema de reprodução. Em especial, porque será neste período que se manifestam com maior vigor as teses (polêmicas) sobre o sentido capitalista da colonização e a formação e orientação das classes nas sociedades periféricas; contrapondo por um lado leituras provenientes da

escola neoclássica e relacionadas à teoria da modernização e, por outro, as teses do marxismo de orientação soviética, remanescentes das formulações da III Internacional Comunista.

As décadas de 40 e 50 foram férteis em elaborações sobre a questão do subdesenvolvimento, a produção da “nova esquerda norte-americana” irá causar impactos importantes nas elaborações sobre a dependência, principalmente em sua vertente marxista. Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff entre outros irão influenciar intelectualmente autores da chamada “Escola da Dependência”, com destaque para Gunder Frank e Ruy Mauro Marini. Em paralelo à produção estadunidense, Caio Prado Jr. procura desenvolver uma análise marxista do processo de formação econômica e social brasileira; salvaguardando as distinções que separam este autor dos pensadores estadunidenses, irão possuir pontos de contato importantes. O debate sobre as causas e as perspectivas do subdesenvolvimento, produzidas naquele período, irão delinear a estrutura dos campos analíticos dos “dependentistas”. Primeiro, por estabelecerem um diálogo conflituoso com o campo cepalino, e, segundo, por demarcarem com o pensamento hegemônico do movimento comunista. Mesmo tendo esta geração, em sua grande maioria, defendido publicamente os avanços do chamado Mundo Socialista, e principalmente soviético, não possuíam uma identificação sólida com a produção teórica dos mesmos, em especial a leitura sobre o subdesenvolvimento.

Pelo menos dois fatores contribuíram para a formação desta geração de intelectuais, uma vez que,

[...] nos anos 1950, um conjunto de autores, de filiações teóricas diversas, tanto apontaram as especificidades da realidade econômica dos países subdesenvolvidos quanto apontam a incapacidade do pensamento econômico neoclássico de dar conta daquelas realidades.

A emergência dessas perspectivas, que podem ser chamadas de constituintes de uma economia política dos países subdesenvolvidos, está, é certo, profundamente relacionada a dois fenômenos de grande envergadura: a crise da tradição liberal depois de seu fracasso na detecção e enfrentamento da crise dos anos 1930; os significativos sucessos da intervenção estatal na economia seja no caso da estratégia keynesiana/Bem-estar-social, seja na modalidade soviética. (PAULA, 2006, p.4)

Porém, a amplitude da produção científica desta geração supera os contornos da economia política e irá impactar definitivamente a forma como se concebe a história da formação social latino-americana.

Do ponto de vista sociológico e da ciência política, agregaria um outro fator, a insuficiência da “Teoria da Modernização” em explicar as assimetrias entre os países do chamado “mundo subdesenvolvido” e os países desenvolvidos nos termos da dicotomia sociedade tradicional e sociedade moderna. “A suposição é de que todas as sociedades são semelhantes numa etapa, por serem “tradicionais”, e acabam também passando pela mesma

série de modificações observadas no Ocidente, tornando-se “modernas” (ROXBOROUGH, 1981, p.26). Esta perspectiva de análise será duramente rejeita pelos autores desta *geração*.

Sinteticamente, o surgimento da *segunda geração de estudos sobre o imperialismo*, que irão se destacar na análise da “dialética do desenvolvimento - subdesenvolvimento” terá com fatores impulsionadores: (1) o fracasso da teoria neoclássica no enfrentamento da crise de 29; (2) o êxito das políticas keynesianas e soviéticas em relação à recuperação econômica; e (3) a incapacidade da “teoria da modernização” em oferecer uma interpretação científica para as assimetrias existentes entre países centrais e periféricos.

O objetivo deste item é destacar as principais formulações produzidas na década de 50 que irão auxiliar no desenvolvimento das “teorias de dependência”, sem, evidentemente, esgotar toda a riqueza do debate dos autores analisados. A omissão de parte significativa da produção intelectual dos mesmos se dá em grande medida pela escolha deliberada por expor apenas aqueles conteúdos que, a nosso ver, influenciaram diretamente as formulações “dependentistas”, sem, contudo menosprezar toda a vasta discussão apresentada pelos pensadores do subdesenvolvimento deste período. Pelas mesmas razões, a abordagem pretendida não cobre todos os autores. Feita essa advertência, passamos a discutir a trajetória dos conceitos pertinentes diretamente ao plano de estudo em tela. A exposição a seguir tomará com referências os autores: Michal Kalecki, Paul Baran, Paul Sweezy, Caio Prado Jr. e Sérgio Bagú.

2.3.2 Kalecki: Os fatores do desenvolvimento econômico

A obra “*Teoria da Dinâmica Econômica*”, escrita por Michal Kalecki (1899-1970) no ano de 1954, talvez tenha sido uma das mais contundentes respostas de orientação marxista sobre o tema do desenvolvimento no pós-guerra. A discussão hegemônica no tema do desenvolvimento capitalista estava sob orientação keynesiana, inclusive na América Latina com a extensa produção intelectual no campo do desenvolvimentismo cepalino¹⁹. Como constata Jorge Miglioli, na apresentação da obra de Kalecki supra citada:

¹⁹ “O desenvolvimentismo foi a ideologia que mais diretamente influenciou a economia política brasileira e também, de um modo geral, todo o pensamento econômico latino-americano. Herdeiro direto da corrente keynesiana que se opunha ao liberalismo neoclássico, esse ideário empolgou boa parte da intelectualidade latino-americana nos anos 40 e 50, e se constituiu na bandeira de luta de um conjunto heterogêneo de forças sociais favoráveis à industrialização e à consolidação do desenvolvimento capitalista nos países de ponta desse continente.” (MANTEGA, 1984, p.23).

A partir da segunda metade da década de 1950 – e graças à divulgação feita, entre outros, por Joan Robinson, Paul Baran, Paul Sweezy e Lawrence Klein – a originalidade das idéias de Kalecki e sua formação marxista começaram a ser conhecidas. Muitos economistas marxistas passaram a perceber que a obra de Kalecki sobre as economias capitalistas, embora desprovidas do vocabulário marxista tradicional e com todo o estilo formal e as expressões matemáticas, constituía um desenvolvimento do velho “problema da realização”. (MIGLIOTI. 1984, p.13)

O autor se tornou conhecido por seus estudos sobre os “ciclos econômicos”, ao identificar as flutuações da economia capitalistas que influenciam diretamente no ritmo do crescimento e no sentido do desenvolvimento. No entanto, para os limites do presente trabalho, tomaremos apenas suas formulações diretamente vinculadas à questão do desenvolvimento. A contribuição de Kalecki na análise dos “fatores de desenvolvimento”, mesmo que ainda restritas a arena econômica, terá grande repercussão nas elaborações “pré-dependentistas””, com destaque para Baran e Sweezy. Kalecki promove a articulação de três variáveis (fatores de desenvolvimento) – (1) Inovação, (2) Poupança externa às firmas, (3) crescimento populacional – estas variáveis afetaram diretamente o sentido dos investimentos e com isso o caráter do desenvolvimento. Estudiosos como Baran e Sweezy irão procurar identificar como estes três “fatores” se comportam em uma formação social subdesenvolvida e, com isso, procurar estabelecer os constrangimentos estruturais estabelecidos nas sociedades dependentes, que “deformam” seu desenvolvimento.

Kalecki identifica como *inovações*,

[...] as criações da tecnologia, [porém], a definição de inovações pode ser facilmente ampliada passando a englobar fenômenos correlatos como a introdução de novos produtos que exigem novos equipamentos para a sua fabricação, a abertura de novas fontes de matérias-primas que exigem novos investimentos em instalações produtivas e de transporte etc. (KALECKI, 1984, p.184)

Uma economia capitalista necessita constantemente deste fator para manter acelerado o ritmo de investimento e o processo de acumulação. Porém, Kalecki adverte que a ampliação da tendência monopólica do capitalismo obstrui o surgimento de inovações e com isso o próprio dinamismo do sistema. Esta percepção de *inovação* possui pontos de contato com as posições de Schumpeter (1997) sobre a questão do desenvolvimento, que poderia ser “definido então pela realização de novas combinações” ²⁰ (Schumpeter, 1997, p.76). Para Kalecki, as inovações não podem ser entendidas como os ajustes graduais da base produtiva

²⁰ Estas combinações, segundo Schumpeter (1997), estariam ligadas às seguintes componentes: (1) Introdução de um novo bem, (2) introdução de um novo método de produção, (3) abertura de um novo mercado, (4) introdução de uma nova fonte de matérias-primas, (5) organização de um novo sistema empresarial (afirmação ou fragmentação de monopólios).

instalada, o que não produziria níveis de investimentos contudentes, a inovação produz a criação de um outro patamar de “Demanda Efetiva”, essencial ao dinamismo de uma economia determinada.

Para Kalecki, poupança externa às firmas, é aquela realizada “pelas pessoas que vivem de renda” (KALECKI, 1984, p.185). O autor verifica que quanto maior a poupança externa, menor será a capacidade de investimento e, portanto de crescimento econômico. “Se a poupança externa aumentar com relação ao capital [das firmas], a tendência negativa acelerará” (KALECKI, 1984, p. 185). Desse modo, a concentração de capital na porção *rentier* da classe capitalista é um fator de estrangulamento do desenvolvimento, da mesma forma que a monopolização de determinados ramos restringi as inovações.

O autor polonês problematiza o aumento populacional como fator direto de desenvolvimento. Para ele, é necessário examinar outras componentes do problema, sobretudo a distribuição da riqueza produzida (salário e lucro). O crescimento populacional “*amplia potencialidades* da expansão da produção a longo prazo. Resta ver, se um aumento da população também propícia um estímulo ao desenvolvimento, afirma KALECKI (1984, p.186). Se a população aumenta sem um estímulo à elevação da produção a partir dos outros fatores, existirá apenas uma aumento do desemprego. “Isso pressiona os salários para baixo, de modo que nos deparamos então com a questão de saber se a queda dos salários a longo prazo estimula o desenvolvimento de uma economia capitalista” (KALECKI, 1984, p.185). Neste caso, existira a transferência de valores dos salários para o lucro, redução do poder dos sindicatos e fortalecimento da lógica monopólica. “Longe de estimular a elevação da produção a longo prazo, isso, [...] tenderá a afetá-la desfavoravelmente” (KALECKI, 1984, p.185). Para evitar as discussões de cenários complexos, que poderia produzir, mesmo que teoricamente, um crescimento da produção via desvalorização salarial, Kalecki afirma o que é principal ao seu modelo, ou seja, “não é o acréscimo da população e sim um acréscimo do poder aquisitivo” que favorece o desenvolvimento, na medida que amplia o mercado consumidor e o investimento, e completa: “uma elevação do número de miseráveis não amplia o mercado” (KALECKI, 1984, pp. 185-186).

O economista então sintetiza seu raciocínio sobre a questão do desenvolvimento da seguinte maneira:

[...] nossa análise demonstra que o desenvolvimento a longo prazo não é inerente à economia capitalista. Dessa forma, torna-se necessária a presença de “fatores de desenvolvimento” específicos para sustentar um movimento ascendente a longo prazo. Entre esses fatores apontamos as inovações em seu sentido mais amplo como o fator mais importante para promover o desenvolvimento. Verificamos que outra

influência a longo prazo, a poupança externa às firmas, é um obstáculo e não um estímulo ao desenvolvimento.

Um declínio da intensidade das inovações nas últimas etapas do desenvolvimento capitalista resulta em um retardamento do aumento do capital e da produção. Ademais, se o efeito da elevação do grau de monopólio sobre a distribuição da renda nacional não for contrabalançado por outros fatores, haverá uma transferência relativa dos salários para os lucros e isso constituirá outro motivo para o retardamento da elevação da produção a longo prazo. (KALECKI, 1984, p.187)

Como as formulações de Kalecki irão criar impacto nas elaborações teóricas “pré-dependentistas”? É necessário criar certa tradução da teoria deste autor, para que seja possível interpretá-la a luz da ciência política. A primeira constatação geral que pode ser extraída está na dinâmica do capitalismo, sistema que, contrariando a ideologia neoclássica, não gera “espontaneamente” a “estabilidade” dos fatores macroeconômicos, mas, sobretudo reage a estímulos (principalmente de investimento) que estão determinados dentro da lógica cíclica de aceleração e desaceleração de inversões. O desenvolvimento capitalista, portanto, não é um *continuum*, mas é essencialmente produzido por variáveis independentes à dinâmica cotidiana do processo de acumulação, ou seja, a lógica da economia capitalista é essencialmente “instável”, se comportando em ciclos. Sem fatores de desenvolvimento, o sistema entra em um ciclo longo de estagnação, portanto a “normalidade” produzida pela racionalidade imediata capitalista leva ao retardamento do processo produtivo, diminui o ritmo de inovação e cria desemprego em grande escala. A análise política desta base teórica possui influência importante nas teses “estagnacionistas” de uma parte dos autores “dependentistas”. A denúncia do monopólio como fator que obstrui a inovação e, apreendido por aqueles, como a denúncia do imperialismo que, como foi dito anteriormente, é em uma de suas dimensões, a expressão política da fase monopólica do capitalismo. A estagnação seria uma tendência predominante do capitalismo contemporâneo, não apenas um problema de ordem conjuntural. Uma outra denúncia conexa está circunscrita aos efeitos da formação da “poupança externa” aos setores produtivos, que geram um acúmulo de capital-dinheiro sobre propriedade dos rentistas especulativos, criando restrições aos investimentos. Este acúmulo é transformado em poder econômico e político dentro de uma formação social, gerando obstáculos importantes ao desenvolvimento. Kalecki aponta para um problema principal do desenvolvimento; em linguagem corrente, o subdesenvolvimento está relacionado à ausência de poupança, o que limitaria a inversão, quando na verdade o que se dá é uma concentração de recursos em setores improdutivos internos às sociedades dependentes, mas também transferidos ao exterior via remessa de lucros, fluxos de capital especulativo e pagamento de juros da dívida privada e pública externa.

Outro problema, que foi explorado de uma forma mais acabada pela CEPAL, se refere à questão das inovações. Em uma sociedade dependente, a inovação não é produto de um processo endógeno de re-configuração dos fatores de produção, o que cria necessariamente a necessidade de modernização das bases produtivas. Fenômeno este que gera não apenas novos processos e produtos, mas um domínio mais amplo do conhecimento técnico de toda a cadeia produtiva. Os impulsos de inovação, extremamente necessários ao desenvolvimento, são produzidos nas nações de desenvolvimento capitalista avançado, restando às nações dependentes a assimilação tecnológica, e a refração do conhecimento técnico-científico, criando assim um subdesenvolvimento cultural e a dependência tecnológica. As nações dependentes não produzem as inovações a partir de esforços endógenos de criatividade e acumulação do progresso técnico, estão sujeitas a evolução da técnica dos países centrais. Entendendo a inovação em sentido amplo, é possível compreender de forma mais profunda a assimetria entre as nações periféricas e centrais. Se a tendência estabelecida do sistema é a estagnação, as nações dependentes sofrerão mais profundamente seus efeitos, uma vez que não tem disponibilidade de recursos para contrabalançar os mesmos, via aumento do investimento, via ampliação da renda do trabalhador e fortalecimento do mercado interno. Por outro lado, será uma consequência óbvia, em um cenário de aprofundamento da estagnação sistêmica, que as nações centrais utilizem dos seus instrumentos como “vencedores” da política e da economia mundial, para extrair das periferias do sistema, aportes de recursos que lhe sirvam de contra tendência, como já foi apontado anteriormente na discussão sobre a posição de Hilferding, Rosa Luxemburgo e Lênin sobre o imperialismo.

Mesmo não tratando diretamente da dinâmica particular das nações dependentes, Kalecki oferece chaves de leitura para desenvolvimentos posteriores que lançaram luz sobre a situação estrutural das sociedades dependentes. Primeiro, porque ao indicar os fatores de desenvolvimento, acaba por esclarecer sobre a ausência, ou pelo menos, a suas restrições de manifestação plena em sociedades periféricas. Segundo, ao identificar a tendência estagnacionista no nível sistêmico, cria condições de interpretação de suas consequências na América Latina, que serão desenvolvidas pelos “dependentistas”.

2.3.3. Baran: A disputa pelo excedente econômico

Passamos a tratar da contribuição do economista ucraniano Paul Baran (1910-1964), na obra *“A Economia Política do Desenvolvimento”*, publicada em 1957. Seguindo a mesma metodologia anterior, o enfoque pretendido com esta análise está restrito às contribuições da

obra para o desenvolvimento das “Teorias da Dependência”. A obra supracitada é um texto de “combate”; uma contraposição à ideologia liberal burguesa, e, sobretudo o seu instrumental econômico clássico e neoclássico, bem como aponta os limites do Keynesianismo²¹ e seu compromisso com a manutenção da ordem social vigente. O autor denuncia: “Tudo o que podemos dizer quanto à objeção que analisamos é que o desenvolvimento do capitalismo em geral e de sua última fase – o capitalismo monopolista – em particular, não criou nada que se assemelhe a uma boa sociedade” (BARAN, 1984, p. 20). Como alternativa Baran aponta a planificação da econômica, mostrando os ganhos de eficiência de um sistema que organiza de forma completamente sistemática a dinâmica produção-consumo. Sem perder o rigor científico, o autor de “*A Economia Política do Desenvolvimento*” aponta para uma solução revolucionária para a crise permanente do capitalismo: o socialismo²².

A questão central da obra de Baran está delineada na noção de “*Excedente Econômico*”, um termo aparentemente restrito à Ciência Econômica. Contudo, o autor o traduz para a dimensão política, elevando o termo à posição de categoria articuladora da sua teoria de desenvolvimento. Baran promove uma aproximação mais profunda entre economia e política na sua teoria do desenvolvimento, exercício pouco presente na obra de Kalecki. Retoma criativamente as noções de imperialismo desenvolvidas por Hilferding e Lênin, adaptado-as para o contexto pós-guerra. Na companhia de outro economista da “nova esquerda” norte-americana, Paul Sweezy, irá recompor as idéias principais da Teoria do Imperialismo, articulando-a com o debate sobre a questão do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Esta abordagem, que chamamos de *segunda geração de estudos sobre o imperialismo*, influenciará fortemente a produção das “Teorias da Dependência” (pelo menos diretamente a vertente marxista da mesma). Baran, contudo não apenas influencia como também antecipa aspectos importantes dos estudos “dependentistas”, como veremos adiante.

A categoria “Excedente Econômico”, para Baran, se divide em três tipos conceituais. 1) Excedente Econômico *efetivo* que seria “a diferença entre o produto social *efetivo* de uma comunidade e o seu *efetivo* consumo” (BARAN, 1984, p. 51). 2) Excedente Econômico

²¹ “A Economia Keynesiana, em sua tentativa de esclarecer os determinantes das mudanças de curto prazo dos níveis de produção, emprego e renda, viu-se face a face com a total irracionalidade e a espantosa discrepância entre as potencialidades e as realizações produtivas que caracterizam a ordem capitalista. Com o risco de exagerar enormemente a importância intelectual de Keynes, pode ser dito que o que Hegel alcançou em relação a filosofia clássica alemã, Keynes obteve com relação à Economia neoclássica. Operando com os instrumentos costumeiros da teoria convencional, permanecendo bem dentro das fronteiras da “Economia pura”, abstendo-se fielmente de considerar o processo sócio-econômico como um todo, a análise keynesiana avançou até os limites das teorias econômicas burguesas e explodiu toda a sua estrutura.” (BARAN, 1984, p. 39).

²² Baran afirma que “o planejamento econômico socialista apresenta a única solução racional ao problema” (BARAN, 1984, p. 42).

potencial que “é a diferença entre o produto social que *poderia* ser obtido em um dado meio natural e tecnológico, com o auxílio dos recursos produtivos realmente disponíveis, e o que se pode considerar como consumo indispensável” (BARAN, 1984, p. 52). 3) Excedente Econômico *planejado* “é a diferença entre o produto social ‘ótimo’ que a sociedade pode realizar em uma ambiente natural e tecnológico historicamente dado, segundo uma planejada utilização ‘ótima’ dos recursos produtivos disponíveis, e um volume ‘ótimo’, previamente escolhido, de consumo” (BARAN, 1984, p. 65).²³

O que nos interessa imediatamente na categoria acima exposta (particularmente o excedente econômico potencial) é, segundo o autor, sua capacidade de produzir a “compreensão da irracionalidade da ordem capitalista”²⁴. Para o economista ucraniano,

A transformação desse excedente econômico potencial em efetivo pressupõe a reorganização mais ou menos drástica da população e distribuição do produto social e implica profundas mudanças da estrutura da sociedade. Aparece ele sob quatro formas, a *primeira* das quais é o consumo supérfluo da sociedade (predominantemente por parte dos grupos de mais alta renda, mas, em alguns países, como os Estados Unidos, também por parte das chamadas classes médias); a *segunda* é a produção que deixa de ser realizada face à existência de trabalhadores improdutivos; a *terceira* é a produção que se perde em virtude da organização irracional, e propensa ao desperdício, do aparelho produtivo existente; a *quarta* é a produção que se obtém devido à existência de desemprego originado, fundamentalmente, pela anarquia da produção capitalista e pela deficiência da produção efetiva.

A identificação e mensuração dessas quatro formas de excedente econômico potencial defrontam-se com alguns obstáculos. Tais obstáculos promanam, em última análise, das circunstâncias seguintes: a própria categoria de excedente econômico potencial transcende o horizonte da ordem social vigente, pois tem como pontos de referência não apenas a atuação facilmente discernível de uma dada organização sócio-econômica, mas também a imagem, visualizada menos rapidamente, de uma sociedade organizada de forma mais racional. (BARAN, 1984, p. 52, grifo do autor)

A disputa pela transformação do excedente econômico *potencial* em *efetivo* - diz Baran - somente se resolve com a produção do excedente econômico *planejado*, ou seja, a instalação de uma ordem social socialista. Essa abordagem indica que o desperdício gerado pela não utilização produtiva do excedente econômico potencial, não se encerra em “imperfeições” do sistema, pelo contrário ele se relaciona com a própria lógica de reprodução do capital, afirma Baran (1984, p.63).

Depois desta apresentação do problema principal, passamos a analisar, em um nível mais concreto, as questões pertinentes aos estudos “dependentistas”. Em outras palavras, analisaremos as noções de *subdesenvolvimento* e *dependência*, na formulação de Baran. A

²³ Baran observa que “[...] o excedente econômico planejado é aplicável tão-somente ao planejamento econômico global de uma sociedade socialista” (BARAN, 1984, p. 65).

²⁴ BARAN, 1984, p. 65.

primeira consideração a ser feita está circunscrita na dimensão metodológica, que em muito influenciou aquele pensamento: o problema da relação entre o geral e o particular na análise da estrutura político-econômica dos países dependentes. Para o autor,

[...] todo país subdesenvolvido apresenta um amplo espectro de configurações econômicas, sociais, culturais e políticas, e nada seria mais inútil do que procurar enquadrá-lo num molde rígido de “prescrição universal”. Mas a satisfação intelectual proporcionada pela descoberta de uma ampla generalização não nos deve desviar a atenção da realidade concreta e específica, tal como a fixação no detalhe não deve impedir a percepção que só se obtém pelo pensamento generalizador, isto é, teórico. (BARAN, 1984, pp. 23-24).

A procura por identificar a *singularidade do desenvolvimento capitalista periférico*, e ainda mais a forma como se dá este desenvolvimento, em cada formação social concreta, é uma preocupação metodológica fundamental que alguns teóricos “dependentistas” procuraram observar. A idéia central - um truísmo neste ponto da análise - é que o capitalismo não se expande no “nada”, cada região periférica possui condições sociais, políticas, econômicas e naturais que limitam e configuram a expansão do sistema do capital, lhe conferindo singularidade. A este processo vale:

[...] a famosa lei do desenvolvimento desigual de Lênin sugere não somente que o *processo* histórico é diferente nas diferentes sociedades, mas também que o estágio atingido em qualquer momento dado difere de país para país. Não existe, assim, nenhuma fórmula geral aplicável a todas as situações, a despeito do tempo e do lugar [...]. A possibilidade de superar todas essas dificuldades [específicas do subdesenvolvimento] depende dos vários fatores econômicos e políticos internos e externos, de modo que é difícil fazer-se uma generalização aplicável aos casos individuais. (BARAN, 1984, pp. 22-23, grifo do autor)

Baran, assim como vários autores do pensamento social e político latino-americano, aponta para a necessidade de construção de uma teoria e uma forma de abordagem analítica que propicie a apropriação da singularidade das formações sociais concretas.

O entendimento sobre o *desenvolvimento* é marcadamente influenciado, ou pelo menos possui uma área de interseção vasta, pelas formulações de Kalecki. Assim como o último, o autor ucraniano evidencia a dimensão “revolucionária” do desenvolvimento econômico e seu lugar privilegiado na história da humanidade.

O desenvolvimento econômico sempre foi impulsionado por classes e grupos interessados em uma nova ordem econômica e social, sempre encontrou a oposição e a obstrução dos interessados na preservação do *status quo*, dos que usufruem benefícios e hábitos de pensamento do complexo social existente, das instituições e costumes predominantes. O desenvolvimento econômico sempre foi marcado por choques mais ou menos violentos; efetuou-se por ondas, sofreu retrocessos e

ganhou terreno novo – nunca foi um processo suave e harmonioso se desdobrando, placidamente, ao longo do tempo e do espaço. (BARAN, 1984, p. 37).

Desenvolvimento é conflito. Kalecki defendia, como foi tratado anteriormente, que o desenvolvimento é um processo de inovação que re-configura o tecido social, colocando as forças produtivas em um patamar mais elevado. Não obstante, Baran identifica que o desenvolvimento é constrangido nas nações dependentes pelas tendências monopolistas da fase imperialista do capitalismo.

Fortes tendências à **estagnação**, a conflitos imperialistas e a severas crises políticas, vislumbradas por Marx já na metade do século XIX e, mais tarde observadas e analisadas por Hobson, Lênin, Hilferding, Rosa Luxemburgo e outros, manifestaram-se tão cruamente, a ponto de constituir motivo de alarme para todos, exceto para os mais complacentes. (BARAN, 1984, p. 39, grifo nosso)

Da citação acima, é possível compreender a continuidade teórica da idéia de **estagnação** que surge em Rosa Luxemburgo, passará por Kalecki e se manifestará, posteriormente em intelectuais como Ruy Mauro Marini. A tensão, em maior ou menor grau, em grande parte dos formuladores do imperialismo aqui estudados. Mesmo reconhecendo que o imperialismo insere as regiões periféricas na dinâmica do capitalismo mundial, também observam que o tipo de inserção é marcadamente desigual, e não significa a manifestação plena da idéia de desenvolvimento.

O fundamental é que o desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas é profundamente contrário aos interesses dominantes dos países capitalistas adiantados. O mundo subdesenvolvido sempre representou o “interior” indispensável ao Ocidente capitalista altamente desenvolvido, pois as nações que fazem parte desse mundo suprem os países industrializados de muitas matérias-primas importantes e proporcionam às grandes empresas enormes lucros e áreas para investimento. Assim sendo, a classe dominante nos Estados Unidos (e de outras partes) se opõe firmemente à industrialização dos “países fontes” e o florescimento de economias integradas nas áreas coloniais e semicoloniais. Essa oposição se manifesta sem levar em conta a natureza do regime que, no país subdesenvolvido, procura reduzir o domínio estrangeiro da sua economia e propiciar uma parcela do desenvolvimento independente. (BARAN, 1984, pp. 42-43).

Baran reafirma a tradição marxista da III Internacional, ao identificar a contradição entre *soberania nacional* e *imperialismo*. As nações de capitalismo adiantado se esforçam em manter uma situação política no interior das nações subdesenvolvidas que são “inequivocamente contrárias ao desenvolvimento” (BARAN, 1984, p. 44). “É parte desse mesmo esforço de suborno dos habitantes dos países subdesenvolvidos que se concedeu, recentemente, independência política a algumas nações dependentes e se permitiu que políticos nativos passassem a ocupar altas posições” (BARAN, 1984, p. 44). Porém significa

mudar a forma de dominação sem mudar necessariamente seus resultados, porque “esses países [continuam sendo] meros apêndices econômicos das nações capitalistas desenvolvidas e seus Governos, para sobreviver, [continuam] ainda a depender de seus padrões estrangeiros” (BARAN, 1984, p. 44).

Além disso, a obtenção de independência política, sob condições de imperialismo, propicia resultados muito diferentes dos esperados por esses povos. Sua independência política recém-conquistada apressa, [...], a mudança de seus padrões ocidentais, mudança em que o imperialismo mais jovem [no caso os EUA], mais empreendedor e mais rico em recursos assume o controle que escapara das mãos dos velhos e enfraquecidos países imperialistas. Assim, onde não era mais politicamente possível operar através das velhas e comprometidas administrações coloniais e impor controles mediante a infiltração econômica, o imperialismo americano patrocina (ou tolera) a independência política das nações coloniais, tornando-se, a seguir, a potência dominante nas regiões recém-“libertadas”. (BARAN, 1984, p. 44).

A partir dessa base de interpretação, até o momento colocado, o economista cria em sua obra, “*A Economia Política do desenvolvimento*”, uma **narrativa** sobre o processo de constituição das nações subdesenvolvidas. Não será possível analisar com profundidade toda a extensão da proposta do autor sobre o tema, rica em detalhes e exemplos. A opção tomada é apresentar mais sinteticamente as idéias centrais, dando voz ao autor e, posteriormente, trabalhar a conexão com nosso objeto de estudo.

O processo de desenvolvimento do capitalismo europeu – nos diz Baran -, é a chave para compreender o surgimento de regiões subdesenvolvidas. Grosso modo, a Europa assume a liderança do processo de generalização da forma mercadoria, justamente porque encontra dificuldades em produzir, em seu próprio território, os bens necessários a atender ao impulso mercantil existente com o processo de desagregação do sistema feudal. No escopo teórico do autor, dois processos se somam (e são complementares) no progresso econômico e técnico europeu: a acumulação primitiva de capital e a acumulação mercantil.

Apoiado nos *Grundrisse* de Marx, que indicam:

A formação de capital é determinada pela própria natureza do capital [...] por sua gênese, que faz surgir do *dinheiro* e, portanto, da riqueza que existe sob a forma de moeda. Pelas mesmas razões, ela parece surgir da **circulação**, como seu *produto*. A formação de capital, conseguinte, não provém da propriedade da terra [...], nem tampouco das corporações [...], mas da riqueza dos comerciantes e usurários. (MARX, *apud* BARAN, 1984, p. 134, grifo nosso).

Baran destaca a acumulação mercantil como fenômeno inaugural do desenvolvimento capitalista, processo pelo qual a Europa foi capaz de “drenar” volumes de capitais necessários a estimular sua acumulação endógena. Esta acumulação mercantil fortalece os comerciantes

do velho continente que com isso elevam seu *status* político ante e em contraposição a aristocracia nobiliária. “As necessidades criadas pela navegação deram grande estímulo à descoberta científica e ao progresso tecnológico” (BARAN, 1984, p. 135). Não desprezando o papel da iniciativa privada no progresso técnico, que gerou os primeiros passos para converter a acumulação em estímulo fabril. “A contribuição mais importante, porém, foi dada pelo Estado, que, sob o domínio crescente dos interesses capitalistas, se tornou cada vez mais ativo nos auxílios e nas contribuições aos empreendedores incipientes” (BARAN, 1984, p.135). O Estado agiu como um “indutor” do capital mercantil utilizando sua estrutura política, econômica e militar para garantir o sucesso dos empreendimentos além-mar e efetuar o fluxo constante de riquezas das colônias para as metrópoles, que se converteriam neste processo em capital.

Cabe destacar que este tipo de abordagem coloca Baran na arena dos teóricos marxistas chamados tradicionalmente de “circulacionistas”, corrente teórica da qual os “dependentistas” são tributários. Esta corrente defende que a gênese do capital está no processo de circulação, ou seja, de *realização* das mercadorias, e não propriamente na *produção* como no capitalismo moderno. Esta tese é polêmica, pois sua consequência lógica é a aceitação de que o surgimento do capitalismo é anterior ao trabalho livre assalariado, e ainda afirmar que o impulso mercantil europeu do século XV e XVI já estava dentro dos marcos capitalistas, hipótese que não é aceita por boa parte da tradição marxista.

O importante no momento é perceber não necessariamente o período de nascimento do capitalismo, mas o processo de gestação do capital. Para tanto, Baran se apóia mais uma vez em Marx. “As riquezas apresadas fora da Europa pela pilhagem, escravidão e massacre refluíam para a metrópole onde se transformaram em capital” (MARX, 1982, p. 871). A acumulação mercantil não está nos marcos (de produção) do capitalismo industrial, bem como a *acumulação primitiva* clássica também não está; o importante aqui é saber seu papel no entendimento da criação das assimetrias entre a metrópole e a periferia.

Geralmente se diminui a importância destas “transferências unilaterais” de riqueza, dos países não-europeus para os da Europa ocidental, ao se dar atenção exclusivamente à sua magnitude em termos dos *produtos sociais* dos países a que se dirigiam ou mesmo daqueles de que se originavam. Não quer isso dizer que não fossem grandes, mesmo quando a medidas por esse padrão. O que lhes deu, porém, a importância decisiva para o desenvolvimento da Europa ocidental e para o das nações hoje subdesenvolvidas foi a natureza, ou melhor, o *locus* econômico dos recursos em causa. A realidade é que, qualquer que tenha sido o acréscimo da renda nacional que os países da Europa ocidental obtiveram de suas operações no além-mar, tais recursos *multiplicaram o excedente econômico* de que tais nações dispunham. Além disso, o incremento do excedente econômico assumiu, imediatamente, forma concentrada e foi, em sua maior parte, apropriado por

capitalistas que puderam usá-lo para a realização de investimentos. Dificilmente se pode exagerar a intensidade do impulso que tais contribuições “exógenas” à acumulação de capital deram ao desenvolvimento da Europa ocidental. (BARAN, 1984, p.137, grifo do autor)

A extração de excedente econômico das nações periféricas²⁵ propicia nas mesmas a decomposição das estruturas pré-capitalistas, com destaque para o setor agrícola. A introdução da forma mercadoria desarticulou as formas de trocas e processos de distribuição de víveres nestes territórios, criando a pauperização rápida e massiva de amplos setores da população. “A penetração do capitalismo ocidental nos países hoje subdesenvolvidos se, por um lado, acelerou, com irresistível energia, o aparecimento de alguns pré-requisitos básicos para o desenvolvimento de um sistema capitalista, bloqueou, com igual força, o amadurecimento de outros” (BARAN, 1984, p.138). Assim a retirada forçada de parcelas significativas de excedente econômico destas nações e favor da Europa “não podia causar senão sério retrocesso na acumulação primitiva de capital”²⁶ destas regiões.

Embora a expansão da circulação de mercadorias, a pauperização de grande número de camponeses e artesãos e o contato com a tecnologia ocidental tenha proporcionado poderoso impulso ao desenvolvimento do capitalismo, esse **desenvolvimento foi desviado de seu rumo normal, deformado e mutilado, a fim de se adaptar aos objetivos do imperialismo ocidental.** (BARAN, 1984, p.138, grifo nosso)

Este trecho, e em especial o destaque feito, revela, em grande parte, a natureza das formulações de Baran. A idéia chave, não é que o desenvolvimento deixa de acontecer, ele é “desviado e mutilado” e gravita em torno dos interesses das potências metropolitanas. Foram expropriados não apenas do excedente econômico, mas da capacidade de autogovernar sua estrutura social, isso implica em perder sua condição de desenvolvimento autônomo, auto-centrado em objetivos nacionais. “Perderam seus meios de vida tradicionais [...] não havia indústria que lhes proporcionasse outras atividades em substituição das perdidas” (BARAN, 1984, p.139). Estas seriam, portanto, como chamou Baran, as “Raízes do Subdesenvolvimento”.

Agora resta analisar como o autor entende o processo de reprodução do subdesenvolvimento no período do capitalismo monopolista e do imperialismo moderno. É inegável que a forma como as regiões periféricas foram inseridas na lógica de reprodução do

²⁵ Baran tem como foco de estudo as nações periféricas africanas e asiáticas, não tratando de maneira pormenorizada a América Latina. A diferença é substancial entre este três grupos de países, principalmente porque na Ásia, em particular na Índia e China, já havia no período da mercantilista uma manufatura desenvolvida e uma divisão de trabalho bastante sólida.

²⁶ BARAN, 1984, p.138

capital irá determinar, de maneira complexa e mediada, o sentido de seu desenvolvimento posterior, uma vez que não estarão presentes as condições “clássicas” de desenvolvimento capitalista. Como condição clássica, Baran, aponta a renda nacional, que nestes países é baixa, e o consumo interno que é constrangido pela miséria da maioria da população. Nesta última condição, revela que “o consumo da população trabalhadora tem sido comprimido até o mais baixo nível possível, correspondendo esse “mais baixo nível” praticamente ao mínimo de subsistência ou, como ocorre em muitas nações subdesenvolvidas, a nível inferior ao próprio limite de subsistência” (BARAN, 1984, p.153). Marini irá chamar este processo de “superexploração” e colocará este conceito entre os pilares da sua teoria. Porém, para Baran, o principal constrangimento ao desenvolvimento das nações subdesenvolvidas está na forma como seu excedente econômico é utilizado. Em virtude da predominância do setor agrícola nestas economias, o latifundiário termina por concentrar grande parte destes recursos que, por sua vez acaba por enriquecer parcelas pequenas e pouco dinâmicas da sociedade periférica. Assim, a industrialização é desestimulada. Outro problema é que uma parcela do excedente econômico irá se concentrar nas mãos da burguesia comercial que pouco ou nada investe no setor industrial, que é prioritário em qualquer modelo de desenvolvimento. “O desvio dessa parcela do excedente econômico para a manutenção de uma classe parasita representa considerável dreno na acumulação de capital”(BARAN, 1984, p.160).

O fato mais significativo com relação a esses “parias da burguesia” (*lumpenbourgeois*) que pertencem à classe mercantil é que, embora se apoderando de parcela substancial do excedente econômico que cabe à classe em conjunto, as inversões de capital realizadas por seus membros mais ricos raramente se orientam para o *segundo* ramo da economia não-agrícola, isto é, para a produção industrial. (BARAN, 1984, p.160)

Nota-se na citação acima o termo “lumpen-burguesia”, para determinar a parcela mercantil da classe capitalista periférica. Mesmo nome utilizado por um dos mais proeminentes pensadores “dependentistas”, Gunder Frank, em seu livro de 1972, intitulado “*Lumpenbourgeoisie, Lumpenddevelopment*”, obra na qual desenvolve a idéia de que a burguesia periférica (em especial latino-americana) estaria associada de forma subordinada e plena ao condomínio de poder do imperialismo norte-americano.

Vimos que o excedente econômico de uma sociedade periférica é distribuído, segundo Baran, entre os latifundiários e a burguesia comercial. Porém, outra parcela significativa desta riqueza é “drenada” para os países centrais. Os investimentos estrangeiros realizados nas nações subdesenvolvidas garantem uma ampliação da planta industrial, mas seu impacto na

produção de um mercado consumidor interno, geralmente é pequeno, e os prejuízos causados pela expropriação intensiva dos recursos e da mão-de-obra são mais altos que os benefícios das inversões. “Ao peso morto da estagnação típica de uma sociedade pré-industrial, veio juntar-se o impacto paralisador do capitalismo monopolista” (BARAN, 1984, p.163). Mais uma vez, a tese estagnacionista aparece como um somatório de elementos de ordem estrutural das sociedades periféricas (a ausência de industrialização) com a tendência geral de desaceleração e bloqueio do processo de inovação promovido pela etapa monopolista do capitalismo. Mas o bloqueio à industrialização periférica não é relativo à ausência de excedente; como foi dito anteriormente, se vincula à sua forma de aplicação-distribuição. “O excedente econômico de que os consórcios monopolistas se apossam em quantidades enormes, nos países subdesenvolvidos, não é empregado nem na ampliação das próprias empresas que ensejam a sua conquista nem tampouco na instalação de novas firmas” (BARAN, 1984, p.163). A parcela dos lucros - diz Baran (1984, p.163) - que não é distribuída entre os acionistas estrangeiros, irá ser gasta em consumo suntuário ou operações especulativas.

Em linhas gerais, o pensamento crítico de Baran em relação às inversões estrangeiras pode ser sistematizado da seguinte maneira: as empresas estrangeiras instaladas na periferia do sistema possuem uma orientação de negócios associada à exploração de produtos de exportação, marcadamente ligados ao setor primário. A inversão é pequena, tendo em vista que a maior parte dos bens de capital é importada, ou seja, não são produzidos, muito menos tecnologicamente desenvolvidos, nas nações onde serão utilizados. Esta prática obstrui a formação de uma cadeia produtiva industrial completa e, por consequência, limita a capacidade de inovação tecnológica. Os salários pagos por estas empresas são baixos e incapazes de responderem às necessidades de formação de poupança interna e o consumo é tipicamente voltado para bens de consumo não-duráveis. Os *royalties*, impostos e outras formas de financiamento da atividade governamental, são aplicados em obras públicas (estradas, hidrelétricas etc.) que irão favorecer o desenvolvimento da atividade das mesmas empresas estrangeiras. Muitas vezes, de forma complementar, os governos de países subdesenvolvidos recorrem a financiamento internacional, crescendo sua dívida pública e ampliando ainda mais a transferência de excedente econômico para o exterior, via juros.

Desse modo, conquanto se observem diferenças pronunciadas entre os países subdesenvolvidos, no que respeita ao montante dos lucros neles reinvestidos ou então exportados pelo investidor estrangeiro, o que de fato ocorre é que o mundo subdesenvolvido, em seu conjunto, tem exportado, continuamente, parcela

substancial de seu excedente econômico para os países mais avançados, a título de juros e dividendos. (BARAN, 1984, p. 169)

Geralmente as nações subdesenvolvidas alcançam um determinado “desenvolvimento” como subproduto da operação das empresas estrangeiras. Porém, para Baran, este desenvolvimento está relacionado à ampliação das bases de operação das empresas estrangeiras. O autor destaca que, mesmo se as inversões estrangeiras cumprissem o papel de crescimento econômico efetivo em áreas atrasadas, o resultado também seria desprezível, uma vez que seria um desenvolvimento artificial, por isso permaneceria segmentado, uma vez que não foi gerado pelo dinamismo endógeno, necessário a difusão do progresso técnico. O autor completa:

Não são as ferrovias e usinas hidrelétricas que promovem o desenvolvimento do capitalismo industrial: é o capitalismo industrial que conduz à construção de ferrovias, rodovias e centrais elétricas. As mesmas fontes de “economias externas”, se existentes em um país em que o capitalismo ainda não superou a etapa comercial, irão servir ao capitalismo mercantil e não provocar a sua transição para a forma mais avançada do capitalismo industrial. (BARAN, 1984, p.176)

Resta concluir a análise, desenvolvendo um tema que é fundamental para o desenvolvimento das interpretações “dependentistas”, o papel das classes, do governo e do Estado e seu padrão de interação com o centro do sistema capitalista no esquema conceitual de Paul Baran. O arranjo de dominação nas sociedades dependentes é composto, segundo o autor, da estreita convergência de interesses do capitalista mercantil e capitalista industrial nativo com o latifúndio e as empresas estrangeiras. Este arranjo será fundamental para o entendimento da dimensão política das análises sobre a dependência e de fato solidificará um entendimento “unitário” no interior das “Teorias da Dependência”, independente das divergências existentes entre o campo marxista e weberiano no interior das mesmas.

Como foi dito anteriormente, a própria forma de manifestação e utilização do excedente econômico das regiões subdesenvolvidas propicia o fortalecimento de uma **parcela mercantil da burguesia nativa**, que “prospera na órbita do capital estrangeiro” (BARAN, 1984, p.177). “Derivando seus lucros da operação dos consórcios estrangeiros, vitalmente interessado, portanto, em sua expansão e prosperidade, esse segmento da burguesia nativa usa toda a sua influência e poder com o objetivo de fortalecer e perpetuar o *status quo*” (BARAN, 1984, p.177). A parcela comercial da burguesia²⁷ estará no centro do arranjo de dominação

²⁷ Chama atenção nesta análise, a proximidade com as interpretações do sistema de classes chinês, desenvolvido por Mao Tsé Tung, no qual esta parcela é chamada de “burguesia compradora” e representa a mais reacionária fração da classe dirigente chinesa, anti-nacional e anti-modernização.

nas nações periféricas, será ela a parcela dirigente que articula os interesses “locais” da burguesia industrial incipiente e o latifúndio, e consolidando sua forma de existência ao explorar as possibilidades abertas por sua ligação “íntima” com o capital estrangeiro.

Sobre os **capitalistas industriais nativos**, em sua maioria dedicada à produção de bens – salários e restritos ao mercado interno diminuto:

Na maioria dos casos intimamente ligados e associados ao capital mercantil nacional e à empresa estrangeira, e que dependem, para sua sobrevivência, da manutenção da estrutura econômica vigente e cuja posição monopolista seria eliminada pelo surgimento do capitalismo industrial. Interessados em evitar o aparecimento de competidores que venham disputar seus mercados, tais monopólios vêm com simpatia o desvio de capitais para as atividades de “circulação” de bens e nada têm a temer da empresa estrangeira dedicada ao comércio exterior. São eles, por isso, corajosos defensores da ordem e do regime vigentes.(BARAN, 1984, p.177)

Para completar o panorama das classes dirigentes nativas, entra em cena a **aristocracia rural latifundiária**, que tão não possui contradições com a empresa estrangeira, pelo contrário, aproveita das vantagens econômicas produzidas por elas. “Freqüentemente tais empresas criam oportunidades para colocação dos produtos dos latifúndios; em muitos lugares fazem com que se eleve o valor da terra; oferecem, muitas vezes, oportunidades de empregos rendosos aos membros da aristocracia rural” (BARAN, 1984, p.177).

A coligação destas classes nativas dá origem, segundo Baran, a uma arquitetura de dominação que: (1) eterniza a situação agrário-mercantil; (2) restringe a participação política das massas populares, sempre em tensão com o atraso econômico; (3) produz governos subordinados e dependentes ao imperialismo norte-americano; e por último, (4) a resultante econômica é o estrangulamento da capacidade produtiva e perpetuação da miséria. Completa:

É o estrangulamento econômico dos países coloniais e dependentes pelas potências imperialistas que impede o desenvolvimento do capitalismo industrial nacional, não permitindo a derrubada do regime feudal-mercantil e sustentado no poder às administrações subservientes e fiéis a seus interesses. (BARAN, 1984, p.177).

O autor (1984, p.179) admite a existência de uma alteração substancial na maneira pela qual o imperialismo atua na segunda metade do século XX, refinando e ampliando sua forma de operação. Neste processo, encontra e fortalece governos fiéis aos seus interesses, e a um só tempo, cria um ambiente de tensão permanente com aqueles governos que procuram uma maior participação no excedente econômico, seja via a limitação da remessa de lucros ao exterior, seja através do aumento dos *royalties*.

Devemos reconhecer, entretanto, que tanto o próprio imperialismo, quanto seu *modus operandi* e roupagens ideológicas não são hoje exatamente o que eram há cinquenta ou cem anos. Da mesma maneira como a pilhagem cedeu lugar ao estabelecimento de um comércio organizado com os países subdesenvolvidos, no qual o saque foi racionalizado e se transformou em rotina graças a um mecanismo de relações contratuais impecavelmente “corretas”, assim também o funcionamento bem ajustado do comércio evoluiu para o moderno sistema imperialista de exploração, ainda mais adiantado e mais racional. À semelhanças de todos os outros fenômenos historicamente mutáveis, a forma contemporânea do imperialismo contém e preserva todas as suas características primitivas, elevando-as, contudo, a novo nível. A característica principal do imperialismo dos dias presentes é que ele agora já não se contenta mais com a rápida obtenção de grandes lucros esporádicos nos territórios que domina, ou com a simples manutenção de um fluxo regular desses lucros, por um período mais ou menos longo. Impulsionado por uma empresa monopolista bem organizada e racionalmente dirigida, o imperialismo tem hoje, como escopo, a perpetuação dessa corrente de lucros. Descobre-se, assim, o objetivo fundamental do imperialismo em nossa época: impedir ou, se isso for impossível, retardar e controlar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. (BARAN, 1984, pp.178-179)

Será a partir desta mudança na forma de operação do imperialismo, que significa basicamente uma etapa de amadurecimento do capitalismo monopolístico, que os “estudos sobre a dependência” irão se desenvolver. É uma tentativa de desenvolvimento e atualização da teoria do imperialismo, à luz de suas novas formas de dominação. Grande parte da elaboração, principalmente de Marini e de Gunder Frank, mas também em alguma medida de Cardoso, será um prolongamento das discussões apresentadas acima, sobre as classes em sociedades dependentes e a nova etapa do imperialismo.

A discussão anterior, obviamente, está circunscrita em uma dimensão muito ampla de análise, que encerra em si um alto grau de generalização. Para entender como se dá, de maneira mais concreta a repartição do excedente econômico e o papel dos governos, estados neste arranjo, é necessário estudar cada caso. Porém, Baran procura criar uma tipologia para estabelecer uma ponte entre a particularidade do caso concreto e uma visão geral. Não cabe aprofundar aqui os detalhes desta tipologia, mas apenas apresentar seus contornos.

Embora se observem também diferenças consideráveis na maneira pela qual cada governo gasta suas receitas,...]. De fato, os países atrasados podem ser agrupados, sem maiores dificuldades, em três grandes categorias: a primeira, composta pelos vastos territórios coloniais administrados diretamente pelas potências imperialistas [...]; a segunda, formada pela esmagadora maioria dos países atrasados, controlados por regimes políticos predominantemente do tipo feudal-mercantil, servís aos interesses imperialistas; a terceira inclui os poucos países subdesenvolvidos cujos Governos obedecem a uma orientação política que se poderia chamar de New Deal. (BARAN, 1984, pp.183-184).

O autor defende a tese de que, principalmente o segundo grupo de países encontra em uma situação em que mesmo tendo a independência formal, são dirigidos pelas potências

capitalistas “através de governos locais submissos ao seu império”.²⁸ Admite que há um processo de resistência ao imperialismo, que se constitui como uma frente política e social envolvendo trabalhadores urbanos, camponeses, em alguns casos, a pequena burguesia urbana (como destaca a tese de Lênin), no entanto rejeita a participação da grande burguesia nativa nesta composição, afirma Baran (1984, p.197).

Vale apenas destacar, como síntese geral do pensamento de Paul Baran, na obra “*A Economia Política do Desenvolvimento*”, o que ele mesmo chamou de “corolários”. Seriam três corolários que polemizam diretamente com a teoria do desenvolvimento mais difundida na década de 1950.

O principal constrangimento ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos não é a escassez de capital para o investimento, mas o excedente econômico efetivo. Uma vez que, grande parte do mesmo, é “drenado” para as nações desenvolvidas, ou é empregado em áreas não-industriais, Baran (1984, p. 203-204). Paul Baran também questiona o impacto da “deterioração das relações de trocas” na escassez de capital na periferia do sistema. Na maioria dos países exportadores de matérias-primas, o que existe na prática não são “relações de troca”²⁹ *stricto sensu*, mas objetivamente contratos de exploração, no quais os governos recebem *royaltie*.³⁰

Outro argumento errôneo de explicação do atraso dos países subdesenvolvidos está relacionado à concepção schumpeteriana, que advoga a favor da tese da *ausência* do “empresário inovador” como fator de atraso nestas regiões. Nesta concepção, faltaria o “espírito de empresa” em regiões periféricas. O problema central desta concepção é que ela se apóia na figura, quase mítica, do “empresário empreendedor” como agente principal do desenvolvimento - nos diz Baran (1984, p. 208-209). Nada mais falacioso do que esta afirmação, sempre houve indivíduos com potencial de utilização seu “gênio” na realização de inovação, porém somente em contextos historicamente determinados, este potencial se manifesta plenamente.³¹

²⁸ BARAN, 1984, p.187.

²⁹ “Para a maioria dos países subdesenvolvidos exportadores de matérias-primas, especialmente para a maioria daqueles em que as atividades de produção e exportação são exercidas por empresas estrangeiras, modificações nas relações de troca *têm realmente pouco significado*, na medida em que essas variações dependem mais de alterações dos preços das matérias-primas do que dos preços dos bens importados” (BARAN, 1984, p.207).

³⁰ Os *royalties* são fixados a partir do preço FOB (*Free on Board*), que é determinado pelos custos de operação até o porto do país onde foi produzido a mercadoria. A partir daí o preço é manipulado pelas operações financeiras internacionais, elevando-se especulativamente.

³¹ “O problema da capacidade empresarial nos países subdesenvolvidos assemelha-se muito ao problema do excedente econômico. Ele não consiste tanto na inadequação de sua oferta como no uso que é dado à capacidade disponível, em dado contexto econômico e social.” (BARAN, 1984, p. 210)

O último corolário se relaciona com a crítica baraniana (1984, pp.210, sg.) aos defensores do neomalthusianismo, que acreditam que a “superpopulação” seria o problema central das nações subdesenvolvidas. Eles atribuem à falta de estruturas públicas, alimentos, emprego e oferta de recursos naturais à grande densidade demográfica dos países empobrecidos. Outra falácia. Primeiro, que não é verdade que a alta densidade demográfica é fenômeno particular do subdesenvolvimento, as nações européias são muitas vezes mais densas demograficamente do que a maioria das nações periféricas. As calamidades não podem ser associadas à “superpopulação”, mas à forma em que estas sociedades estão instaladas em seu território (de forma precária na maioria das vezes). Em segundo lugar, o problema alimentar não está na produção de alimento, mas na sua forma distribuição. Da mesma forma, o emprego somente pode beneficiar o conjunto de uma determinada sociedade, se o excedente econômico potencial é utilizado de maneira a distribuir renda e criar consumo de massas. “A superpopulação que existe no presente estágio de desenvolvimento histórico é superpopulação não em relação a recursos naturais, mas sim em relação a instalações e equipamentos produtivos” (BARAN, 1984, 215).

Com estes três corolários, Baran demarca teoricamente com as principais correntes teóricas que se debruçaram sobre a questão do desenvolvimento. Apresentando uma abordagem alternativa em relação às interpretações de origem clássica e neoclássica. Da mesma forma que se opõe às interpretações tradicionais da III Internacional, principalmente na sua leitura sobre as possibilidades de “revolução burguesa” nos países subdesenvolvidos.

A extensão deste item dedicado a Paul Baran e o grande volume de citações apresentadas, mesmo que não contribua para a elegância do texto, nos possibilita entender com maior profundidade a importância deste autor para o desenvolvimento das interpretações “dependentistas”, em especial da sua vertente marxista. O economista ucraniano é uma fonte, que foi apropriada de maneira diversa pelos estudos da dependência, mesmo porque o enfoque de Baran está principalmente dirigido à relação das formações sociais asiáticas e africanas, e não possuem aproximação, a não ser indireta, com o contexto latino-americano. Contudo, nenhuma objeção pode retirar o papel fundamental de sua obra nas formulações de autores como Andre Gunder Franck e Ruy Mauro Marini, como foi constatado durante esta breve exposição. O exercício proposto aqui é compreender como as noções sobre o imperialismo e a dependência vai se formando e ganhando profundidade e acabamento até se consolidarem como abordagem particular, a que se deu o nome de “Escola da Dependência”.

2.3.4 Sweezy: Sistema-mundo e a dialética do desenvolvimento

Expomos, neste item, as idéias principais de Paul Sweezy (1910-2004), intelectual marxista norte-americano, fundador de umas das mais proeminentes revistas da esquerda nos EUA, a *Monthly Review*. Parceiro intelectual de Baran e Leo Huberman foi um dos principais representantes da chamada “Nova esquerda norte-americana”. Suas duas obras mais conhecidas são a “*Teoria do desenvolvimento capitalista*” publicada pela primeira vez em 1942, e “*O capital monopolista*” escrito em parceria com Paul Baran, publicado no ano de 1966. Utilizaremos, no entanto para este estudo, a obra “*Capitalismo Moderno*” que reúne artigos de Sweezy produzidos entre 1956-1971, que oferecem um panorama geral dos problemas centrais tratados pelo autor, principalmente as configurações do que ele chama de “Novo Capitalismo”³². Mais uma vez, estaremos priorizando, para efeito de análise, os conceitos que colaboraram para o amadurecimento da teoria do imperialismo e o posterior aparecimento das “Teorias da Dependência”. Para muitos estudiosos, Sweezy já está incluído entre os pensadores “dependentistas”. Preferi enquadrá-lo como o pensador que mais avançou dentro da segunda geração de estudos em uma leitura política do imperialismo moderno, tal como se apresentava na década de 1950. Como será possível perceber, Sweezy progride de maneira significativa em relação à problemática colocada por Baran. Outra abordagem também legítima é tomá-lo como um autor de transição entre as *segunda e terceira gerações de estudos*.

Em linhas gerais, Sweezy compartilha (e antecipa) a noção de *sistema-mundo*³³ desenvolvida posteriormente por Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, entre outros. Toda sua construção teórica parte

[...] da concepção de que o capitalismo constitui um sistema global, composto de uns poucos países imperialistas e inúmeros países dependentes (explorados pelos primeiros), sustento [Sweezy] que a contradição principal do sistema, nos dias que correm, não manifesta – como acreditava Marx em seu tempo – ente burguesia e o proletariado nos países capitalistas desenvolvidos nem tampouco (ao contrário do que sucedeu entre 1870-1945) entre os próprios poderes imperialistas. Penso que a contradição principal, no após-guerra, tem-se manifestado entre as metrópoles (sob hegemonia norte-americana) e os movimentos nacionais de libertação em curso no Terceiro Mundo. (SWEEZY, 1977, pp.1-2).

³² A idéia de “novo capitalismo” é uma expressão que pretende reafirmar a importância dos novos registros de operação da reprodução do capital em uma era de monopólios em contraposição às noções de operação da etapa concorrencial. “[...] O modelo clássico, constituído por uma economia livremente concorrencial e auto-reguladora, não mais reflete as características essenciais da realidade capitalista” (SWEEZY, 1977, p.71).

³³ A “teoria do sistema-mundo” da forma como ficou conhecida na literatura somente ganha força na década de 70, porém Sweezy antecipa estas formulações que iriam se consolidar com Arrighi e Wallerstein.

Seguindo coerente com a concepção de sistema-mundo, o autor norte-americano adota, assim como Baran, a *tese circulacionista* conforme apresentada anteriormente. E mais uma vez, retira dela sua consequência lógica, a origem capitalista da expansão marítima européia³⁴:

“O capitalismo, como sistema mundial, começou a surgir ao final do século XV e ao início do seguinte. [...] Desde então, o capitalismo tem apresentado duas feições fortemente contrastantes: de um lado, um punhado de países dominadores e exploradores; de outro, um número muito maior de países dominados e explorados. *Esses dois grupos de países acham-se indissoluvelmente interligados e nada do que se passa em um dos grupos pode ser entendido se for considerado isoladamente do sistema como um todo.* (SWEEZY, 1977, p.09, grifos do autor)

Colaborando com a idéia expressa acima, e que é também compartilhada por Baran e cara aos estudos “dependentistas”, Sweezy apresenta uma formulação na qual expande o conceito de “acumulação primitiva”, que para ele compreenderia tanto a criação de mão-de-obra assalariada livre a partir dos “cercamentos”, quanto à acumulação de capital líquida via pilhagem das colônias (Baran, 1977, p. 10). Somente depois desta etapa “violenta” de acumulação, foi possível estabelecer a “normalidade” de reprodução - acumulação de capital via extração e apropriação da mais-valia. O Estado capitalista, por sinal, teria a função de criar “as condições favoráveis para a acelerada acumulação de capital e a remoção de obstáculos ao processo”(SWEEZY, 1977, p. 10).

O autor defende a *tese kaleckiana* de ciclos econômicos, que resultam na dinâmica expansão-contracção dos investimentos, bem como a noção de grau de monopólio.³⁵ Da mesma forma, defende que a *estagnação* é uma tendência inerente ao estágio monopolístico do capitalismo, (Sweezy, 1977, p.13). O imperialismo seria uma resposta ao processo de estagnação. Em um primeiro momento, sua intervenção se deu de maneira violenta, porém:

Gradativamente, [...] o elemento de força passou a ser substituído por relações econômicas “normais” de comércio e investimento; tal “mudança” de forma alguma alterou ou enfraqueceu o padrão básico de desenvolvimento/subdesenvolvimento ou pôs termo à transferência de riqueza da periferia para o centro. (SWEEZY, 1977, p.14).

³⁴ Significa logicamente rejeitar a idéias de estruturas feudais presentes no processo de colonização, especialmente na América Latina.

³⁵ “Um dos primeiros passos relevantes na construção de uma teoria real do capitalismo monopolista foi dado por Kalecki ao introduzir o que chamou de “grau de monopólio” dentro da análise do processo de acumulação capitalista” (SWEEZY, 1977, p.45).

Deste processo de “normatização” e mesmo “institucionalização” das relações de exploração sofrida pelas nações subdesenvolvidas, surge o fenômeno da dependência, que “moderniza” o velho imperialismo sem superá-lo, por suposto.

É certo que alguns países dependentes alcançaram algum crescimento estatístico [...]; não obstante, grande parte desse incremento tem sido desviada para as oligarquias dominantes, ao passo que a condição das massas não só deixou de ser favorecida como, na maioria dos casos, deteriorou-se sensivelmente. (SWEEZY, 1977, p.18).

Sweezy, assim como Baran e os “dependentistas” da vertente marxista defendem que o rompimento com o subdesenvolvimento e a dependência é a ruptura com o capitalismo, em sua etapa imperialista e monopolista, Sweezy (1977, p.19). Este autor aposta objetivamente no papel revolucionário das lutas de libertação nacional como principal instrumento, ao seu tempo, para superar o imperialismo. “Somente subtraindo-se ao sistema capitalista poderiam [as nações dependentes] romper com o subdesenvolvimento e iniciar a caminhada em direção ao desenvolvimento” (SWEEZY, 1977, p.29).

A relação metrópole-satélite é uma noção que possui um *status* privilegiado dentro da construção teórica de Paul Sweezy. Ela reforça a idéia de “unidades dos contrários” (subdesenvolvimento/desenvolvimento) para atribuir conteúdo a sua concepção de “sistema-mundo”. “A verdade é que – e aqui temos a chave para a compreensão da história moderna – o subdesenvolvimento do Terceiro Mundo é o produto de mesmíssimo processo histórico que resultou no desenvolvimento do mundo capitalista avançado” (SWEEZY, 1977, p.23).³⁶ Para o autor, o desenvolvimento das metrópoles está diretamente ligado ao subdesenvolvimento das nações dependentes. “O desenvolvimento capitalista inevitavelmente produz o desenvolvimento de um pólo e o subdesenvolvimento de outro” (SWEEZY, 1977, p.26). Neste sentido, não cabe a idéia de atraso ou de sociedade tradicional no esquema de Sweezy, as nações subdesenvolvidas, ou para usar a expressão do autor “em subdesenvolvimento”, são tão modernas quanto aquelas desenvolvidas, são avançadas dentro do papel que exercem dentro do sistema-mundo.

Sweezy manteve um diálogo intelectual com Andre Gunder Frank, autor pertencente à “terceira geração de estudos sobre o imperialismo”, e um dos mais proeminentes intérpretes da dependência. A influência de Baran e Sweezy no surgimento da chamada “Escola da Dependência” é notável, porém é importante perceber que está restrita ao desenvolvimento de

³⁶ Este ponto de vista é próximo da tese desenvolvida por Francisco de Oliveira em “A Economia brasileira: Crítica à razão dualista”. Petrópolis, Vozes, 4ª edição, 1981.

algumas categorias-chave. Sweezy, por exemplo, não desenvolve, pelo menos nas obras disponíveis para este estudo, uma interpretação mais pormenorizada da situação das classes sociais no interior da sociedade dependente e os arranjos políticos internos que reproduzem a dependência. Mesmo porque, para o autor, a contradição principal do “Capitalismo Moderno”, como ele mesmo chamou, não passa pelas classes, mas pelas tensões entre nações imperialistas e nações subdesenvolvidas, logo as classes nos países dependentes não possuem um estatuto privilegiado na estrutura de sua abordagem.

Alguns criticam as posições de Sweezy, como não-marxistas. Ele mesmo acredita que o termo correto seria neomarxista, para se destacar das posições doutrinárias do pensamento marxista “tradicional”. Não é o nosso interesse neste trabalho rotular autores, mas verificar sua contribuição para o estudo do objeto da pesquisa.

2.3.5 Caio Prado Júnior: Capitalismo, subdesenvolvimento e revolução processual

Caio Prado Jr. (1907-1990) talvez tenha sido um dos autores marxistas mais visitados da atualidade. Grande parte do interesse que este historiador paulista suscita se deve à natureza polêmica e alternativa à interpretação ortodoxa dos marxistas brasileiros sobre o processo de formação histórica, econômica e social brasileira. Em síntese, Caio Prado Jr., cuja produção intelectual se desenvolve entre as décadas de 30 e 70 do século passado, oferece uma interpretação de longo alcance sobre o sentido da construção nacional, marcada pela originalidade de tratamento das componentes históricas, criando assim uma sistematização que articula formação social concreta (particularidade) e as determinações estruturais do sistema capitalista (generalidade), em especial o processo histórico de sua expansão.

A formação intelectual de Caio Prado Jr. teve contribuição importante da “*Escola dos Annales*”³⁷ por influência direta do historiador francês Fernand Braudel (1902-1985), que lecionou, entre os anos de 1935 -1937, a disciplina História da Civilização na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo³⁸. O exílio na França (1937 a 1939)

³⁷ Nome retirado da revista de historiografia francesa fundada em 1929. “A revista [...] foi fundada para promover uma nova espécie de história [...]. As idéias diretrizes da revista, que criou e excitou entusiasmo em muitos leitores na França e no exterior, podem ser sumariados brevemente. Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas da história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras.” (BURKE, 1991, p.11-12)

³⁸ “Entre outras iniciativas figuram a realização de estudos, pesquisas e cursos, a organização de uma Sociedade de Estudos Históricos (1942) e a criação da *Revista de História* (1950). Os nomes de Alice Pieffer Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo D'Oliveira França, Eurípedes Simões de Paula, Odilon Nogueira de Matos, posteriormente professores da Universidade de São Paulo, e mesmo o de **Caio Prado Júnior**, renomado

e os estudos do historiador paulista em Soborne, ao que tudo indica, contribuíram para sua aproximação com a referida escola francesa. A idéia de ciclos históricos, a articulação transdisciplinar da geografia, econômica e história e a conexão com a geopolítica, geoeconomia e “geo-história” presentes na obra de Caio Prado Jr, são, sem dúvida, referenciadas na obra *braudeliana*. Principalmente nos estudos sobre o *Mediterrâneo* realizado pelo historiador francês, que lança raízes para as concepções de integração mercantil das cidades mediterrâneas no século XIV e formação do mercantilismo. Estas concepções serão apropriadas tanto por pensadores da “dependência”, quanto pelos elaboradores da chamada “Teoria do Sistema Mundo”, em especial Wallerstein e Arrighi. A influência francesa na formação de Caio Prado Jr. é decisiva como afirma Martinez:

Caio Prado Júnior foi um dos alunos de Braudel que incorporou a perspectiva geográfica nos estudos históricos. Neste caso particular, ela brota de duas fontes: Oliveira Viana, por absorção indireta, e do diálogo entre Geografia e História promovido pelos professores franceses da FFCL/USP, Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, na cadeira de Geografia Física e Humana, e de Fernand Braudel, na cadeira de História da Civilização. (MARTINEZ, 2002)

O autor faz parte do conjunto de pensadores marxistas latino-americanos que procuraram encontrar nas singularidades da formação histórica e social latino-americana as bases de análises para uma teoria de revolução latino-americana. Fazem parte deste esforço intelectual e político, além do autor em tela, grandes referências marxistas do subcontinente como José Carlos Mariátegui, Julio Antonio Mella e Ignacio Rangel. Mesmo sem possuir identidade no que se referem às conclusões que produziram, estes autores convergem no mesmo propósito: produzir uma interpretação marxista da formação latino-americana. Cabe destacar que este empreendimento teórico não é patrimônio exclusivo do campo marxista; o campo nacional-desenvolvimentista também ingressou, a sua maneira, dentro desta mesma problemática, e logrou, sem dúvida, êxitos importantes com as formulações de Raul Prebisch e Celso Furtado entre outros.

A interpretação *caiopradiana*, de acordo com a abordagem assumida neste trabalho, está situada na *segunda geração de estudos sobre o imperialismo*, na medida em que representa uma tentativa de desenvolvimento das bases analíticas (para o contexto latino-americano) lançadas por Lênin e Hilferding. Ao mesmo tempo em que projeta o lugar da

enquanto historiador de orientação marxista, são os principais expoentes da constelação de alunos que tiveram Fernand Braudel como professor na cadeira de História da Civilização, entre 1935-1937.” (MARTINEZ, 2002, grifo nosso). Possivelmente Caio Prado Jr. tenha participado destes estudos em 1935, uma vez que em dezembro deste ano foi preso pelo Regime Vargas só obtendo a liberdade em 1937, quando se exila na França.

América Latina, e o Brasil especificamente, no período de expansão do capitalismo monopolista. Sua leitura está como os demais pensadores desta geração, voltada para a análise das determinantes históricas do desenvolvimento, em especial, com este se comporta na periferia do sistema capitalista.

Cabe ressaltar que toda obra caiopradiana é uma *construção em polêmica*, criatividade crítica que se desenvolveu na contestação dos cânones do pensamento de esquerda da primeira metade do século XX. Por um lado, Caio Prado Jr. ressaltava o que chamou de “limites” da teses da III Internacional no que tange a sua validade para o contexto brasileiro, o que leva a uma polarização com o pensamento dominante no PCB, partido do qual era membro. Por outro lado, também apontava gargalos nas teses nacional-desenvolvimentistas, que inflacionavam as possibilidades do modelo de substituição de importações. Para o autor tanto os cepalinos, quanto os pecebistas estavam equivocados nas apostas que faziam em relação à “natureza progressista” da burguesia nacional, como será apresentando no Capítulo 3.

A **formação histórica do Brasil** foi o objeto de estudo que acompanhou toda sua trajetória intelectual de Caio Prado Jr. Segundo ele:

É na história, nos fatos concretos da formação e evolução de nossa nacionalidade que se encontra o material básico e essencial necessário para a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento. (PRADO JR. 1978, p.19).

Nesta perspectiva, o autor indica a necessidade de apropriação das componentes da evolução histórica do país para consumir uma “teoria” da realidade nacional. Sua contribuição para a interpretação do Brasil se fundamenta firmemente no **método** indutivo, histórico e dialético. Indutivo porque procura nos fatos a matriz de sua teorização. Histórico porque é a forma pela qual se apreende a evolução dos “fatos concretos” e os hierarquiza, lhes atribuindo sentido. Todo fato tem uma gênese, é fundamental, portanto conhecer as componentes que lhe deram origem (condições de sua existência). Dialético porque os “fatos concretos” se relacionam e se co-determinam, modificam constantemente sua qualidade, limitam e são limitados pelos contornos de seu processo de reprodução. “*Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogmas, enquadramentos da evolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos” (PRADO JR. 1966, p.16). Este posicionamento de Caio Prado Jr. vai além de uma declaração metodológica, é igualmente uma demarcação política com o “marxismo” predominante no Brasil em sua época.

Em *A revolução brasileira*, ele lembra que a tradição do pensamento de esquerda no Brasil tem invertido o processo metodológico adequado – ao invés de partir da análise dos fatos, a fim de derivar daí os conceitos com que se estruturará a teoria, procede-se em sentido inverso, partindo da teoria e dos conceitos, que se buscam em textos consagrados e clássicos, para, em seguida, procurar os fatos ajustáveis em tais conceitos e teoria. (MUNTEAL, 2009, p.321)

Será com esta perspectiva metodológica que Caio Prado Jr. irá marcar profundamente a história do pensamento social, político e econômico brasileiro; tornando-se um referencial teórico importante para os posteriores estudos sobre a dependência. Destacamos brevemente a seguir alguns conceitos e categorias importantes do pensamento do autor, que irá colaborar diretamente para os estudos sobre o desenvolvimento periférico e a dependência.

A obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) lança uma das teses que irá marcar e articular todo seu pensamento, o que foi chamado por ele como **O Sentido da Colonização**. O objetivo da análise é “o estabelecimento das premissas históricas da problemática do desenvolvimento brasileiro – trata-se [...] de buscar a linha central da marcha de nossa história a fim de destacar o sentido fundamental que condicionou a nossa formação, evolução e maneira particular de ser” (PRADO JR., 1978, p. 28). Este sentido é fundamentalmente exógeno, ou seja, direcionando para atender a demanda externa (nas metrópoles).

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que a realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, pra o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. [...] O “sentido” da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. (PRADO JR. 2007, pp.31-32)

Há uma continuidade no padrão exógeno da orientação nacional (o sentido) durante a história brasileira, constringido pelas “circunstâncias segundo as quais o Brasil em formação se inseriu dentro deste sistema que é o do mundo moderno saído da Idade Média, isto é posterior ao século XV” (PRADO JR.1978, p.28). A constituição-inserção subalterna do Brasil no “sistema-mundo” definiu a orientação do seu desenvolvimento posterior na sua estrutura econômica, cultural, política, ou seja, sua “condição” capitalista e periférica.

No sistema internacional e universal assim constituído – ou que se foi constituindo depois do encerramento da Idade Média – o Brasil figuraria como um território, em seguida uma coletividade humana em vias de integração e afinal um país e propriamente nação, de natureza marginal e periférica, destinada a servir de campo

para exercício e os objetivos daquela atividade mercantil característica, no mundo moderno, dos povos europeus ou de origem européia. Nisto consiste o fundo, e podemos dizer a substância da formação e evolução brasileiras. Ou em outras palavras e para usar uma formulação filosófica, a sua “qualidade”. (PRADO JR., 1978, p.29)

Porém “continuidade” não significa “permanência”, ou seja, a condição colonial alterou sua qualidade com o curso do desenvolvimento, amadurecimento e perecimento das bases de sustentação do sistema colonial. A continuidade se refere ao sentido, não ao conjunto das estruturas sociais. “A simples empresa comercial dos primeiros anos se vai [...] transformando, diferenciando e complicando. [...] É uma nova nação que se esboça no seio do empreendimento comercial inaugurado pelos portugueses em trópicos americanos” (PRADO JR. 1978, p.30). O padrão exógeno do sentido nacional é por sua vez dinâmico, reproduzindo ampliamente os termos de sua existência.

A perspectiva histórica de Caio Prado Jr. apresenta o “sentido da colonização” como elemento chave da formação social brasileira. Não basta, no entanto, identificar o “sentido”, é necessário compreender as condições que o produziram. Nestas circunstâncias, o historiador paulista avança na análise, do que foi chamado posteriormente de “sistema-mundo”, das condições “*geo-históricas*” que patrocinaram a expansão marítima européia, em especial Ibérica.

Na obra *História Econômica do Brasil* (1945), Caio Prado jr. sustenta as condições determinantes do sentido da colonização. Segundo ele, será a expansão marítima européia do século XV, resultado das dificuldades de tráfico terrestre com o Oriente, a componente determinante da formação de um capitalismo mercantil e da criação de colônias de exploração nas regiões dos trópicos. O que “se convencionou com razão chamar de “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (PRADO JR. 2006, p. 14).

Assim, para o autor, as colônias das regiões tropicais, devido ao seu potencial econômico e situação geográfica, ao contrário das colônias localizadas em regiões temperadas, serão cenário do surgimento de “um tipo de sociedade inteiramente original” (PRADO JR., 2006, p.22). Conservará “um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de grande valor comercial” (PRADO JR., 2006, p.22), associado ao trabalho de índios e negros cativos.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (PRADO JR. 2006, p.23)

A dimensão política do sistema colonial-mercantil se expressa na edificação de estruturas administrativas centralizadas, cujo objetivo principal é a manutenção do **monopólio comercial**. As Capitanias Hereditárias serão substituídas pela “progressiva centralização da administração pública em benefício do poder régio e em detrimento da autonomia local” (PRADO JR, 2006, p. 52). Até o século XIX, irá manter-se um padrão de dominação no qual aquelas classes e setores de classe privilegiados pelo processo de centralização administrativa e monopólio comercial irão concentrar o poder político dentro da estrutura colonial. A *burocracia colonial*, “quadros administrativos” da ordem jurídica estabelecida, segundo Prado Jr. (1978, p. 53), será uma componente importante da manutenção dos interesses portugueses em território brasileiro, e propiciará o florescimento de uma *burguesia comercial* de origem portuguesa, que se beneficiava do monopólio. “O interesse do comércio e de seus manipuladores no Pacto [Colonial] é obvio, pois o fim dele não é senão reservar para a Metrópole, e, portanto seus comerciantes, o privilégio das transações comerciais [...]. É por isso que o Pacto se mantém enquanto o capital comercial domina” (PRADO JR. 1978, p.52). Contraditoriamente, será o dono de terra, o pivô da base produtiva colonial, o que terá seus interesses relativamente constrangidos com a centralização do poder político e monopólio comercial. Serão “liberais utilitaristas” pela pretensão de estabelecer relações comerciais mais amplas com mercado internacional, libertando-se da opressão alfandegária lusitana. O “liberalismo” dos latifundiários estará restrito a sua postura econômica e em nada comunica com o liberalismo no campo dos costumes e da política *lato sensu*.

Em decorrência da leitura do “sentido da colonização”, Caio Prado Jr. polemiza com as interpretações tanto da Teoria da Modernização, quanto com as teses pecebistas. Trata-se da **Tese Anti-Feudal** com a qual irá se distanciar significativamente da tradição de esquerda de sua época. A sustentação da existência de estruturas feudais no processo de formação brasileira constitui-se como um transporte teórico mecânico aplicável em outras formações sociais (européia e asiática) para a realidade brasileira. Ou seja, procurar analisar uma realidade específica através de categorias e conceitos fundamentados *a priori*, desenvolvidos pelo método dedutivo, e, portanto, marcados por fortes tonalidades de abstração. “A *revolução brasileira*” (1966) foi aquela obra em que Caio Prado Jr. revela de maneira frontal sua crítica

ao modelo interpretativo do PCB, caracterizado por Mantega (1984) como “Modelo Democrático-Burguês”.

Segundo Prado Jr. (1966, p.58):

[...] o que caracteriza [...] o feudalismo é a ocorrência na base do sistema econômico-social, de uma economia camponesa, isto é, da exploração parcelaria da terra pela massa trabalhadora rural. Economia camponesa essa a que se sobrepõe uma classe nitidamente diferenciada e privilegiada, de origem aristocrática, ou substituindo-se essa aristocracia. Essa classe privilegiada e dominante explora a massa camponesa e se apropria do sobreproduto do seu trabalho, através dos privilégios que lhe são assegurados pelo regime social e político vigente e que se configuram e realizam sob a forma de relações de dependência e subordinação *pessoal* do camponês.

Caio Prado Jr. afirma que a grande propriedade rural brasileira tem outra origem histórica e objetivamente outra função econômica. A mesma “se constituiu na exploração comercial em larga escala, isto é, não parcelaria, e realizada com o braço escravo introduzido conjuntamente com essa exploração, e por ela e para ela” (PRADO JR., 1966, p.61). Algumas regiões brasileiras possuíam um subsistema produtivo que se aproximaria de uma estrutura econômica camponesa, porém não obtiveram destaque como pólo dinâmico da economia nacional, comportando-se como produções auxiliares ao sistema de grandes plantações dominante (*plantation system*), Prado Jr. (1966, p.62). Logo, para o historiador paulista, do ponto de vista das classes sociais do campo, não ocorreria de forma generalizada a existência de camponeses.

Nos maiores e principais setores da agropecuária brasileira, naqueles que constituem em conjunto o cerne da economia agrária do país e onde se concentra a maior parcela da população rural, os trabalhadores, como empregados que são da grande exploração, simples vendedores de força de trabalho, portanto, e não “camponeses”, no sentido próprio, aquilo pelo que aspiram e o que reivindicam, o sentido principal de sua luta, é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego. (PRADO JR. 1966, p. 68)

A consequência do modelo de interpretação *caiopradiano* é a rejeição da orientação do Partido Comunista que advogava em favor de uma plataforma baseada na necessidade de uma revolução democrático-burguesa para eliminação das *reminiscências feudais* do campo brasileiro e a produção de um capitalismo efetivo e liberto das estruturas econômicas e sociais “atrasas”. O PCB identificava os constrangimentos econômicos e sociais do subdesenvolvimento (ausência de mercado interno, concentração fundiária, industrialização incipiente, etc.) como vestígios do feudalismo herdado do sistema colonial. Enquanto Caio

Prado Jr. identifica estes gargalos ao desenvolvimento como expressão de um desenvolvimento orientado exogenamente.

Neste mesmo diapasão, Caio Prado articula uma crítica bastante significativa a Rostow e à Teoria da Modernização. Esta teoria, segundo o historiador, destaca que o “ponto de partida” das nações de capitalismo desenvolvido seria a sociedade “tradicional”. O processo de transição do “tradicional” para o “moderno” não possui relação histórico-estrutural, está inexoravelmente submetido à evolução, em etapas, de um pólo a outro. Segundo o pensamento de Rostow, afirma Caio Prado Jr, “sociedade tradicional” não se caracteriza por si e em si; e sim apenas em contraste com o que vem depois dela” (PRADO JR. 1978, p. 24). Enfim, para nosso autor, a teoria se contenta na descrição do tipo de sociedade sem se dar conta das circunstâncias que as realizam materialmente, ou seja, as determinações da história.

No que tange à compreensão do **imperialismo** e sua forma de atuação no Brasil, o autor aborda a subordinação política e econômica brasileira em relação ao capital monopolista externo como um desdobramento do velho colonialismo mercantil. Para Caio Prado, o *Pacto Colonial* é a expressão da subordinação geopolítica de uma periferia em relação a seu centro sob a égide do capitalismo comercial, enquanto a *dependência* é a forma particular de dominação geopolítica na era do capitalismo monopólico.

Uma primeira fundamentação essencial é a diferença marcante do significado do imperialismo para nações asiáticas e latino-americanas. A existência de uma sociedade estruturada sob as bases de instituições estatais, centralizadas e altamente organizadas na Ásia levou os agentes econômicos estrangeiros a se portar e ser percebido como uma força exterior e extremamente contraditória com os interesses das classes dominantes e dos povos daquelas nações. De forma distinta, para Caio Prado Jr., a formação social brasileira é produto do estabelecimento da empresa mercantil européia. Deste modo, o imperialismo é um componente externo que se interioriza no pacto colonial.

As origens e a formação histórica do Brasil, em flagrante e profundo contraste com os países da Ásia, têm suas raízes e suas força motriz, e até mesmo sua contribuição demográfica, naquele próprio continente onde se situariam os centros do imperialismo, a saber, a Europa. Evoluímos e nos desenvolvemos à sombra e ação da mesma civilização e cultura daqueles países que em nossos dias assumiriam a posição imperialista. Essas circunstâncias evidentemente nos colocam em situação bem distinta de países e povos, como os asiáticos, onde o imperialismo se propôs em frente a sociedades que se tinham constituído à parte inteiramente dos imperialistas. (PRADO JR. 1966, pp. 100-101)

Assim existe uma imbricação estrutural das bases sociais e econômicas brasileiras e os centros do capitalismo originário. “A situação de dependência e subordinação orgânica é

funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país” (PRADO JR. 2006, p. 270). Foi, segundo o autor, do período de transição para a condição de nação independente que o país se insere na teia de dominação inglesa, mantendo o mesmo modelo exógeno de estrutura produtiva. Estabelece-se neste íterim o grande impasse da formação brasileira, a oposição entre a economia “colonial” e a economia “nacional”.

A penetração do capital financeiro no Brasil tem sua origem naqueles primeiros empréstimos concedidos pela Inglaterra, logo depois da Independência, ao novo governo da jovem nação. [...] Mas estes empréstimos têm um caráter especial e não representam ainda o papel específico do capital financeiro dos tempos mais recentes. Sua função é sobretudo política, e sua finalidade puramente comercial. Destinavam-se aqueles empréstimos a realizar e consolidar a autonomia política do país, e assegurar com isto a liberdade do seu comércio, o que significava então o predomínio mercantil inglês. (PRADO JR. 2006, pp. 270-271).

Este tipo de operação ainda não é próprio do imperialismo (como fase do capitalismo monopolista), estes aportes financeiros se realizam, sobretudo como empréstimos públicos e pouco se relacionam com o processo de exportação de capitais, que é típico da era dos monopólios.

Do ponto de vista específico, [...] tal processo reduz-se a retirar através do Estado e seus impostos uma quota parte da renda do conjunto das atividades econômicas do país. [...] Os empréstimos públicos posteriores vão servir sobretudo como arma de penetração e conquista de posições; tornam-se um meio e não um fim por si. (PRADO JR. 2006, p. 272)

Caio Prado Jr. realiza uma caracterização pormenorizada deste processo de transição da colônia para a nação, identificando que se efetua de forma problemática e, de certa maneira, se consolida na *incompletude*. Resta sistematizar de forma mais clara a manifestação do imperialismo moderno, segundo o autor e que, a nosso ver estará em profunda sintonia com as interpretações “dependentistas”. Em “*A revolução brasileira*”, há uma sistematização do pensamento do autor sobre o imperialismo. Mesmo com o prejuízo da extensão da citação, seu conteúdo propicia uma visão precisa da clivagem *caiopradiana* sobre o tema. Cito:

A teoria interpretativa e explicativa da dominação do imperialismo, no caso dos países latino-americanos, inclusive naturalmente o Brasil, tinha por isso que tomar em consideração aquelas circunstâncias, e descer à análise da maneira como atuava e atua o imperialismo entre nós, a saber, não apenas, como se deu na Ásia, apoiado simplesmente numa ligação *exterior*, isto é, na penetração de empresas e iniciativas econômicas do capital imperialista com a conivência de setores internos de fato desnacionalizados; **mas profundamente imbricado e entrosado, já de início, na vida econômica, e também social e política de países como os latino-**

americanos onde o imperialismo herdava naturalmente e sem maior esforço, todas as posições que lhe preparara naqueles países **o fato de ele se originar nos mesmos centros de onde a América Latina recebera todos os fatores e elementos constitutivos de sua personalidade nacional**. Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por forças das mesmas circunstâncias **(embora atuando diferentemente no centro e na periferia)** que se constituíram de uma lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina. É forçoso, pois, que a situação e as relações desses países em face do imperialismo sejam profundamente distintas daquelas que ligam a esse imperialismo os países asiáticos. E muito mais complexas, exigindo, pois, uma análise econômica específica, o que não se fez nem foi tentado. (PRADO JR., 1966, pp. 101-102, grifos nossos)

Do trecho acima é possível sumarizar algumas componentes chave que serviram de pano de fundo para a proposta teórico-programática *caiopradiana*. (1) O imperialismo está em articulação estrutural com a formação social brasileira. Irá definir a arquitetura de dominação e as formas de reprodução e interação entre as classes no seio da nação dependente, não apenas seu circuito produtivo *stricto sensu*. (2) A relação assimétrica nação dominante – nação dominada é estabelecida no colonialismo (capitalismo comercial) é promotora do surgimento do imperialismo moderno (capitalismo monopólico), relação na qual o centro e a periferia possuíam papéis funcionais distintos e os resultados do processo de desenvolvimento são distribuídos diacronicamente. (3) As contradições entre centro e periferia, no caso brasileiro, se dão no processo de maturação do sentido *nacional* em oposição ao *colonial*. (4) Seguindo a influência da “Escola dos Annales”, centro e periferia estão circunscritas dentro de um mesmo sistema (capitalista), e, portanto, tanto a periferia quanto o centro não são apenas partes do sistema, mas, sobretudo componentes funcionais do mesmo processo histórico.

Esta leitura do imperialismo converge, em grande medida, com o substrato da teorização dependentista, o que levou Mantega (1984) a situar Caio Prado Jr. no mesmo campo teórico dos elaboradores da “Teoria da dependência”, definindo-os como partícipes do *Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista*. Contudo, esta vinculação possui limitações objetivas, uma vez que as conseqüências teórico-programáticas *caiopradianas* se distanciam daquelas elaboradas por Ruy Mauro Marini, Gunder Frank e outros, da mesma forma que não convergem com a proposta de desenvolvimento capitalista dependente e associado de Fernando Henrique Cardoso.

Será a partir desta interpretação que combina o “sentido da colonização”, a matriz de desenvolvimento exógena, a origem capitalista comercial da estrutura econômica brasileira, que Caio Prado Junior irá entender as **categorias sociais e sua orientação política** dentro do sistema de dominação instalado no Brasil. Interpretação que destoa radicalmente do Modelo de Revolução Democrático-Burguesa sustentado pelo Partido Comunista, bem como as perspectivas do Modelo de Substituição de Importações orientado pelos pensadores desenvolvimentistas. No modelo de interpretação *caiopradiano*, tanto a burguesia urbana (industriais e comerciais) quanto os empresários do setor agropecuário se constituem como categorias sociais partícipes da estrutura de poder nacional, que reproduz o padrão exógeno de desenvolvimento, na qual seus interesses de classe são atingidos.

Os interesses desses indivíduos se diferenciam naturalmente no que respeita especificamente seus negócios particulares, bem como em função de seu nível financeiro. Mas não têm posição de classe ou categoria social distinta, isto é, não se situam diferentemente dentro das relações de produção, e muito menos, está visto, em frente à lei e às relações jurídicas. (PRADO JR. 1966, p.106)

Há uma imbricação entre proprietários urbanos e rurais, sendo que muito deles, como homens de negócio, possuem atividades em ambos os setores. “Não há assim fundamento para estabelecer distinção político-social, de natureza estrutural, entre os setores e categorias sociais brasileiras ligadas respectivamente a atividades rurais e urbanas” (PRADO JR., 1966, 108). Desta forma, não se aplicaria à concepção a identificação de uma burguesia nacional (principalmente industriais) cuja posição política estaria dentro de um campo progressista e antiimperialista. Esta posição irá se aproximar enormemente daquelas formuladas pelos “dependentistas”. Da mesma forma, a penetração cada vez maior de capital estrangeiro, ao contrário de constranger os interesses desta “burguesia nacional”, de outro modo os potencializa através da associação. A participação de capitais externos não reproduz estruturas “feudais”, ao contrário, dinamiza a economia em um determinado sentido, o exógeno. Assim os capitalistas brasileiros “começaram a se associar àquelas empresas [estrangeiras], e a se ligarem pelos mais diversos laços e relações de toda ordem como elas e com interesses econômicos e financeiros internacionais em geral” (PRADO JR. 1966, p.110). Caio Prado Jr. reconhece que o padrão técnico do capitalismo brasileiro é deficitário, o que de fato leva a enquadrá-lo como dependente, porém não é o mesmo que defender a ausência de capitalismo ou mesmo a existência de estruturas feudais ou “semi-feudais”, mesmo porque “o que caracteriza essencialmente o capitalismo não é a tecnologia empregada” (PRADO JR. 1966, p.164). São as relações sociais de produção e propriedade.

Passamos agora a discorrer sobre o tema do **desenvolvimento** em Caio Prado Jr., que seria a “condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo [brasileiro] o conforto e bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar” (PRADO JR. 1978, p. 17). Para o historiador, como foi discutida anteriormente, a problemática do desenvolvimento brasileiro tem raízes na formação social que se manteve funcional e estruturalmente orientada para o mercado externo, logo é a oposição entre esta situação e uma proposta de desenvolvimento endógeno o desafio principal da *questão nacional*. “A organização da produção para o mercado externo determinara uma estrutura incapaz de proporcionar um mercado interno apreciável e estimulante de atividades produtivas de nível elevado e grandes perspectivas” (PRADO JR. 1978, p.49). Neste ponto, há um distanciamento das elaborações “dependentistas”, em especial daquelas *marinianas* e influenciadas por Gunder Frank. O problema central do desenvolvimento brasileiro é seu sentido exógeno, que impedem nossa realização enquanto nação.

Genericamente, sem entrar em um nível de detalhamento que ultrapassaria o escopo deste trabalho, podemos sistematicamente indicar o caráter do modelo de desenvolvimento apresentado pelo autor, nas suas dimensões econômicas e políticas. No ponto de vista econômico, é necessário um mercado interno diversificado³⁹ e capaz de satisfazer a demanda de consumo de massas e consolidar o monopólio estatal do mercado exterior. Em relação a esta última proposta, Prado Jr. advoga pelo estabelecimento de política de “controle total e rigoroso das transações externas do país. “O que somente é possível e realizável, como vimos, pelo monopólio estatal do comércio exterior” (PRADO JR., 1954, p. 234). Do ponto de vista político, implica em combater as forças sociais, que no interior de nossa formação, constroem a consolidação de nossa integração nacional, (PRADO JR., 1966, p.211). “Isto é, a configuração de um país com sua população voltados essencialmente para si mesmos, e organizados econômica, social e politicamente em função de suas próprias necessidades, interesses e aspirações” (PRADO JR, 1966, p. 211). Nesta proposta, a convergência caminha na direção das idéias de Celso Furtado.

Mesmo tendo em alguma medida pontos de contato importante com o pensamento nacional-desenvolvimentista da CEPAL⁴⁰, para Caio Prado Jr. o modelo de substituição de

³⁹ Implicaria, segundo Caio Prado Jr., “que as atividades econômicas devem ser, nas condições do Brasil, controladas por fatores além e acima da iniciativa privada. [...] Não se pretende com isso eliminar a iniciativa privada, e sim unicamente a *livre* iniciativa que, esta sim, não se harmoniza com os interesses gerais e fundamentais do país e da grande maioria de sua população, por não lhe assegurar suficiente perspectiva de progresso e melhoria de condições de vida” (PRADO JR., 1966, p. 264)

⁴⁰ PAULA, João Antônio. . Caio Prado Jr. e o desenvolvimento econômico brasileiro. In: *Pesquisa & Debate*, São Paulo, volume 17, número 1 (29) pp. 1-19, 2006

importações estava assentado em uma política reativa às depressões do mercado internacional e não lograriam êxito na organização de uma base produtiva “auto-propulsora”, o que por sua vez não implicaria na desconstituição do padrão exógeno da economia. “A política do governo, se de um lado se inspirou acertadamente na necessidade de promover o processo de industrialização do país, fracassou por outro na realização de seus objetivos declarados” (PRADO JR., 2006, p. 308), porque se pautou por objetivos imediatos, sempre no atendimento das necessidades da iniciativa privada, não articulando um modelo de desenvolvimento industrial amplo, (PRADO JR., 2006, pp.307-308). Este modelo de administração foi caracterizada pelo autor como “Capitalismo Burocrático”, que seria a aliança da capacidade de intervenção estatal na economia, que cria uma categoria burguesa “que se alimenta diretamente da ação estatal e das iniciativas públicas e à custa delas se mantém e progride” (PRADO JR. 1966, p. 195).

As conclusões políticas da interpretação do autor são bastante distintas daquelas produzidas pelos teóricos da dependência, tanto na vertente liberal de Fernando Henrique Cardoso, quanto na proposta insurrecional de Ruy Mauro Marini. Assim, o destino do Brasil e as perspectivas da superação de sua condição periférica, segundo o historiador paulista, não se enquadrariam na inevitabilidade da manutenção do desenvolvimento associado e dependente, conforme sustenta Cardoso. Porém, não passaria pela ruptura imediata de natureza revolucionária e socialista como Marini indicava. A via *caiopradiana* de superação da condição dependente é revolucionária, no sentido amplo do termo, e diferente dos modelos tradicionais de revolução difundidos na tradição da esquerda.

Munteal (2009), Ricupero (1998) e Secco (2008) defendem a aproximação de Caio Prado Jr. com o marxismo italiano, o que parece razoável, tendo em vista sua tentativa de conectar o marxismo com a questão nacional brasileira. Esta posição fica clara na proposta teórico-programática indicada em “A revolução brasileira”⁴¹. Para Caio Prado Jr., o conceito de revolução está conectado com o *processo* histórico de transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas de uma determinada coletividade humana, cujo ritmo, a natureza e estratégia estão condicionados à conjuntura e à estrutura social da formação social que a gere

⁴¹ “A revolução brasileira o aproxima [Caio Prado] bastante de uma abordagem gramsciana (ainda que Gramsci não seja citado no texto), a saber : sua insistência na natureza processual da revolução; a “aclimação” do marxismo que ele procura enfatizar, adaptando-o à situação histórica do Brasil; a compreensão de que o marxismo é essencialmente uma “previsão” que não dispensa o papel subjetivo na construção do socialismo; a insistência na historicidade do marxismo; a recusa a fazer classificações teóricas em vez de estudar o processo e a gênese dos fatos; a idéia de que a objetividade só pode ser um “universal subjetivo”, reconhecida pelos históricos; e a concepção antimetafísica que não separa sujeito e objeto na análise política” (SECCO, 2008, p. 115) seriam em grande medida a demonstração da relação “possivelmente” estabelecida entre a leitura caiopradiana e a gramsciana.

(PRADO JR., 1966, p.2). Nesta obra sustenta a tese de que a natureza do processo revolucionário (democrático-burguês, socialista, etc.), não é determinável *a priori*, mas constituem-se no curso dos acontecimentos históricos. “O elemento propulsor desse processo, que são as contradições que nele ocorrem [...], tem, pois como fator originário e fundamentalmente atuante, o comportamento dos indivíduos agindo em função de seus interesses e aspirações” (PRADO JR., 1966, p.214). Assim, o sentido que se deve imprimir é aquele que possibilita a melhor solução para os entraves do desenvolvimento brasileiro, a saber, os gargalos da nossa formação social periférica, dando vazão ao surgimento de demandas superiores e fundamentalmente políticas das massas.

As forças sociais que levaram a seu termo o processo de superação revolucionária da “herança colonial” são apresentadas pelo autor de forma clara: a massa trabalhadora rural e o operariado urbano.

Apresentam-se, pois, as melhores condições possíveis para a ligação e associação de ambos os setores da classe trabalhadora brasileira e para sua mobilização conjunta na obra revolucionária; complementando-se com isso mutuamente a potencialidade revolucionária da massa trabalhadora rural, com as superiores condições de luta, e capacitação para ela, do proletariado urbano. (PRADO JR., 1966, p.280).

Para Caio Prado Jr., estas forças sociais deveriam constituir uma linha política e organizativa independente dos partidos e agrupamentos políticos enredados nas estruturas do “Capitalismo Burocrático”. Ao que tudo indica, o autor se refere aos partidos que compunham com o chamado “populismo”. O autor utiliza o termo “forças nacionalistas populares e de esquerda” (PRADO JR., 1966, p.330). Estas figurariam como promotoras de uma plataforma de reformas que desobstruísse o desenvolvimento brasileiro rumo à superação da dependência. Mesmo evitando determinar a natureza do processo, e não apresentando o formato organizativo da aliança política que levará a termo o arranjo destas forças, Caio Prado Jr. sugere, de maneira implícita, qual seria o contorno deste processo revolucionário no País. A nosso ver, seria um chamado popular à soberania nacional, o desenvolvimento endógeno e a planificação econômica de setores estratégicos com a regulação da iniciativa privada nos demais ramos da economia.

Para Caio Prado, será esta aliança de classes a promotora da superação da condição dependente do país. Esta superação é, ao mesmo tempo, uma relação de ruptura interna com as estruturas herdadas do período colonial.

Não nos podemos libertar da subordinação com respeito ao sistema internacional do capitalismo, sem a eliminação paralela e simultânea daqueles elementos de nossa organização interna, econômica e social, que herdamos de nossa formação colonial. E a recíproca é igualmente verdadeira: a eliminação das formas coloniais remanescentes em nossa organização econômica e social é condicionada pela libertação das contingências em que nos coloca o sistema internacional do capitalismo no qual nos entrosamos como parte periférica e dependente. (PRADO JR., 1966, p. 303)

A interpretação *caiopradiana*, dentro nossa perspectiva de determinar a trajetória do conceito de dependência, possui um papel importante, elevou-a a um nível superior de compreensão. Sua tese antecipou significativamente os debates principais da chamada “Escola da Dependência”, sem convergir naturalmente com as conseqüências políticas formuladas por este campo de análise. A dependência para Caio Prado Jr. é uma relação construída em razão da continuação da herança colonial, continuação da integração subordinada do país ao sistema capitalista internacional, do qual foi constituído e é expressão periférica. No entanto, os autores “dependentistas”, pouco falam sobre a contribuição deste autor, com exceção de Gunder Frank, que estabelece um debate conflituoso com o autor, sobre a estrutura agrária brasileira e Santa que reconhece nas formulações de Caio Prado Jr. uma importante fonte de referência.

Evidentemente, a solidez analítica de Caio Prado não o exime de lacunas importantes em sua formulação. O autor não desenvolve de maneira satisfatória sua concepção de Estado, o que para uma sociedade como a brasileira possui uma posição de destaque. As menções ao papel do Estado são superficiais e não possuem um *status* privilegiado na sua interpretação. Neste mesmo diapasão, sua crítica ao modelo de substituição de importações e ao nacional-desenvolvimentismo é pertinente, porém, não faz justiça ao papel que as teses cepalinas desempenharam na consolidação da idéia de nação brasileira. Este empreendimento seria significativo, até mesmo para avançar na compreensão dos limites de tal escola de pensamento. No entanto, estas omissões não diminuem a importância decisiva que a obra *caiopradiana* exerce no interior do pensamento político brasileiro, que a nosso ver pavimenta importantes rotas para a compreensão da formação social do Brasil, em suas contradições, limites e possibilidades.

2.3.6 Sérgio Bagú: A índole da colonização

Uma das mais aproximadas “ao conceito de dependência” análises realizada pela *segunda geração de estudos* é, ao nosso entender, aquela realizada pelo historiador e

sociólogo argentino **Sergio Bagú** (1911-2002). Crítico da tese feudal da colonização das Américas, lançou em 1949 sua principal obra intitulada “*Economia de la Sociedad Colonial*”, cuja abordagem historiográfica convergia com o objeto de estudo de Caio Prado Jr, o que ele chamou de “índole da economia colonial”. Segundo Ricupero (2002):

Num contexto mais amplo, por volta da mesma época em que Furtado escrevia sua tese, o argentino Sergio Bagú, também leitor de Caio Prado Jr., Roberto Simonsen e Gilberto Freyre, questionava, já em 1949, o pretenso passado feudal da América Latina. Bagú chega a considerar que as possessões de Espanha e Portugal na América não seriam apenas complementares à economia européia, mas constituiriam o que chama pioneiramente de um capitalismo colonial. Indica também caminhos que posteriormente se mostrarão ricos para a historiografia latino-americana, apontando para o papel do colonialismo e do tráfico de escravos na acumulação primitiva de capital, ocorrida no período de transição entre o feudalismo e o capitalismo industrial. (RICUPERO, Bernardo, 2002)

Não era, porém apenas o objeto, mas a argumentação desenvolvida por Bagú que reforçava as linhas gerais do pensamento *caiopradiano*. Para o historiador argentino “as colônias luso-hispânicas da América não nasceram para repetir o ciclo feudal, mas para se integrarem ao novo ciclo capitalista que se inaugurava no mundo” (BAGÚ, 1949, p. 251). Será a produção para o mercado o elemento que determina a índole da economia colonial que, segundo o autor não apenas participa da revolução comercial em desenvolvimento na metrópole, como também a promove, na medida em que financia, a partir dos lucros obtidos no comércio colonial, aqueles setores sociais ocupados na economia mercantil européia. Logo, dizia Bagú (1949, p. 252), a colônia se constitui como uma componente fundamental da expansão e fortalecimento do capitalismo no nível mundial, atuando e se desenvolvendo como economia complementar ao espaço mercantil europeu.

Quando os historiadores e economistas dizem que o feudalismo, agonizante na Europa, reviveu na América, referem-se a fatos concretos: a transferência de algumas instituições já decadentes no velho mundo; o florescimento de uma aristocracia constituída por elementos provenientes da Europa; certas características das grandes explorações agrárias, pecuárias e minerais, que analisamos e que evocam as condições de dependência de amo e servo, assim como a beligerância senhorial da época feudal. Todos estes fatos, porém não são suficientes para configurar um sistema econômico feudal.

Por outra parte, o capitalismo colonial apresenta reiteradamente nos diversos continentes certas manifestações externas que o assemelham ao feudalismo. É um regime que conserva um perfil equívoco, sem alterar por isso sua inquestionável índole capitalista. (BAGÚ, 1949, pp. 252-253).

As instituições de origem feudal instaladas nas colônias são meras expressões residuais de um sistema em decadência no seu espaço geográfico de origem. A exploração

agrícola e mineral orientada para o mercado, o tráfico de escravos africano e o estilo de ocupação produtiva do espaço, não tinham paralelo com a já pouco dinâmica economia camponesa feudal, segundo o pensador argentino. A “América contribuiu para dar a esse ciclo [o capitalismo comercial] um vigor colossal, tornando possível o começo do período do capitalismo industrial, séculos mais tarde” (BAGÚ, 1949, p. 253). Esta mesma tese será exposta décadas depois com altíssima similaridade: Marini dizia que “a criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional” (MARINI, 1990. p. 142).

Para Bagú, assim como para Croce, “toda a história é história contemporânea”; o legado colonial sobrevive e se desenvolve até os tempos atuais, não como repetição, mas como uma condição que insiste em determinar os contornos da evolução da formação latino-americana. Segundo um dos mais conhecidos teóricos da chamada “Escola da Dependência”, o economista Theotônio dos Santos (*apud* MUNTEAL, 2009, pp. 323-324) “a crítica de Bagú, Vitale e Caio Prado Júnior ao conceito de feudalismo aplicado à América Latina foi um dos pontos iniciais das batalhas conceituais que indicavam as profundas implicações teóricas do debate que se avizinhava”.

2.4 Terceira Geração de Estudo do Imperialismo: A dependência ou “o externo não é exterior”

2.4.1 “O externo não é exterior”

A terceira geração de estudos sobre o imperialismo tem nos anos 60 e 70 do século passado seu período de maior produção e difusão. Será nesta geração que se constituirá de forma mais acabada a corrente interpretativa do imperialismo definida como “Escola da Dependência” ou “Teorias da Dependência”. Existem, por suposto, um conjunto de elementos (teórico-metodológicos, normativos e históricos) que particularizam esta geração em relação às anteriores, o que será explorado nos itens seguintes. Além disso, será necessária uma visita exploratória a alguns autores, que identificados ou não com as “teorias da dependência”, apresentaram formulações sobre o tema. Procuraremos situar os estudos de acordo com as interpretações sobre os temas e abordagens que os delimitam enquanto uma geração. Não cabe, no entanto, explorarmos a nuance teórica de cada autor, mas em seu lugar identificar as

conexões instituintes desta geração, ou seja, a maneira que enfrentam as problemáticas do imperialismo e do desenvolvimento - subdesenvolvimento.

Na *primeira geração de estudos*, como foi tratada anteriormente, a questão central era objetivamente compreender as implicações políticas e as particularidades econômicas da fase monopolista do capitalismo. A *segunda*, influenciada pela discussão do desenvolvimento ocorrida no pós-guerra, se orientou pela análise das implicações do imperialismo (capitalismo monopólico) para o desenvolvimento, o que levou à formulação do conceito de subdesenvolvimento. A *terceira geração* será composta em um contexto de esgotamento do *modelo de substituição de importações*, principalmente no que se refere a suas promessas em relação à reordenação da estrutura social concentradora, mediante a indução a industrialização. A “idéia-força” orientadora desta *geração*, em maior ou menor grau, está articulada com a *crítica ao nacional-desenvolvimentismo*. Não significa, no entanto, que a crítica em relação a esta corrente de pensamento não existia nos autores da *segunda geração*, é explícita em alguns autores (e.g. Prado Jr.) como foi apresentado no tópico anterior, porém não possuía o mesmo *status*.

Os estudos sobre a dependência procuraram integrar os conceitos de imperialismo e desenvolvimento em um mesmo “núcleo teórico”. Rompendo com o enfoque cepalino, que em sua maioria traduziam a dependência como um problema de intercâmbio de valores (e.g. *deterioração dos termos de troca*), ou seja, “dependência externa”⁴². A crítica sobre o conceito foi prolongada para a proposta de superação que lhe correspondia. A solução cepalina estava na construção de um modelo endógeno de desenvolvimento, alternativa que para os “dependentistas” era improvável. A dependência para os teóricos da terceira relação, se comporta “como um fator condicionante, que altera o funcionamento interno e a articulação dos elementos da formação social dependente” (ROXBOROUGH, 1981, p. 50). Logo, há uma distinção fundamental (estrutural) entre a dinâmica interna das nações dependentes e os países capitalistas centrais.

Então qual seria a proposta de solução à dependência? Que lugar a dependência ocupa nos estudos sobre imperialismo e o desenvolvimento? Há tantas respostas quanto “teorias da dependência”. Destacamos que são “teorias” e não uma teoria como geralmente é indicado na literatura corrente. Os estudos sobre a dependência se configuram como um conjunto de interpretações lastreadas por uma mesma “idéia-força”, a saber: “**o externo não é exterior**”. Como assinalado anteriormente, e não propriamente uma “Escola” ou um *paradigma* como

⁴² Com exceção de Celso Furtado.

pretende Roxborough (1981). Para se comportarem mesmo como um paradigma, a produção dependentista necessitaria de um “padrão” de abordagem metodológica e um alicerce de consensos gerais muito mais sólidos do que realmente possui. A flexibilidade no tratamento das categorias e a absorção de contribuições de diferentes tradições de pensamento lhes proporcionaram dar vazão à criatividade e a crítica, porém lhes limitaram a produção de um corpo analítico-normativo unitário, ou pelo menos atingir níveis mais avançados de consensos.

Por hora, serão expostos quatro eixos definidores desta geração de pensadores, que procurarão apresentar o solo inicial de onde se desenvolvem os “novos” estudos sobre a dependência⁴³; são eles: a) O sentido da formação social latino-americana, b) A crítica a nacional-desenvolvimentismo, c) O problema da classe e da nação, d) Novas referências teóricas.⁴⁴

2.4.2 Sentido da formação social latino-americana

Seja reconhecendo a empresa colonial como uma instituição capitalista e que, portanto, o modo de produção predominante na colônia era o capitalismo, conforme Gunder Frank (1973), Marini (1990), Novais (1983), Oliveira (1977), Santos (1991); seja indicando que existe uma combinação entre a expansão do capitalismo europeu e a formação de um “modo de produção colonial” como Fernandes (1972) e de forma aproximada Cardoso & Faletto (1984), todos convergem na crítica à “tese feudal” sobre o sentido da colonização na América Latina. Como afirma Sodré (1990, p. 19-20), a postura desta geração de estudos, em convergências com as teses de Caio Prado Jr., possu ia uma dupla motivação: uma motivação de ordem científica e outra política. No escopo desta última, seria basicamente indicar a impossibilidade de uma revolução burguesa no Brasil, ou o caráter associado (anti-nacional)

⁴³ O enfoque pretendido na dissertação se relaciona mais diretamente ao debate latino-americano sobre a dependência, porém   necessário reconhecer que esta discussão ocorreu também entre a intelectualidade norte-americana e européia, bem como possuiu relevo nas formulações teóricas e programática dos movimentos de libertação nacional africanos e asiáticos. Mesmo sendo rica em conteúdo e completamente pertinente   discussão pretendida, as formulações sobre a dependência fora o ambiente latino-americano, não poderão ser exploradas no escopo deste trabalho, em razão os limites do objeto do mesmo.

⁴⁴ Michale L wy (2006, p.50) utiliza uma caracterização parecida com a realizada neste trabalho em relação às questões comuns da “ala” marxista da “Escola da Dependência. A problemática que forma este campo teórico política estaria assentada em cinco eixos: 1) Rejeição da tese do feudalismo latino-americano; 2) Crítica   noção de “burguesia nacional progressista”; 3) Fracasso do “populismo”; 4) O atraso latino-americano como produto do capitalismo periférico, e 5) A ruptura com a dependência via revolução socialista. Nesta dissertação, no entanto, procuro uma caracterização mais geral, entendendo que as “teorias da dependência”, mesmas aquelas “não-marxista” possuíam convergência na problemática, mas se distanciavam no tratamento das categorias e principalmente das vias alternativas   dependência.

da burguesia brasileira, posição que divergia da formulação majoritárias dos comunistas do PCB. Para alguns membros desta geração como Fernandes, Marini, Santos, Frank e Oliveira o que estava colocado é a ruptura com a ordem dependente por via revolucionária, enquanto para Cardoso trata-se de desobstruir plenamente o desenvolvimento através da associação com o capital internacional.

Andre Gunder Frank (1929-2005) foi um dos mais destacados formuladores de *geração*, identificado diretamente como um dos fundadores da “Teoria da Dependência” e da “Teoria do Sistema-Mundo”. Para Frank (1973, p. 30), a formação social latino-americana é originariamente capitalista, primeiro mercantil e a partir do século XVIII, circunscrita nos marcos do capitalismo industrial. Seriam três os pilares que caracterizam esta formulação: (1) sistema de expropriação - apropriação do excedente econômico, (2) estrutura metrópole - satélite e (3) e a continuidade nas mudanças das relações dentro das estruturas sociais.

Em relação ao primeiro pilar, o que o autor chama de “contradição”, faz uma referência direta às formulações de Baran (1984). Neste caso, existe um aspecto importante: Frank amplia a envergadura da contradição expropriação – apropriação, que geralmente é relacionada à questão da produção-apropriação da mais-valia, para o excedente econômico⁴⁵, que é um conceito mais amplo, o que contribui para definir a expansão colonial como uma manifestação capitalista, de caráter mercantil, diferenciando-a do modelo básico instituído pelo capitalismo industrial três séculos depois.

O segundo pilar diz respeito à sistemática da economia mundial que se reproduz a partir da dinâmica metrópole-satélite. As origens desta dinâmica estão assentadas no início do mercantilismo europeu (século XV) e na sucessão de “núcleos orgânicos” do capital, para utilizar uma expressão de Arrighi (2009), que começam com as cidades-estado italianas, sendo transferidas posteriormente para Holanda, Inglaterra e, no século XX, para os EUA. A colonização da América Latina seria resultado da expansão do capital mercantil europeu, o que a caracteriza como uma formação social capitalista, descartada a possibilidade de “feudalidade” na sua constituição, sendo o Brasil um exemplo deste processo.

“[...] la colonización europea y el desarrollo capitalista del país los que formaron la sociedad y la economía que actualmente encontramos allí. De existir en Brasil hoy un rezago, arcaico, separado de nosotros por centurias, serían los restos de algo que la metrópoli europea implanto allí en el curso de su expansión capitalista. Pero lo que la metrópoli capitalista introdujo en Brasil no fue una estructura económica

⁴⁵ A mais-valia é um tipo de apropriação de excedente econômico, mas não o único, a pilhagem, as assimetrias de valores comercializados no mercado internacional, etc. são outras formas de acumulação de excedente econômico.

microsocial arcaica, sino, al contrario, la aún viva y creciente estructura metrópoli-satélite del capitalismo” (FRANK, 1973, p.154)

O terceiro – a continuidade nas mudanças – se relaciona à manutenção da estrutura essencialmente subordinada originada no período colonial, mesmo existindo transformações históricas importantes, como a independência e a industrialização de alguns países. Para o autor, estas mudanças são limitadas dentro do marco capitalista e acabam por reproduzir ampliadamente a dinâmica da dependência. A orientação ou o sentido da colonização e, posteriormente, o processo de independência preservou a orientação original de nossa economia, a produção para o mercado exterior.

Em síntese, o subdesenvolvimento, para Frank (1973) é produto da forma de inserção estrutura das regiões periférica dentro do sistema capitalista, não é fruto de uma situação pré-capitalista ou feudal. Esta posição está em polarização direta com teóricos como Nelson Werneck Sodré (Cf. 1990), que defendia a existência de um modo de produção pré-capitalista.

A posição de Francisco de Oliveira (1933-) sobre a questão do sentido da formação também é convergente com sua origem capitalista.

O único destino – no sentido trágico da expressão – que se pode legitimamente aceitar da economia brasileira é o seu ponto de partida: uma economia e uma sociedade que foram geradas a partir de um determinado pressuposto. Este é, concretamente, seu nascimento e sua inserção no bojo da expansão do capitalismo ocidental. Portanto, o desenvolvimento, no sentido da expansão da economia brasileira consistirá na reafirmação ou na negação da forma de produção do valor *específico* do capitalismo; as diversas situações são, pois expressão da dialética de produção dessa forma de valor. Não há nenhum *destino* quanto ao ponto de chegada. (OLIVEIRA, 1977, pp. 11-12, grifos do autor)

O autor registra o *nascimento* da formação social brasileira dentro de um mesmo processo de *inserção* orientada para a produção primário-exportadora. Situação que se mantém como diretriz principal da economia e da sociedade brasileira até a Revolução de 1930 que inaugura o processo de industrialização brasileiro.

A vinculação entre sistema colonial e capitalismo comercial está presente também em Florestan Fernandes⁴⁶(1920-1995), porém a abordagem que propõe sobre o tema é particularmente mais complexa. Para Fernandes (1972), a economia colonial convivia com duas orientações econômicas bastante distintas e em coordenação: o capitalismo comercial e o

⁴⁶ Florestan Fernandes pode ser considerado um autor de transição. Ele foi mestre e influenciou grande parte do pensamento da *terceira geração de estudos*, porém sua produção nos termos da dependência precedem cronologicamente as obras das “teorias da dependência”, conforme relata em entrevista realizadas por Bastos (2006,p.22), já em 1956 empregava termos como “burguesia dependente”, procurando um enfoque descritivo da situações de dependência que, posteriormente, seria empregado por Fernando Henrique Cardoso.

“sistema de produção colonial”. O capitalismo comercial se manifestava na colônia como relação mercantil externa e interna; enquanto o “sistema de produção colonial” era um arranjo específico que combinava escravidão, servidão, e algumas modalidades de trabalho pago que destinava a produção de um excedente econômico (não de mais-valia especificamente) a ser expropriado (acumulado) a partir de padrão especificamente colonial, ou seja, distinto da forma clássica capitalista. Este padrão de expropriação-apropriação colonial era sustentado por meios legais (o estatuto jurídico da colônia) e por mecanismo econômico - políticos (monopólios politicamente estruturados). O enfoque dado pelo autor, pretende estabelecer uma diferença entre o tipo de dinamismo encontrado no capitalismo mercantil metropolitano (operado prioritariamente por relações econômicas) e o realizado na colônia (que tinha a primazia das componentes legal e política). O autor descarta a idéia de feudalismo nas colônias, porém propõe que o sistema era uma articulação de estruturas econômicas, jurídicas e políticas pré-capitalistas e mercantilistas, como fica claro na citação abaixo:

Os que afirmam que o sistema de produção colonial, assim constituído, não era feudal, estão certos, porque tal sistema de produção requer um contexto histórico no qual o feudalismo seria uma aberração regressiva. Todavia, na ausência de um mercado interno capaz de funcionar como um autêntico mercado de “tipo burguês”, e dada a própria estrutura das relações econômicas imperantes no sistema de produção colonial (predominantemente fundadas em modalidades diretas de apropriação da pessoal, bens e serviços dos trabalhadores), o modo de produção vigente só era “moderno” no sentido de adaptar a criação de riquezas às funções que deviam ser preenchidas pelas colônias de exploração, em virtude de sua articulação econômica, legal e política às economias e às sociedades metropolitanas da Europa. (FERNANDES, 1972, pp. 48-49).

Há um consenso pronunciado sobre a origem capitalista do empreendimento colonial, salvaguardando as diferenças de enfoque dos autores. Duas noções são particularmente importantes para o escopo deste trabalho: o “exclusivo colonial”⁴⁷ ou monopólio e a acumulação primitiva ou originária (conforme proposta por Marx n’O Capital). Teóricos desta geração majoritariamente enfocam o monopólio colonial como um instrumento jurídico-político de garantia da apropriação do excedente econômico por parte da metrópole. Não há novidade no emprego dos termos, outros autores também fizeram uso dos mesmos, contudo o que é singular nas análises desta geração é o *status* que a acumulação originária assume

⁴⁷ Expressão cunhada por Novais (1983) que se refere ao papel fundamental do monopólio colonial na acumulação originária de capital.

dentro da estrutura de seus pensamentos e as consequências para a formulação da noção de dependência.⁴⁸

2.4.3 A crítica ao nacional-desenvolvimentismo e ao “populismo”

O *modelo de substituição de importações* como alternativa ao subdesenvolvimento começou a sofrer críticas mais contundentes a partir da década de 60 do século XX, em decorrência da inadequação deste modelo às demandas redistributivas das camadas populares. Notou-se que o dinamismo econômico brasileiro alcançado pelo processo de industrialização substitutiva não logrou, como defendiam os cepalinos, êxito na alteração das profundas desigualdades sociais e regionais do Brasil e da América Latina. Este fato foi associado à reação das classes (tanto oligárquicas quanto capitalistas modernas) contra as mobilizações populares em torno das reformas sociais (ou de base), que no Brasil, como em outros países, levou ao golpe militar e a solução autoritária em favor da ordem dependente. Neste contexto, como será apresentado de forma mais detalhado no capítulo 3, surgiu um conjunto de críticas à perspectiva cepalina, dentro das quais as “teorias da dependência” tiveram destaque.

Soma-se à crítica ao “desenvolvimentismo” a denúncia do que se convencionou chamar de “populismo”, que seria uma expressão política do processo de industrialização, urbanização e planejamento econômico. Não cabe neste trabalho aprofundar esta análise, no entanto, a crítica ao “populismo” é um traço importante dos autores desta geração que em linhas gerais o descrevem como: *um arranjo de dominação que se estabelece no processo de industrialização latino-americana (sob indução estatal) em um período de transição conflituosa da hegemonia oligárquica agrária para a industrial urbana*. Esta mudança na arquitetura do poder estabelecido necessitou de construir um padrão de mobilização e integração subordinada das massas populares urbanas ao processo político nacional, ora por

⁴⁸ Assim como Rosa Luxemburgo (1988), estes autores, ao nosso entender, se aproximam da idéia que a acumulação originária não seria um processo de expropriação de excedente do período pré-industrial do capitalismo, mas uma forma de acumulação inerente ao capitalismo, logo não necessariamente “originária”. Expressou-se na América Latina como *saque* de riquezas produzidas pelas civilizações pré-colombianas em um primeiro momento, porém assume escalas maiores com o processo de *monopolização* do comércio exterior das colônias e, após a independência, por meio do *intercâmbio desigual*. Logo, as sociedades dependentes são formadas por uma contínua e persistente drenagem de excedentes que irá marcá-las estruturalmente, criando uma dinâmica social e econômica completamente distinta daquela encontrada nos países centrais. Ao contrário de Rosa Luxemburgo, que entendia que este fluxo de excedentes de áreas não-capitalistas e a expansão constante do sistema do capital sobre elas levariam o sistema a uma crise estrutural quando não houvesse mais áreas a serem incorporadas, estes autores parecem indicar que o intercâmbio desigual reedita a operação de acumulação “originária” em um período histórico em que as relações capitalistas se generalizaram por todo o mundo. Esta abordagem é presente de forma mais pronunciada em Gunder Frank (1973), Marini (1990), Novais (1983) e Cueva (1977) e, de forma implícita, em Fernandes (1972).

métodos ritualizados de participação, ora por expedientes autoritários. Para garantir uma aliança entre a burguesia industrial nascente, a burocracia estatal, as classes médias urbanas e as massas operário-populares urbanas; setores objetivamente portadores de interesses contraditórios foram necessários “ideologicamente” estabelecer um discurso nacionalista, de “unidade nacional em favor do desenvolvimento” e, em alguns momentos, o uso da força como instrumento de garantia dos interesses nacionais.

Evidentemente a explicação acima é minimalista e está longe de oferecer uma conceituação consistente. No entanto, ela estabelece o pano de fundo no qual as críticas ao “populismo” se desenvolvem, e, como é óbvio, este fenômeno se manifestou de forma diferenciada em cada país latino-americano. A literatura sobre este tema é vasta nesta geração, temos como referência para estes estudos as formulações de Fernandes (1972), Oliveira (1981), Cardoso & Faletto (1984), Weffort (1980), Ianni (1968) Frank (1971) e Marini (1969).

Florestan Fernandes (1972) compreende que as soluções de “revolução dentro da ordem” são obstruídas pela resistência das burguesias nacional e estrangeira em aceitarem, por completo, as regras de uma “ordem social competitiva”.⁴⁹ “As ideologias e utopias “desenvolvimentistas” preenchem as suas funções, dinamizando atitudes, comportamentos e orientações de valor inspiradas em expectativas de ‘revolução dentro da ordem’” (FERNANDES, 1972, p.88). Segundo nosso autor, esta perspectiva ignora os lanços que prendem a burguesia “nacional” ao dinamismo sócio-econômico metropolitano, menosprezando os interesses solidários entre as classes internas e externas.

Francisco de Oliveira, em sua obra clássica “*A economia brasileira: Crítica à razão dualista*”, ao sustentar que o “desenvolvimentismo” cumpriu a função ideológica de marginalizar a questão central do debate “a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?”. O debate teria deslocado dos interesses “objetivos” de classe para uma dimensão ideológica de caráter burguês, a questão do “interesses da nação”.

Com seus estereótipos de “desenvolvimento auto-sustentado”, “internalização do centro de decisões”, “integração nacional”, “planejamento”, “interesse nacional”, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do “desenvolvimentismo” que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravaram. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista;

⁴⁹ “[...] as classes dominantes aceitam a ordem social competitiva em vários pontos, exceto naqueles nos quais suas vantagens relativas poderiam ser real ou supostamente “prejudicadas”, tendem a solapar e a bloquear, sistematicamente, o funcionamento do sistema de poder, que deveria ser relativamente aberto e democrático. Essa é a regra na América Latina.” (FERNANDES, 1972, p. 104).

se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara. (OLIVEIRA, 1981, p.13)

Fernando Henrique Cardoso & Enzo Faletto (1984) também desenvolve raciocínio semelhante ao anterior, relacionando o “nacional-desenvolvimentismo” no campo de uma política econômica de industrialização com o “populismo” (expressão política ideológica de um novo pacto das elites).

No Brasil o populismo aparece como o elo através do qual se vinculam as massas urbanas mobilizadas pela industrialização – ou expulsas do setor agrário como consequência de suas transformações ou de sua deterioração – ao novo esquema de poder; e converter-se-á na política de massas, que tratará de impulsionar a manutenção de um esquema de participação política relativamente limitado e baseado principalmente em uma débil estrutura sindical que não afetou as massas rurais nem o conjunto do setor popular urbano. (CARDOSO & FALETTTO, 1984, p.103)

Gunder Frank (1971, p. 82) indica as políticas nacionalistas do “desenvolvimentismo democrático-populistas” como ineficazes para a consumação de um desenvolvimento auto-orientado. O autor caracteriza o desenvolvimento em um quadro de dependência, como “lumpen-desenvolvimento” impulsionado por uma “lumpen-burguesia”, que não teria logrado outra coisa senão o aprofundamento da dependência.

Marini (1990) segue a mesma linha de Frank, ao identificar a impossibilidade da política da Cepal no combate à dependência estrutural das economias latino-americanas. O resultado seria segundo Marini, o desenvolvimento no subdesenvolvimento. A industrialização substitutiva foi uma reação às restrições emanadas do cenário internacional, a burguesia industrial constrói neste ambiente um *pacto* para fortalecer o mercado interno, porém, enfrenta dentro deste pacto as reações dos setores vinculados aos negócios no exterior.

Nesta luta, a burguesia industrial lançará mão da pressão das massas urbanas, que aumentara consideravelmente no período anterior, no quadro de um jogo político conhecido correntemente por “populismo”. Seu fruto será o estabelecimento de regimes de tipo bonapartista, cujo exemplo mais claro é o governo Perón. (MARINI, 1969, p.120)

No entanto, o resultado desta tentativa de desenvolvimento autônomo se deparou com os limites impostos pelo setor externo. Não era possível manter a condução do processo sem o rompimento do pacto entre as elites, as quais rompem com as massas populares. “Assim, a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de desenvolvimento autônomo para uma

integração efetiva com os capitais imperialistas e dá lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que o anterior” (MARINI, 1969, p.123).

Como será desenvolvida no capítulo seguinte, a crítica ao nacional-desenvolvimentismo é um lastro comum desta geração de estudos. A solução para dependência/subdesenvolvimento seria ou a ruptura com o capitalismo dependente, ou o aprofundamento de uma via capitalista dependente e associado sob o marco de um regime democrático.⁵⁰

2.4.4 O problema da classe e da nação

Outro traço distintivo da *terceira geração* é a forma como esta analisa o problema das classes sociais e a questão nacional. Este é um aspecto relevante da discussão das “Teorias da Dependência” que, por reivindicarem um determinado “rigor” analítico no tratamento dos conceitos, acabam por subestimar e até mesmo desconsiderar problemas de ordem política como a questão da nação. Apesar das diferenças de tratamento em cada autor desta *geração*, a questão nacional geralmente é substituída por uma suposta “análise de classes”, na qual a questão nacional é transportada, sem mediações, para a problemática da construção do socialismo (em termos abstratos), ou para a consolidação da democracia, como defende Cardoso. As soluções *socialismo* e *democracia* são dadas como opostas à Nação que, na visão dos autores necessariamente se vincula às idéias de “populismo” e autoritarismo.

Há certo consenso neste tema que se dá a partir das seguintes premissas que se apresentam, em muitos casos de forma contraditória:

- a) Qualquer política que articule a idéia de “interesse nacional” camufla as contradições inerentes à sociedade estratificada em classes. Então, os interesses nacionais seriam, na realidade, o *interesse de uma classe* que fala em nome da nação;
- b) A idéia de Nação e desenvolvimento nacional se comportaria como um *arranjo de dominação* que amalgamaria, em um mesmo movimento, setores e classes com interesses contraditórios;
- c) A posição nacionalista era na verdade uma *ideologia de mobilização* e não um valor e uma perspectiva estratégica das classes dominantes que, por sinal, não eram “nacionalistas”, mas, sobretudo associadas aos interesses externos.

⁵⁰ Esta última alternativa está ligada basicamente a formulação de Fernando Henrique Cardoso (1978)

A análise sobre a dependência, segundo Cardoso & Faletto (1984, p.24), procuraria compreender o *comportamento* político das classes sociais diante das condicionantes de uma formação social dependente. Este comportamento não seria orientado por sua “posição de classe” em abstrato, mas pelas determinações estruturais da situação periférica. O método de análise de Cardoso & Faletto evidencia duas componentes básicas: as *determinações históricas - estruturais* (condicionantes) e as *alianças de classes e setores* (condicionadas). Logo, “o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as *estruturas de dominação*, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe” (CARDOSO & FALETTTO, 1984, p. 22. Grifo nosso). Estas “estruturas de dominação” estão condicionadas certamente ao quadro histórico-estrutural das sociedades dependentes. Um *projeto de Nação*, no sentido que é reivindicado por Celso Furtado (1968), como uma meta a ser alcançada por uma determinada sociedade a partir de sua visão e demandas que lhe corresponde, não tem relevância na análise de Cardoso.

Para Cardoso (1978) o “nacional-desenvolvimentismo” é uma ideologia que não encontra lugar no empresariado brasileiro e corresponde a uma simplificação dos contornos da realidade. Para o autor (1978, p.202) a burguesia nacional não é necessariamente nacionalista, bem como os setores internacionalizados não são diretamente marcados por uma posição contrária ao fortalecimento do mercado interno. Assim, conclui:

Nestas condições, nem o setor ideologicamente “nacional-populista” nem o setor “internacionalizante” expressam suas ideologias a “vocação de domínio” que caracterizaria uma classe ascendente que constrói a Nação. Ao contrário, como vimos, desenvolvem ideologias favoráveis a “reações adaptativas” no plano político, que os levam a aceitar, em cada etapa, compromissos com *quaisquer* forças politicamente vigorosas. Os limites para as acomodações possíveis são antes econômicos [...] do que políticos. (CARDOSO, 1978, p.203)

Por outro lado, o Estado na América Latina, como uma instituição necessária à manifestação de um projeto nacional, não é historicamente originado e estruturalmente sustentado pelos mesmos fundamentos do Estado nacional moderno europeu, no qual se apóia toda teoria política clássica.

Portanto, o Estado Nacional [na América Latina] funda-se num contexto em que a aspiração de soberania está condicionada pela existência de uma estrutura objetiva de relações econômicas internacionais, que limita a existência efetiva dessa soberania na medida em que repõe a existência de relações de dependência. (CARDOSO, 1977, p.80)

Em resumo, para Cardoso, a burguesia local é “incapaz” e/ou “desinteressada” em liderar um projeto de Nação. O Estado é “condicionado” na manifestação de sua soberania por meio dos constrangimentos estruturais da situação de dependência. E ainda a classe operário-popular, que na opinião do autor teria de distanciar-se da ideologia “nacional-desenvolvimentista” e do “estatismo”, deve buscar no mercado “livre e democrático” a conquista dos seus interesses, se necessário através de lutas econômicas e/ou barganha⁵¹. A abordagem do autor revela que a “questão nacional”, na perspectiva de sua “teoria da dependência”, não possui densidade científica suficiente para explicar ou mesmo propor uma descrição ou análise da situação estrutural das sociedades periféricas. Produzida então como ideologia de um grupo de “intelectuais de Estado” e/ou “setores burocráticos” em seu afã de dirigir processos econômicos e sociais a partir do “centralismo estatista”, retoricamente sobre as classes. Ideologia que se torna fermento para o “populismo” e para o autoritarismo, que seria de fato a aliança de classe possível para desenvolver a industrialização periférica e resolver os gargalos de legitimidade do regime herdados do fim da hegemonia das oligarquias “tradicionais”.

Florestan Fernandes (1972) também converge com a análise de Cardoso, apesar de se distanciar das alternativas políticas apresentadas por aquele autor. Para Fernandes, a burguesia latino-americana manifesta sua hegemonia ancorada no controle político (e às vezes burocrático) do Estado. Diante da sua condição dependente, é incapaz de comportar-se de maneira à assegurar, a um só tempo, desenvolvimento capitalista e todos os requisitos de uma “ordem social competitiva”, que inclui concessões/negociações com as classes subalternas. O autor apresenta algumas razões para esta situação das classes na América Latina. (1) O conceito de classe social, diferentemente das nações de capitalismo originário, não orienta e organiza o comportamento coletivo das classes. Como no advento da revolução cubana (1959), a consciência de classe trabalhadora surge depois da insurreição das mesmas (1972, p.36). Da mesma forma, a burguesia latino-americana tem uma forma particular de existir enquanto classe.

⁵¹ Neste sentido Octávio Ianni (1973) em sua crítica ao “populismo” afirma: “No contexto da política de massas, concebida e orientada pelas cúpulas burguesas, a classe operária é induzida a lutar principalmente, ou exclusivamente, contra os inimigos dos seus inimigos. [...] Nestes casos, grande parte da esquerda reformista mantém-se comprometida com essa política, aconselhando a luta da classe operária contra os inimigos dos inimigos desta. O combate contra a oligarquia, a burguesia agro-exportadora e o imperialismo, que pode ser o combate principal, é apresentado como o único combate, consumido a maior parte das forças e recursos políticos do proletariado. As ilusões do consumo crescente, bem como da mobilidade social apagam ou obscurecem, na consciência operária, as contradições entre os seus interesses e os da burguesia. Muitas coisas confundem-se em suas mentes, em especial nas ocasiões de maior sucesso do governo populista.” (IANNI, 1973, p. 10).

É um erro crasso subestimar os papéis e as funções políticos das burguesias latino-americanas na condução de seus negócios e das sucessivas transições econômicas, que culminaram nas formas assumidas pela revolução comercial e pela revolução industrial no mundo capitalista latino-americano. Como as burguesias da Europa e dos Estados Unidos, elas envolvem os *interesses nacionais* e usam o Estado para atingir seus fins. Se o envolvimento dos interesses nacionais e os usos do Estado adquirem um teor antinacional e trabalham, a curto e a longo prazo, contra a integração nacional e a própria revolução nacional, isso ocorre porque, sob o capitalismo dependente, a burguesia não pode realizar-se como classe e impor sua hegemonia de classe de outra maneira. (FERNANDES, 1972, pp.59-60)

(2) Isso não implica na ausência de classes sociais, elas existem; contudo a forma como o capitalismo se expandiu e se institucionalizou na América Latina entorpeceu as funções classificatórias e diferenciadoras do mercado. Não são as classes sociais diferentes na América Latina, o que há de diferente é a forma como o capitalismo dependente se manifesta como força social (1972, p. 39). (3) As classes privilegiadas no capitalismo dependente podem, em alguma medida, difundir padrões de “conforto”, consumo e “vida civilizada” para uma parte do conjunto social, porém não podem universalizar a redistribuição da riqueza e do privilégio social, porque isso implicaria em romper com a forma de dominação vigente, baseada no pauperismo e na repressão violenta das classes subalternas (1972, p. 41).

Dessa perspectiva, é possível entender-se por que a ordem social competitiva não se tornou instrumental, sob o capitalismo dependente e a sociedade de classes subdesenvolvida, quer para a revolução nacional, quer para a autonomização do padrão de desenvolvimento capitalista. **A revolução nacional requer, mesmo sob o capitalismo, algum modo de entendimento social e de comércio político entre as classes.** Ao bloquear ou ao deprimir as classes baixas, as classes privilegiadas reduziram o alcance e a variedade dos interesses de que se tornaram porta-vozes. **Perderam, assim, a condição de fundir a realização de seus interesses de classe e a integração nacional,** malogrando como elites políticas. (FERNANDES, 1972, p.99, grifos nossos)

Fica evidente em F. Fernandes a inviabilidade da alternativa de revolução nacional, enquanto um projeto de Nação que inclua a burguesia local, possibilidade que só existiria, com a presença de um requisito fundamental, um *padrão de interação política consolidado entre as classes sociais*.

Isso faz com que a “revolução dentro da ordem” seja sistematicamente esvaziada de significação para as classes que não são privilegiadas e com que a “revolução contra a ordem” só **tenha pleno sentido fora e acima do contexto burguês, como uma revolução das classes “baixas” e dos setores radicais de outras classes contra o capitalismo dependente e a sociedade de classes a que ele dá origem.** (FERNANDES, 1972, p. 101, grifo nosso)

Gunder Frank (1971) atribui à existência do “nacionalismo burguês” às necessidades de industrialização das nações latino-americanas no período de crises dos centros metropolitanos (década de 30). Mesmo não produzindo uma leitura profunda de classes como a realizada por Florestan Fernandes, o argumento central deste autor converge com a leitura do sociólogo brasileiro, exceto por um motivo. Frank (1972, p. 18), argumenta em favor da idéia de “lumpen-burguesia”, mesmo não esclarecendo objetivamente o emprego do adjetivo. Ao que tudo indica o autor procura afirmar que este “tipo” de burguesia representa uma espécie heterônoma de capitalistas, ou uma elite de segunda ordem. Este “tipo” de capitalistas, diante sua incapacidade de se comportar como “legítimos” burgueses, somente poderia ser condutores de um “lumpen-desenvolvimento”, ou o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (que reproduz e aprofunda a condição dependente). Florestan Fernandes, como foi exposto anteriormente, não subestimava a capacidade da burguesia latino-americana, sua força e sua racionalidade; esta age em favor dos seus interesses de classe, que estão descolados dos interesses “nacionais”. Para Frank (1971) as origens da “lumpen-burguesia” estariam relacionadas aos capitalistas primário-exportadores e comerciais que, pelo próprio objeto de seus negócios, estaria em profunda associação com o capital externo.

Não há em Gunder Frank uma leitura da estrutura de classes sociais na América Latina, nem a idéia de um projeto nacional. Para o autor, a contradição fundamental do subcontinente está manifesta na oposição capitalismo dependente (com contorno fascista) *versus* socialismo (desenvolvimento democrático socialista). Assim, “para o povo latino-americano, uma verdadeira política do desenvolvimento implica um estratégia revolucionária e o desenvolvimento socialista” (FRANK, 1972, p.19).

Mesmo utilizando o conceito político de “povo” e “libertação nacional”⁵², o autor (1972, p. 388) afirma que o inimigo imediato é a burguesia interna aos países latino-americanos. Portanto, a luta de “libertação nacional” é ao mesmo tempo uma revolução socialista, o combate às classes dominantes locais é o caminho para o enfrentamento ao imperialismo.

⁵² A guerra de Libertação Nacional segundo a tradição de esquerda implicaria na participação da burguesia local no combate ao imperialismo. Gunder Frank desconsidera o caráter políclassista deste tipo de estratégia, apoiado em sua leitura sobre a revolução cubana e o “guevarismo”.

Marini (1979, pp. 243-250) analisa a situação das classes e da nação diante do mesmo quadro interpretativo de Gunder Frank. Contudo, acrescenta, no final dos anos 70, que a condução revolucionária na América Latina se dará pela classe operária.

A centralidade na análise de classe em detrimento da questão nacional também está presente em Francisco de Oliveira (1981). A interpretação em relação à revolução burguesa no Brasil converge com aquela desenvolvida por Florestan Fernandes, trata-se de uma revolução “passiva”. “Ao contrário da revolução burguesa “clássica”, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresárias industriais não exigirá, no Brasil, um ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais” (Oliveira, 1981, p.39). A industrialização e o populismo seriam segundo Oliveira, a expressão econômica e política de uma mudança de hegemonia da classe proprietária rural para os capitalistas industriais. Porém, não se apresenta como conflito aberto, mas como soluções de mudança e continuidade em um mesmo processo. No que se refere às classes que vivem do trabalho, o populismo estabelecerá um novo padrão de interação entre trabalhadores e patrões, através da legislação trabalhista, que seria a forma jurídica necessária a um novo patamar de acumulação inaugurado com a industrialização, nos diz Oliveira (1981, p. 40). Como destaca Juarez Guimarães (2003, p. 126), a problemática nacional está, em Oliveira, diluída em uma análise do conflito de classe e em especial na contradição capital – trabalho. A leitura da *Crítica* contribui para o entendimento do processo de industrialização brasileiro, mas não estabelece uma leitura capaz de situá-lo, em uma perspectiva histórica abrangente, no sentido da consolidação da formação nacional.

Em seu ensaio escrito em 1970, intitulado “*Notas sobre a Teoria da Dependência: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional?*”, Francisco Weffort produz um ato de ruptura com o “campo dependentista”. A crítica de Weffort (1980) à problemática nacional ganha um outro patamar. O autor denuncia a ausência de um rompimento completo com as ideologias “nacionais” por parte das “teorias da dependência”. Nesta perspectiva, somente uma análise fundamentada unicamente nas relações de classes teria significação científica. Até mesmo Cardoso, que não pode ser considerado um pensador patriótico, não escapou dos disparos das *Notas*.

2.4.5. Influências e referências teóricas: ecletismo e rotas alternativas

A exposição até agora executada permite considerar um aspecto importante que marca os autores desta *geração de estudos*, a saber, a utilização eclética das referências teóricas. Há

o deslocamento da reivindicação de apenas uma tradição teórica para a produção de um arsenal analítico “multimodal”, o que é uma novidade em relação a outras *gerações*. Não significa dizer, entretanto, que as escolas de pensamento clássico não importam. No entanto, sua importância é relativizada diante da perspectiva de uma análise “concreta” das situações específicas de uma sociedade periférica, que o pensamento clássico, segundo estes autores, não era capaz de oferecer respostas apropriadas.

A questão das referências teóricas de diversos autores aqui estudados é assunto bastante visitado pelos estudiosos do tema. No momento, cabe registrar de forma sucinta, os principais enquadramentos dados à questão, deixando para o capítulo 4 as considerações que nos despertam maior interesse para a finalidade do presente trabalho.

Diferentemente das duas primeiras *gerações de estudos sobre o imperialismo*, que procuravam dentro das obras de Marx e/ou dos seus intérpretes “dotados de maior autoridade” as categorias e conceitos necessários à análise do capitalismo monopolista / imperialismo, os membros da *terceira geração de estudos* estabeleceram uma conexão com pensadores fora da tradição marxista. Obviamente, as relações estabelecidas para além das fronteiras do materialismo histórico e dialético são de natureza diferenciada, ou seja, variam de tonalidade em cada autor. Não obstante, esta advertência é possível identificar as principais matrizes destas conexões, que obviamente sacrificam a nuance, mas clarificam o objeto em debate.

A penetração do pensamento weberiano na maioria dos autores deste período é evidente, devido em grande parte ao seu enquadramento sobre *política e método*, que se torna extremamente assimilável dentro do panorama das Ciências Sociais da década de 60, que buscava por afirmar o campo científico próprio, autônomo da Economia e da Filosofia.⁵³ Duas das portas de entrada do weberianismo na seara do estudo sobre o imperialismo e a dependência merecem destaque para o debate pretendido.

A primeira, de forma indireta, foi aberta a partir da ante-sala de Karl Mannheim e Schumpeter⁵⁴. Sua localização está no interior da polêmica estabelecida com as análises configuradas como “superação” no sentido de “negação sem anulação”. Os autores desta geração realizam, ao mesmo tempo, a crítica e o reconhecimento da contribuição do pensamento nacional-desenvolvimentista. Assim absorvem, em diferentes graus, a plataforma analítica da CEPAL. Esta dimensão é claramente reconhecível em Cardoso e Oliveira.

⁵³ “O projeto intelectual uspiano, [...], estava inteiramente voltado para a justificação da sociologia como uma ciência autônoma, dotada de um objeto e de um método próprios. [...] A formação do arsenal teórico da sociologia praticada inicialmente na USP incluía Durkheim, Weber, Marx e o estruturo-funcionalismo americano” (FREDERICO, 2007, p.216)

⁵⁴ Cf. SCHUMPETER, J.A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Nova Cultura, 1997. Sobre o processo de “racionalização” da vida e do desenvolvimento social, cuja referência explícita é Weber.

A segunda porta, mais vastamente documentada, se abriu em 1958 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em razão da organização do “Seminário *O Capital*”, grupo de estudo dirigido pelo filósofo José Arthur Gianotti, que contou como a participação, entre outros, de Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Ruth Cardoso e Fernando Novais. Apesar do nome do seminário indicar certa “filiação” ou interesse pelo marxismo, este na verdade não era a única, e talvez nem a principal referência de estudos. A dissecação das obras de Weber, Manheim, Keynes, Schumpeter e Parson fazia parte do *menu* deste grupo. Segundo Mantega, estes pesquisadores “fizeram uma síntese dialética da sociologia funcionalista americana, do interacionismo weberiano e do materialismo de Marx, temperado com molho do keynesianismo” (1997, p.37). Cf. (ARANTES, 2007, BASTOS, 2006; MANTEGA, 1999 e 2007, MORAES, 2007, PAIVA, 2007).

Florestan Fernandes mesmo não tendo participado do “Seminário O Capital” teve papel relevante na formação de vários destes pensadores “uspianos”, dos quais foi professor. O autor procura compatibilizar a explicação estrutural-funcionalista, própria da Sociologia Descritiva e a explicação dialética de orientação marxista situada na Sociologia Histórica. Entende que a interpretação funcionalista apresenta-se como instrumental em sua abordagem, contribuindo para análise de períodos e conjunturas de curta duração, ao mesmo tempo, é atenta as continuidades ou não das causas de terminadas relações. A análise dialética por sua vez, oferece fundamentos de uma interpretação mais longa da história, sua clivagem destaca os processos de produção das condições de existência de determinadas relações sociais. Até mesmos pesquisadores filiados à explicação dialética, ao analisar períodos mais curtos e relações encerradas em ambientes sociais muitos específicos, se vêm forçados a lançarem mão da explicação funcional, diz Fernandes em entrevista concedida a Bastos (2006, p.39). Neste sentido, o autor defende os ganhos da abordagem empírico-indutiva como instrumento de geração de aportes, que posteriormente podem passar por um tratamento dialético e comportar como elemento constituinte de uma abordagem histórica. Em resumo, Florestan Fernandes possui uma preocupação forte com a questão do método, seu ecletismo é uma procura tensa em compatibilizar seu campo normativo (de caráter socialista), com abordagem que oferece um acabamento científico estruturado em paramentos de diálogo com o universo acadêmico estabelecido. Nesta perspectiva o artigo de Gabriel Cohn (1987), “*O ecletismo bem temperado*”, oferece uma visão do papel desempenhado pelas múltiplas influências teóricas no *constructo* analítico de Florestan Fernandes.

A perspectiva metodológica de Florestan Fernandes é compartilhada por Fernando Henrique Cardoso como deixa claro na obra escrita em parceria com Enzo Faletto:

Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica, na qual a preocupação com uma metodologia específica para apreensão do objeto é um dos elementos principais da argumentação, que resultou na noção de “método histórico-estrutural”. É evidente aqui a tentativa de compatibilizar a explicação dialética com a explicação estrutural. De maneira diversa daquela apresentada por Florestan Fernandes, que admitia uma tensão objetiva entre análise estrutural-funcional e a abordagem dialética, contradição que o pesquisador é forçosamente obrigado a lidar, para Cardoso o percurso se dá de outra forma. Para o autor (1980, p.65) “Implícita ou explicitamente a fonte metodológica [da noção de dependência] é a dialética marxista”. Adverte que são tantas as maneiras de conceber este método dialético que sempre é necessário informar sobre qual perspectiva estar se empregado o termo (CARDOSO, 1980, p.56). Cardoso utiliza o método dialético como um processo de análise promotora de síntese (elaboração de conceitos), capaz de estabelecer uma determinada leitura sobre situações concretas, “organizar a unidade do diverso”. Como indica Goto (1998, p.23), a dialética não é um patrimônio exclusivo do campo marxista, a dialética, da forma como é utilizada por Cardoso pode ser hegeliana em alguns momentos, e até mesmo platônica, no sentido em que se desenvolve no processo de “polemização” com o método e as conclusões de outros autores⁵⁵. A crítica dentro da obra de Cardoso possui um papel muito mais destacado em relação à elaboração de conceitos e método. “Ele recusa tomá-los como procedimentos cristalizados, cuja validade esteja estipulada de uma vez por todas, e que possam ser imediata ou mecanicamente aplicados. Os métodos valem pelo modo como são empregados” (GOTO, 1998, p.17). Fernando Henrique Cardoso não estabelece explicitamente suas filiações usando a cada momento, dependendo do resultado que pretende alcançar, categorias que lhes possam ser úteis. Obviamente, este processo não é arbitrário, mas, sobretudo livre.

Diante breve descrição do *modus operandi* intelectual de Cardoso, ou pelo menos um recorte do seu pano de fundo, cabe destacar que quando se trata de compreender as referências teóricas deste autor, a abordagem mais adequada, a nosso ver, será uma leitura atenta em cada obra em específico conjuntamente com o exame da polêmica em que o autor está dedicado naquele momento. Sua abordagem varia de uma forte tonalidade weberiana, como em o *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1963), marcada

⁵⁵ “Resumindo, poderíamos dizer que o pensamento de Fernando Henrique se afirma na medida em que nega ou se contrapõe ao pensamento de outros teóricos e cientistas. [...] O exame de sua estratégia discursiva, por outro lado, permite entrever alguém que, a cada passo, declara sua independência intelectual, no duplo sentido de quem guarda distância das correntes e modas de pensamento e elege sua própria razão como critério último das discussões de que participa.” (GOTO, 1998, pp. 24-25)

pela referência a Schumpeter e Sombart, até a utilização de Lênin, ao combater as teses estagnacionistas da CEPAL e de Marini, conforme afirmam Paiva (2007) e Traspadini (1999). Para Paiva, Cardoso no que se refere a sua leitura do desenvolvimento dependente associado, recorre à leitura ricardiana de “compulsão à acumulação produtiva”, a visão de Lênin (dentro da polêmica com os *narodniks*) sobre os aspectos niveladores do imperialismo sobre a periferia e Schumpeter no que diz respeito à impossibilidade de equilíbrio em uma ordem monopolista e a livre concorrência como indutora da inovação (2007, pp.18-19).

Outro campo no interior desta *geração*, definido como “Teoria da Dependência Marxista (TDM)” por Sotelo Valencia (2008) ou corrente “neomarxista” por Mantega (1997), que agrupa especialmente Gunder Frank, Marini e Theotônio dos Santos, possuem uma posição diferente no que se refere à absorção de categorias para além da matriz marxista. Mantega (1984, p. 213) atribui a tese do “*desenvolvimento desigual e combinado*” defendida por Trotsky, como um ponto de apoio da “nova esquerda marxista” que surgia na década de 60. Em especial, esta tese foi filtrada pelos debates ocorridos em torno da luta de libertação e da crítica ao subdesenvolvimento no interior das nações centrais, em especial nos EUA, com as elaborações de Baran, Sweezy e Magdoff. Para Ingrosso (1973, p.34), a chamada “Teoria da Dependência Marxista” teria suas bases no modelo de interpretação do imperialismo sustentado por Rosa Luxemburgo e Baran. Ruy Mauro Marini, no entanto, procura sustentar a sua perspectiva na leitura d’*O Capital*, de Marx, perspectiva também adotada por Gunder Frank, mesmo que a princípio sua elaboração a dinâmica satélite-metrópole, da forma como articula e o estatuto que a mesma ganha em sua obra, nos parece ter uma forte influência braudeliana.

Identificamos, no entanto, que a chamada “Teoria da Dependência Marxista” é composta por influências teóricas variadas situadas dentro do debate marxista do século XX, inclusive como resultado das tensões internas do movimento socialista. Efetivamente as formulações das análises “dependentistas”, de orientação marxista, estão muito mais próximas das visões de Rosa Luxemburgo (descritas acima) do que as de Lênin. Em especial no que se referem às formulações políticas deste autor decorrentes da interpretação do imperialismo, expostas em “*Dois táticas da social democracia na Revolução Democrática*” escritas em 1905, confirmadas em o “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*” (1917) e nas resoluções do II Congresso da III Internacional Comunista (1920). Tanto na interpretação do imperialismo quanto na leitura da questão nacional existe uma convergência entre as teses de Rosa Luxemburgo e as formulações de Gunder Frank, Marini e Theotônio dos Santos. Para a autora, a questão nacional (em sua crítica a Lênin) é uma reivindicação ultrapassada na era do imperialismo, na qual as

regiões não-capitalistas são drenadas em seus recursos e incorporadas ao sistema capitalista. Este processo inaugura a contradição principal: Capital X Trabalho (LUXEMBURGO, 1988). Neste sentido, somente a tarefa do socialismo oferece uma alternativa real de luta para os trabalhadores das regiões periféricas. Efetivamente, a clivagem de Luxemburgo ganhou espaço nas 50 e 60, foi material fértil para os “dependentistas” “marxistas” desta *geração* se situarem dentro do sistema de idéias marxistas, porém em oposição aos comunistas vinculados aos partidos constituídos.

Ao contrário dos demais autores desta *geração de estudos*, os “dependentistas” “marxistas” foram menos influenciados pelas teorias fora da matriz marxista. No entanto, foram alimentados pelas polêmicas internas ao debate do socialismo e do marxismo e entraram na disputa pela “melhor leitura de Marx” que tem por expressão exemplar Ruy Mauro Marini, que organiza toda sua teoria a partir de uma leitura do lugar do *intercâmbio desigual* e da *exploração do trabalho* n’O Capital. E constrói seu enfoque da dependência procurando tratar estas categorias a fim de aproximá-las à realidade periférica do sistema. As divergências tinham motivações teóricas e políticas que, em última instância, se expressavam no apoio ou não ao pensamento soviético. No plano teórico, o debate sobre “a troca desigual” talvez tenha sido aquele mais fértil nas manifestações destas polêmicas. Dentro do campo marxista, autores como Samir Amin, Christian Palloux, Argüiri Emmanuel e Charles Bettelheim demonstraram bastante disposição em encontrar o lugar da “troca desigual” na obra de Marx.⁵⁶ Em especial Bettelheim, em Conferência realizada em Belgrado em 1962, cujo conteúdo está publicado em sua obra *Planificación y crecimiento acelerado* (1965), antecipa boa parte dos conteúdos principais da formulação da “Teoria da Dependência Marxista”. Neste capítulo intitulado, “A problemática do subdesenvolvimento”, expõe com bastante clareza as idéias de “dependência política” e “dependência econômica”, anos antes da obra principal de Gunder Frank “*The development of underdevelopment*” (1966), considerada por alguns como a obra fundadora deste campo de análise sobre dependência, (cf. BETTELHEIM, 1962, In: PEREIRA (org.), 1973, pp. 51-72).

A Revolução Cubana (1959), e a declaração do seu caráter socialista (1961), também possuíram um profundo impacto nas elaborações teóricas deste setor dos estudos sobre a dependência. Principalmente porque seu significado político foi apresentado como uma alternativa ao capitalismo e ao imperialismo (ou seja, uma rota revolucionária de superação da

⁵⁶ A abordagem destes autores em relação ao “intercâmbio desigual” é duramente criticada por Maria da Conceição. Esta autora questiona a vigência teórica deste conceito (da sua modulação marxista) para os problemas latino-americanos. Assume que a pretensão de maior rigor em relação a “deterioração das relações de troca”, não avança para além da interpretação cepalina. Este fato se daria “pelas dificuldades implícitas na tentativa de aplicação da teoria marxista do valor à escala internacional, sem ter uma teoria de salários e de preços correspondentes” (TAVARES, 1972, p.21).

dependência), e a um só tempo, uma estratégia socialista distinta daquela consolidada pelo campo soviético no período Khrushchov. Nesta perspectiva, reforçava a posição que advogava pela possibilidade de um modelo socialista distinto daquele instalado na URSS, e sem as mediações apresentadas pelo eurocomunismo. Assim, a superação da dependência assume, para os autores em tela, uma clivagem revolucionária, executada por uma estratégia de luta armada. Cuba torna-se o exemplo bem sucedido de revolução socialista latino-americana, fornecendo a experiência histórica sobre a qual os dependentistas “marxistas” iriam procurar sistematizar teoricamente. É comum encontrar nos textos destes autores indicações da revolução cubana como comprovação empírica de suas formulações. No entanto, ao nosso entender, o processo revolucionário liderado por Fidel Castro, é tratado ainda de forma insuficiente por este campo intelectual, sobretudo por não explorar com profundidade devida à imbricação entre questão nacional e revolução social manifestada no pensamento revolucionário cubano.⁵⁷

Finalmente, cabe destacar que as diferentes influências teóricas sobre os autores da *Terceira Geração de Estudos sobre o Imperialismo* estão diretamente relacionadas ao alcance teórico pretendido por cada autor. As abordagens variam de acordo com desenhos de pesquisas eleitas, que podem priorizar recortes temporais determinados ou categorias e relações específicas a serem analisadas. Outro aspecto tem haver com o campo normativo e o *leitmotiv* que orienta a produção destes autores, que também são bastante distintos: alguns apostam na superação da dependência a partir da superação do capitalismo, outros no desenvolvimento dependente associado.

⁵⁷ Este tema merece aprofundamentos que não são possíveis no escopo deste trabalho. Mesmo porque também remete a questão relativa às convergências e tensões entre o desenvolvimento e o processo revolucionário em países dependentes.

Capítulo 3 – A PROBLEMÁTICA DA DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

3.1 O espectro e suas cores: em busca do lugar das “Teorias da Dependência”

O Capítulo tratará sobre as categorias analíticas dos autores da *terceira geração de estudos* (tratadas no Capítulo anterior), no sentido de explorar a sua incidência no escopo intelectual brasileiro. Implica em determinar, ou pelo menos, inferir, o lugar das análises da dependência no **pensamento político brasileiro**. Tal desafio é naturalmente problemático, por duas razões. A primeira se relaciona à inexistência de uma noção consolidada do que venha a ser “o pensamento político brasileiro”, cujo sentido não pode ser ombreado à noção relativa “ao pensamento político produzido no Brasil, ou por brasileiros”; simplificação inadequada para as perspectivas deste estudo. A segunda se relaciona à complexidade da estrutura dos campos analíticos da dependência, que não possuem coesão suficiente, como foi tratado anteriormente, para serem posicionados de forma unitária (ou em um único ponto) do espectro do pensamento político, assumindo que exista este espectro. Então, como controlar minimamente os constrangimentos teóricos e metodológicos de tal empreendimento? Alguma solução para esta questão preliminar é fundamental para a construção do argumento, como será verificado no decorrer do capítulo.

Não há pretensão neste estudo de obter resposta sobre o que vem a ser o “pensamento político brasileiro”, mas trabalhar dentro do universo léxico usualmente reconhecido como tal. Trata-se de identificar a problemática, no lugar de definir o conceito. Portanto, significa empreender uma aproximação segura a ponto de combater a vagueza da omissão e o voluntarismo da definição apressada, sem recuar na proposta da utilização do termo, mas, ao mesmo tempo, lançar mão da imprecisão como estratégia. Assim quais seriam os grandes problemas, ou os problemas comuns aos pensadores políticos brasileiros? Pensadores brasileiros como Roberto Simonsen, Oliveira Viana, Faoro, Celso Furtado, Caio Prado Jr. Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Fernando Henrique Cardoso entre outros, percorreram em maior o menor grau os seguintes temas:

- 1) o problema da formação social, econômica e da identidade brasileira;
- 2) o problema do desenvolvimento;
- 3) o problema da nação, do Estado e da soberania.

Estes temas não são encontrados separados na obras dos autores, mas amalgamados em uma tentativa de articulação teórica – política sistemática. Independente da forma de abordagem metodológica e o marco teórico de filiação, estes pensadores visitaram, quase obrigatoriamente estas questões. **A reiteração na busca por desenvolver interpretações sobre a condição brasileira, principalmente em tentar captar a singularidade brasileira em relação aos modelos de interpretações correntes nas nações centrais, dá origem a um conjunto de iniciativas que podemos denominar – por inferência – de pensamento político brasileiro.**

O trabalho pretende encontrar o lugar do “problema da democracia” no debate dependentista. A democracia, bem como a cidadania, ganhará um *status* teórico e político próprio no contexto de declínio de hegemonia do pensamento nacional-desenvolvimentista. É um movimento teórico político importante, que merece atenção, uma vez que a “questão democrática” se coloca com necessidade política aberta, a produção teórica, principalmente dependentista, que a separa da “questão nacional”. Este aspecto constitui uma das chaves explicativas do surgimento da *terceira geração de estudos* e das “Teorias da Dependência”.

A forma de articulação entre as noções de Formação, Desenvolvimento, Democracia, Nação e Estado realizada por cada autor e a importância de cada uma delas dentro do seu edifício de análise, define em grande medida o seu posicionamento no interior do que chamamos *pensamento político brasileiro*, ou seja, seu lugar no “espectro”. Contudo, a abordagem apresentada acima ainda guarda um grau de simplificação que deve ser problematizado, uma vez que as noções são complexas e seus conteúdos variam de acordo com a interpretação de cada autor. Neste sentido, a metodologia empregada nesta análise procura verificar o padrão de interação entre o conteúdo das noções, a articulação das mesmas no interior da estrutura do campo analítico do autor e, por último, posicioná-la em relação aos demais estilos de interpretação.

Ao explorar um pouco mais as problemáticas recorrentes no “pensamento político brasileiro”, podemos destacar a tensão permanente de dois grandes campos políticos-teóricos em disputa. Um de caráter liberal, que parte da defesa de uma proposta de desenvolvimento associado e dependente mitigando a noção de soberania nacional. E um segundo campo, que se afirmaria como uma proposta não-liberal, de nação e desenvolvimento. A vantagem de assumir esta forma de clivagem teórica - política está na possibilidade de analisar com maior precisão o lugar das diferentes interpretações sobre o tema no pensamento político brasileiro, em outras palavras, a determinação dos diferentes campos analíticos do espectro “pensamento político brasileiro”, mencionado anteriormente. Contudo existem riscos; o mais grave seria

assumir uma coesão, ou uma uniformidade política e teórica no interior de cada campo, o que não é o caso. A coesão, mesmo que não totalmente realizada, que permite utilizar esta clivagem está circunscrita na dimensão normativa e não pode ser transportada para outras dimensões de forma imediata. A força de um determinado campo não está em sua homogeneidade coesão mais na sua capacidade de agrupamento, inclusive de teorias e posições políticas não completamente congruentes.

O segundo núcleo da problemática está relacionado às dificuldades de enquadramento das noções de dependência dentro do pensamento político brasileiro. A chamada “Escola da Dependência”, como já foi tratada anteriormente, não pode ser compreendida como um único campo analítico. Como foi explorado no item 2.4, os autores geralmente reconhecidos como “dependentistas” possuem padrões normativos e métodos de análises bastante distintos. Não é possível posicioná-los em um mesmo lugar dentro do pensamento político brasileiro. **A solução que será explorada consiste, em primeiro lugar, investigar a estruturas dos campos analíticos – normativos dos autores no concernente à forma de apropriação (uso e articulação) das noções de Estado, nação, soberania, desenvolvimento e democracia. E verificar o contexto da problemática, abordando o surgimento das análises “dependentistas” (na terceira geração) e relacionando-o com um momento de transição induzido pela re-configuração do capitalismo mundial.** .

Caracterizo o “momento de transição” como o período em que a idéia de superação do subdesenvolvimento se distancia da defesa da consolidação da Nação, como era defendida pelos nacional-desenvolvimentistas. A hipótese trabalhada até aqui procura relacionar o surgimento das interpretações “dependentistas”, mesmo assumindo suas diferenças teórico-metodológicas internas, com o contexto de enfraquecimento da perspectiva de emancipação nacional. Provocada em grande medida, pelo fortalecimento das relações entre elites nacionais com o capital externo, e que provoca, no campo do regime político, o Golpe Militar de 64 e o aprofundamento da internacionalização do espaço econômico nacional.

Este capítulo é constituído de três partes: a primeira explora as teorias sobre o desenvolvimento inventariando as noções relativas à teoria da modernização e a teoria do subdesenvolvimento cepalina, que são precursoras do debate sobre a dependência. A segunda analisa o aporte teórico das “Teorias da Dependência”, utilizando as formulações de Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, como exemplos de dois campos normativos distintos no interior de uma mesma geração. A terceira parte é dedicada à análise do lugar da dependência no pensamento político brasileiro.

3.2 O lugar das “Teorias da Dependência” no pensamento político brasileiro

3.2.1 Precedentes: Teorias do Desenvolvimento e do Subdesenvolvimento

O desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas tornou-se uma importante questão teórica e política para a intelectualidade latino-americana do século XX, com maior vigor nas décadas de 50, 60 e 70.⁵⁸ Esse fato guarda raízes nas dificuldades de utilização de arcabouços teóricos edificados com bases em formações sociais centrais, em se revelarem apropriados à interpretação da realidade de nações de industrialização tardia e, principalmente, dos impactos de tal situação nas relações de poder (internas e externas) estabelecidas nas nações periféricas, comumente definidas como “subdesenvolvidas”.

A problemática está na insuficiência da **Teoria do Desenvolvimento**⁵⁹, para a análise das situações de subdesenvolvimento. A operação analítica da Teoria do Desenvolvimento é dedutiva, parte das “variáveis exógenas” que interferem no desenvolvimento econômico de forma genérico-abstrata. Celso Furtado (1961) questiona esta interpretação por “ignorar que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica” (Furtado, 1961, p. 241). Advoga pela formação de um corpo analítico específico que considere as condições particulares da situação das nações periféricas, ou seja, uma “**Teoria do Subdesenvolvimento**” (FURTADO, 1961). Para sustentar esta posição afirma:

[...] o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno da subdesenvolvimento apresenta-se sob a formas várias e em diferentes estádios. O caso mais simples é o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos. O caso mais complexo – exemplo do qual nos oferece o estágio atual da economia brasileira – é aquele em que a economia apresenta três setores: um, principalmente de subsistência; outro, voltado sobretudo para a exportação, e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir

⁵⁸ Cabe ressaltar, no entanto, que a problemática do desenvolvimento presente nesta dissertação possui um enfoque latino-americano e não aborda esta problemática em outras formações sociais, principalmente asiáticas e africanas. Destaco que o tema do desenvolvimento teve grande relevância na URSS nos anos 20, 30 e 40 do século XX, presente na Nova Política Econômica (NEP) e nos planos quinquenais. Porém, diante das limitações de objeto deste trabalho, não foi possível aprofundar o estudo neste aspecto. Independente dos estilos de abordagem e orientação política, autores como Lênin (1987), Bettelheim (1965), Nove (1963), entre outros, debruçaram-se sobre a questão do desenvolvimento na periférica Rússia e o papel da Revolução de Outubro de 1917 na inauguração de um ciclo de desenvolvimento acelerado no campo socialista. Porém, o enfoque destes autores está relacionado ao desenvolvimento socialista, que possui um registro próprio, bastante distinto do debate sobre o desenvolvimento capitalista periférico.

⁵⁹ Segundo Furtado (1961), “A teoria do desenvolvimento, na forma como é concebida nos grandes centros universitários do mundo ocidental, tem o propósito limitado de “mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma economia”.

parte dos bens de capital de que necessita para seu próprio crescimento. (FURTADO, 1961, p. 261).

O esforço analítico em relação ao subdesenvolvimento, enquanto uma dimensão particular do processo de interiorização do capitalismo nas nações latino americanas, pode ser dividido em duas correntes interpretativas. A **Nacional-desenvolvimentista**, cujo pólo de difusão de idéias foi, sobretudo a CEPAL⁶⁰, tendo como fundador Raul Prebisch, que lançou as bases do pensamento desenvolvimentista em sua obra “*Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*”⁶¹. É fundamental a contribuição de Celso Furtado, que se tornaria na década de 50 o pensador brasileiro de maior expressão da corrente, analisando as questões relativas ao processo de industrialização brasileiro, caracterizando-o como insuficiente e problemático (FURTADO, 1992). Outro pólo de análise surge nas décadas de 60 e 70 e ficou conhecido como a **Escola da Dependência**, que possui duas vertentes, conforme propõe VALENCIA & MARTINS (2011), de análises bastante distintas (1) uma de *caráter weberiano* e (2) outra de *caráter marxista* - ou neomarxista, como MANTEGA (1997).

Criticando as posições cepalinas, em seu apego ao processo de industrialização como saída para o subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, caracterizando como inadequada a tipologia que justificava o subdesenvolvimento pela presença de uma sociedade “tradicional” que deveria transitar para uma sociedade moderna (CARDOSO & FALETTO, 1970. p.17), as “Teorias da Dependência” propõem uma nova abordagem em relação ao mesmo objeto, articulado em seu método estrutura social e formação histórica das nações periféricas.

A problemática colocada não se situa no simples desenvolvimento abstrato da interpretação sobre a dinâmica do desenvolvimento em sociedades periféricas; de maneira diversa, se relaciona com o curso da luta política no interior das mesmas, com destaque para as nações latino-americanas. As propostas de solução desta questão ocuparam e ainda ocupam a arena política dos países do subcontinente, há certo consenso na percepção do “atraso” econômico e das desigualdades sociais, das quais padecem as nações latino-americanas. A importância de construir um modelo explicativo para tal problema está diretamente

⁶⁰ “A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile. A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo.” (<http://www.eclac.org> - acesso em 20/11/2009).

⁶¹ Escrito em 1949, como introdução ao *Estudio económico de la América Latina, 1948* (E/CN.12/89).

relacionada com a necessidade de propor, na dimensão programática, formas de superação do que se convencionou chamar de subdesenvolvimento.

Teoria da Modernização

A primeira idéia que apresentou alguma forma de análise sobre o subdesenvolvimento foi baseada na “Teoria da Modernização”, que propõe uma tipologia para as formações sociais, dividindo-as em “sociedades modernas” e “sociedades tradicionais”. Segundo esta abordagem, as sociedades latino-americanas poderiam ser enquadradas na segunda categoria. A noção fundamental deste tipo de análise consiste no entendimento de um caráter evolucionário do desenvolvimento das sociedades. As sociedades tradicionais, com baixo dinamismo econômico (pouca diversificação produtiva) e, em consequência, uma estrutura societal com menores possibilidades de mobilidade social, se caracterizaria pela formação de “estamentos” sociais, idéia geralmente ligada à ausência de democracia e a existência de uma oligarquia governante. Já uma sociedade moderna se caracterizaria pelo alto dinamismo econômico (industrialização), mobilidade social, interação entre os diferentes agentes sociais, o que corroboraria para uma amplificação da participação política. A sociedade tradicional seria o ponto de partida que, ao se industrializar e urbanizar alcançaria a “modernidade”.

O “atraso” das sociedades latino-americanas seria superado com o processo de industrialização, o subdesenvolvimento seria entendido como uma etapa para o desenvolvimento; esta noção também ficou conhecida como Teoria do Desenvolvimento. As “sociedades em desenvolvimento” desta forma são estruturas intermediárias, na qual o Brasil estaria incluído, que estão sendo modificadas pelo processo de desenvolvimento. Outra variante da mesma teoria aponta sociedades que estariam em uma condição “dual”, na qual alguns setores se modernizaram, porém o conjunto da estrutura permanece estagnado pela prevalência de setores arcaicos na direção política e econômica da formação social.

Dentro deste mesmo diapasão teórico, porém com um nível de sofisticação superior, Talcott Parsons e Bert Hoselitz procuram desenvolver variáveis para localizar diferentes sociedades dentro do espectro da dicotomia tradicional-moderno, segundo Roxbrought (1981, p.26). Entre o tradicional e o moderno cabe a “dualidade estrutural”, ou seja, “[...] a coexistência contínua, sob a condição de mudança social contínua, de diferentes setores sociais – e especialmente de um tradicional “desorganizado” e semelhantemente um moderno desequilibrado desintegrado” (EISENSTADT, 1968, p.90). Outra abordagem taxológica evolucionista encontra-se na tese de Rostow (1966), que sustenta a existência de “etapas de desenvolvimento” a partir do padrão da Revolução Industrial Inglesa. Segundo o autor: “É

possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo de massas” (ROSTOW, 1966, p.14). Rostow focaliza “a necessidade de estimular o aparecimento de uma elite empresarial que liderará esse processo de desenvolvimento” (ROXBOROUGH, 1981, p.27).

Entre as mais variadas deficiências desta “teoria”, destaca-se seu conteúdo a - histórico. Reduzindo e padronizando a formação das sociedades a um processo mecânico de evolução, que começa pelo atraso ou “tradição”, perpassando, em algumas abordagens, pela situação de dualidade, até alcançar o estágio “moderno” de sociabilidade (ou seja, o ocidental). Esta teoria desconsidera os efeitos do contato entre sociedades de capitalismo originário com aquelas sociedades constituídas sob outros modos de produção (e.g. países asiáticos), ou que foram constituídas (ou incorporadas subalternamente) no processo de expansão do sistema capitalista (e.g. América Latina). Exclui desta forma a existência de racionalização da estrutura administrativa (burocracia)⁶² nas nações “subdesenvolvidas”, da mesma forma não considera a existência de uma elite empresarial atuante no “Terceiro Mundo”. A elaboração de “tipos ideais” de sociedade moderna e tradicional não colabora para a análise dos diferentes arranjos políticos e particularidades estruturais que se apresentam ora como “constrangimento”, ora como “solução” para o processo de desenvolvimento dos países periféricos. Da mesma forma, no nível sistêmico do modo de produção capitalista, esta “teoria” não enfrenta a dinâmica de interação das diferentes regiões do mundo, não enxerga a articulação geopolítica e econômica na qual as nações estão envolvidas, com sua força determinando sua posição e seu papel na divisão internacional do trabalho. Por último, tenta obscurecer a matriz de poder (interna e externa) que subordina o desenvolvimento das nações periféricas. Nestes termos, esta “teoria” possui contorno de cientificidade questionáveis se apresentando mais como **ideologia** e menos como ciência.

Posições dos comunistas brasileiros e do ISEB

Seguindo um caminho paralelo à visão exposta anteriormente, autores marxistas brasileiros,⁶³ seguindo as orientações da III Internacional Comunista, elaboraram uma

⁶² Para utilizar uma expressão que é cara a toda tradição weberiana na qual se assenta a “teoria da modernização”.

⁶³ Esta corrente foi hegemônica como posição oficial do Partido Comunista Brasileiro, e do ISEB - **Instituto Superior de Estudos Brasileiro**, instituição que reunia grande parte da intelectualidade comunista sob a liderança de Nelson Werneck Sodré.

interpretação do subdesenvolvimento articulando as noções de (1) “transição” de um modo de produção feudal para o capitalismo; e o (2) papel do imperialismo na manutenção da situação de subdesenvolvimento.

Para o Partido Comunista e alguns intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros -ISEB (em operação entre 1955 a 1964), as sociedades latino-americanas seriam expressões coloniais do Modo de Produção vigente na Europa no período da Conquista, portanto sociedades feudais ou semi-feudais dependendo da abordagem de cada autor. Defendem que o sentido do desenvolvimento histórico brasileiro se dá pela transição do sistema pré-capitalista (feudal ou semi-feudal) para capitalismo, uma operação histórica correlata em linhas gerais à via de revolução burguesa e industrialização como ocorridas na Europa.

O caráter da colonização é, para a maioria dos autores, interpretado como um modo de produção pré-capitalista, formado pelo “mesclagem” de instituições e relações econômicas transportadas da metrópole (semi-feudais) e outras que surgiram pelas necessidades objetivas de exploração do território (trabalho escravo); no entanto, todas estas componentes seriam de caráter pré-capitalista.

O pleno desenvolvimento de relações capitalistas nas nações subdesenvolvidas seria uma condição necessária para a criação das bases infra-estruturais fundamentais ao Modo de Produção Socialista (desenvolvimento das forças produtivas). O subdesenvolvimento seria o resultado da penetração imperialista, associada com os setores semi-feudais residuais (latifundiários) do modo de produção anterior. Este processo impediria que a burguesia nacional se desenvolvesse e se estabelecesse como poder nacional soberano.

A contradição reconhecida por este pensamento levou a uma aproximação bastante estreita com a Teoria da Modernização. No lugar da idéia de “tradicional” foi colocada a noção de “feudal ou semi-feudal”, da mesma forma que foi substituída a idéia de “moderno” pela de “capitalista”. Conforme defende Roxborough (1981):

Em correspondência com as noções de ‘tradicional’ e ‘moderno’, os marxistas usaram duas categorias, “feudal” e “capitalista”, e discutiram se era possível ‘queimar etapas’, combiná-las, ou se uma seqüência unilinear de etapas inevitáveis de desenvolvimento tinha de ser seguida. (ROXBOROUGH, 1981, p. 27)

O imperialismo (etapa monopolista do capitalismo) é entendido como uma força externa que condiciona as possibilidades de desenvolvimento das nações subdesenvolvidas, uma vez que o capital internacional estaria associado aos setores mais “atrasados” do sistema

econômico (latifundiários), relação que seria mediada por uma “burguesia compradora”⁶⁴. A aposta estratégica seria uma aliança estratégica com a “burguesia nacional”, também deprimida em seus interesses pela ação do imperialismo e da forte dominação oligárquica do poderes estabelecidos. A burguesia nacional, ao se manifestar-se como poder político, estaria cumprindo historicamente um papel progressista, ao desobstruir os entraves e vestígios “semi-feudais” e, a um só tempo, enfrentar os interesses externos. A Revolução “democrático – burguesa” era a estratégia central dos comunistas brasileiros e representaria as bases de expansão do capitalismo nacional e a preparação as condições para a revolução socialista.

Esta abordagem da problemática do desenvolvimento e da revolução brasileira foi definida por Mantega (1984) como Modelo Democrático Burguês. A construção do modelo foi diretamente influenciada pela estratégia da Social-Democracia russa em 1905, sistematizada por Lênin na famosa obra *Duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática*.

Em países como a Rússia, a classe operária sofre não tanto com o capitalismo, mas com a insuficiência de desenvolvimento do mesmo. Por isto a classe operária está, indubitavelmente, interessada no desenvolvimento mais vasto, mais livre, mais rápido do capitalismo. É absolutamente *vantajosa* para a classe operária a eliminação de todas as velhas reminiscências que entorpecem o desenvolvimento amplo, livre e rápido do capitalismo. A revolução burguesa é, precisamente, a revolução que de um modo mais decisivo elimina os restos do antigo, as reminiscências do regime feudal (entre as quais estão não somente a autocracia, como também a monarquia), e que de um modo mais completo garante o desenvolvimento mais amplo, mais livre e mais rápido do capitalismo. Por isto a revolução burguesa é extremamente vantajosa para o proletariado. [...] Quanto mais completa e decisiva, quanto mais conseqüente for a revolução burguesa, tanto mais garantida estará a luta do proletariado contra a burguesia, pelo socialismo. (LÊNIN, 1975, p.36).

Do ponto de vista programático imediato, os comunistas e os isebianos não se distanciavam muito da proposta desenvolvimentista defendida pela CEPAL. Porém os cepalinos tinham uma convicção maior na possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo “sem revolução burguesa”. Em outras palavras, enquanto os comunistas apostavam na aliança com a burguesia-nacional para a construção de uma Revolução Nacional; os cepalinos apostavam em um maior papel do Estado (Planejamento) sobre a economia, que estabeleceria um controle do “público” (dos interesses gerais da nação e da cidadania) sobre a iniciativa privada, que a um só tempo deveria ser estimulada e regulada.

O ISEB contribuirá na sofisticação do pensamento econômico e político dos comunistas na década de 50, principalmente ampliando a percepção de variáveis políticas

⁶⁴ Atravessadores do ramo de exportação que se beneficiavam da produção primário-exportadora.

importantes para o desenvolvimento do país. A partir de influências das formulações de Gunnar Myrdal, atenta-se para a problemática da integração nacional como fator necessário ao progresso cultural e social brasileiro. Era necessário instituir políticas de integração nacional, que serviriam de argamassa “na busca do interesse comum de toda nação, isto é, pelo *nacionalismo*, que consegue a mobilização das massas em torno de objetivos comuns e em prol de níveis mais elevados de bem-estar social” (MANTEGA, 1984, p. 54).

Cabe, no entanto, ressaltar que o pensamento no interior do ISEB não era monolítico, tão pouco estava em pleno acordo com a política do PCB. Neste mesmo instituto conviviam as posições de Helio Jaguaribe⁶⁵, bastante crítico à linha dos comunistas, e Guerreiros Ramos que era respeitoso ao papel dos comunistas na política brasileira, se considerava um “pós-marxista”, no dizer de Toledo (2007, p.306). Porém, o ISEB possuiu importante papel nas formulações acerca da problemática nacional, em especial na pena de Sodré e Rangel. A consolidação da soberania nacional era o elo entre os isebianos.

O pensamento do PCB e da maioria dos pensadores do ISEB ocupa um lugar importante no *pensamento político brasileiro*, nos parâmetros propostos no item 3.1. Sinteticamente, podemos indicar que do ponto de vista do problema de nossa **formação nacional brasileira**, este campo se identificava com a idéia de “incompletude”. O desafio seria consolidar o Brasil enquanto Nação soberana e auto-referenciada. O instrumento para levar adiante este projeto é o **desenvolvimento** capitalista autônomo, dirigido por uma ampla aliança nacional (burguesia nacional, trabalhadores urbanos, camponeses, setores médios patrióticos). O desenvolvimento econômico (industrialização) seria o caminho para a evolução das forças produtivas, para a superação dos constrangimentos existentes na estrutura agrária principalmente (ou seja, a eliminação de formas pré-capitalista de exploração do trabalho). Esta estratégia é identificada por Mantega (1984) como Modelo Democrático-Burguês. O sentido deste projeto é a consolidação da **Nação** e da soberania como etapa necessária ao progresso da sociedade e à desobstrução dos obstáculos à manifestação da luta de classes e da edificação de uma revolução social de caráter socialista. O lugar do pensamento do PCB e isebiano (majoritariamente) situam-se no diapasão não-liberal, nacionalista e socialista do pensamento político brasileiro.

Nacional-desenvolvimentismo: CEPAL e o pensamento de Celso Furtado

⁶⁵ Helio Jaguaribe produz uma importante sistematização do pensamento isebiano em *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político* (1962), no qual apresenta com bastante clareza o papel do desenvolvimento da consolidação de um projeto nacional.

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), fundada em 1948, como uma agência da ONU para desenvolver pesquisa e projetos de desenvolvimento da região, foi à instituição que mais se destacou na tentativa de interpretar as origens do subdesenvolvimento e estratégias de sua superação. É objetivamente impossível, dentro do escopo deste trabalho, desenvolver uma análise pormenorizada e justa do papel da tradição cepalina no pensamento social e político brasileiro. Atualmente, felizmente, são disponíveis obras de fôlego acerca da produção teórica do nacional-desenvolvimentismo de matriz cepalina. Cito os trabalhos de Ricardo Bielschowsky, *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento* (1995) e *Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL vol. I e II* (2000), além de *O estruturalismo latino-americano* (2009) de Octávio Rodríguez. Como nos adverte a leituras destas obras, o pensamento cepalino possui uma trajetória bastante longa de formulações, na qual os conceitos evoluem e a diversidade de enfoques se manifesta em decorrência sucessiva alteração dos contextos econômicos e políticos mundiais e latino-americanos.

Neste item, oferecemos apenas uma síntese da concepção cepalina no que tange ao objeto de estudo deste trabalho. A referência ao pensamento nacional-desenvolvimentista encontra-se distribuída no decorrer da leitura desta pesquisa, o que facilita a compreensão do argumento geral aqui defendido.

Os fundamentos do nacional-desenvolvimentismo, conforme sistematizados por Octávio Rodríguez (2009, p. 25, ss.), podem ser apresentados da seguinte maneira: 1) *Concepção do sistema centro-periferia*, que alude à idéia de que o desenvolvimento capitalista comporta-se maneira diferenciada, dependendo da situação histórico-estrutural de determinada formação social. Implica em dizer que o desenvolvimento nas sociedades de capitalismo originário é caracterizado pela homogeneidade e diversificação; enquanto nas sociedades periféricas se dá de forma heterogênea e especializada. Logo, “os conceitos de centro e periferia possuem um claro conteúdo dinâmico, incorporado mediante a suposição de que a desigualdade é inerente ao desenvolvimento do sistema em conjunto” (RODRIGUEZ, 2009, p. 84). 2) *Análise da industrialização periférica* se refere à leitura do percurso da industrialização da periferia, que requer “forçosamente” uma etapa de “substituição de importações” no sentido de alterar a composição das importações e criar as bases para a industrialização, nos diz Rodríguez (2009, p.99). 3) *A teoria da deterioração dos termos de troca*, que significa, *grosso modo*, que “na relação de intercâmbio entre produtos primários e

industrializados, os preços se inclinavam sempre em favor destes últimos” (MANTEGA, 1984, p. 36).⁶⁶

O principal traço que distingue os nacionais - desenvolvimentistas em relação aos defensores da “Teoria da Modernização” está na caracterização do subdesenvolvimento, que não poderia ser entendido como uma “etapa”, mas como uma “**condição**”. Isso implica em identificar elementos estruturais e históricos que reproduzem o subdesenvolvimento. Neste caso o “intercâmbio desigual e combinado” que reproduziria a relação “centro-periferia” indefinidamente, uma vez que nas relações de troca internacionais, países primário-exportadores seriam prejudicados pelo baixo valor agregado de suas mercadorias. Não seriam capazes de constituir uma planta industrial diversificada, habilitada à produção de bens de produção. A solução seria a intervenção do Estado como indutor do desenvolvimento, utilizando-se de sua capacidade de financiamento e planejamento para instalar o parque industrial de base. A industrialização produziria um efeito positivo no processo de urbanização, elevação do estatuto do trabalhador e ampliação das possibilidades de constituição de uma sociedade moderna. O subdesenvolvimento seria, de maneira bastante sintética, uma condição estrutural historicamente determinada, originário da expansão do capitalismo em sociedades coloniais, reproduzido por meio da “deterioração dos meios de intercâmbio” no mercado internacional.⁶⁷

Os pontos de contatos com as idéias produzidas pelos comunistas e o vários pensadores isebianos é explícito. O desenvolvimento, e marcadamente a industrialização, seria a rota pela qual o país superaria a condição subdesenvolvida. Existem divergências teóricas fundamentais. Para os cepalinos, e em especial, Celso Furtado na obra *Formação Econômica do Brasil* (1959), a interpretação do “sentido da formação brasileira” e a polêmica sobre a colonização estão muito mais próximas das leituras de Caio Prado Jr. (Cf. item 2.3.5) do que daquelas formuladas pelo pensamento comunista conforme exposto no item anterior. Outrossim, há diferenças sobre a proposta de construção de um capitalismo autônomo. Enquanto a aposta dos comunistas para o desenvolvimento capitalista brasileiro passava por uma revolução democrático-burguesa, no qual a burguesia nacional teria um papel determinante; no caso da CEPAL esta mesma meta passaria, sobretudo, pelo Estado com indutor do desenvolvimento, atuando sobre as classes, inclusive regulando os interesses imediatos dos empresários nacionais.

Esta última questão merece destaque, uma vez que revela o campo normativo da maioria dos autores cepalinos e em especial Celso Furtado. O Estado - no sentido weberiano, ou seja, sem

⁶⁶ Rodriguez realiza uma análise sobre os diferentes tipos de “deterioração dos termos de troca”, uma “versão contábil”, uma que se refere aos “ciclos de preços e renda” e, por último, uma versão que chama de “industrialização”, que alude a disparidades entre a elasticidade – renda da demanda de importações da periferia e do centro, e suas diferentes composições orgânicas. Cf. Rodriguez (2009, pp. 131- 166).

⁶⁷ A definição apresentada é bastante superficial, porém sintetiza em grande parte o lastro pelo qual elaborações mais completas e complexas irão se desenvolver, com destaque para aquelas produzidas por Celso Furtado.

conteúdo inerente - se comporta nestas análises como uma expressão do processo de racionalização da sociedade industrial. “O Estado moderno está longe de ser exclusivamente aquela força de repressão a serviço de uma classe, a que se refere Engels” (FURTADO, 1964, p. 45). Mesmo admitindo que em determinados momentos históricos ele se comporte como um instrumento da classe dominante, Furtado identifica os adventos da maior diversificação social nas sociedades industriais, às pressões por regimes democráticos e pluralistas são formas de contenção às tendências à contração de poderes estatais nas mãos de apenas uma classe ou grupo. As burocracias conferem à atividade estatal um grau de racionalização necessário a uma sociedade de massas. “O processo de burocratização não significa apenas o crescimento do aparelho estatal, significa também importantes mudanças qualitativas nos procedimentos políticos” (FURTADO, 1964, p.43). Ainda completa “como a mais poderosa organização dentro de uma sociedade, é perfeitamente natural que o Estado venha a desempenhar em muitas oportunidades um papel autônomo nos conflitos que caracterizam o desenvolvimento dessa sociedade” (FURTADO, 1964, p.40). Logo, o Estado seria a instituição capaz de regular a “irracionalidade”, ou melhor, racionalidade ao comportamento dos agentes econômicos: o instrumento seria a programação (planejamento estatal) e, o objetivo, o desenvolvimento.

O modelo básico cepalino e *furtadiano* é inspirado em Schumpeter, porém esta apropriação é realizada de forma criadora, adaptando-a as condições histórico-estruturais da periferia. Para Schumpeter, em *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1997), o desenvolvimento é a articulação dos seguintes fatores: (1) força motivadora que é o “empreendedor”, (2) o processo é a inovação e (3) o objetivo é o lucro e o poder. No entanto para a CEPAL, a força motivadora (ou agente do desenvolvimento) é o **Estado**, que, pelas razões expostas acima, é a única instituição em uma sociedade periférica capaz de subordinar os interesses particularistas das classes (que nas condições de subdesenvolvimento não são dinâmicas) em torno de uma modelo nacional de desenvolvimento que atenda às necessidades de acumulação capitalista. O **processo**, talvez seja a uma combinação de outros fatores como, por exemplo, a assimilação de tecnologia (WALLICH. H.1973, p.41), necessidade/criatividade (FURTADO, 1978, p.84) em termos mais específico, e substituição de importações (TAVARES, 1972, pp.41), ou programação/planejamento em termos mais gerais. O **objetivo**, pelo menos para Furtado, seria o bem-estar social e a consolidação da Nação; para outras abordagens, a ampliação do consumo.

Esta breve exposição dos argumentos centrais do pensamento cepalino e *furtadiano*, mesmo que marcado por uma forte simplificação, colabora para o entendimento de seu lugar no pensamento político brasileiro. O *problema da formação da Nação*, para esta corrente,

com destaque para Celso Furtado, tem com desafio romper com seu sentido de desenvolvimento exógeno, superar a sua heterogeneidade estrutural herdada de sua condição colonial e posteriormente periférica. Para Furtado, o “Brasil é uma construção interrompida”. O *desenvolvimento*, como foi exposto acima é, sobretudo, um processo pelo qual se desobstrui a rota para a consolidação da Nação, deve ser auto-referenciado nacionalmente. O problema da Nação é tomado como projeto que conduz a sociedade brasileira ao centro do processo político e econômico, isso significa, sobretudo, soberania. O Estado seria o instrumento de ordenação desta sociedade, não como expressão dos interesses particularistas de determinados setores, de outra forma, como corpo permeável aos interesses das maiorias. A *questão democrática* e das instituições políticas (FURTADO, 1964, pp. 35-52), então, ganham relevância, somente um regime pluralista ⁶⁸e democrático poderia estabelecer um padrão de interação entre as classes e o Estado para viabilizar contrapesos necessários à condução de um regime de bem-estar e democrático. Em resumo, o lugar que as formulações cepalinas e furtadianas ocupam no pensamento político brasileiro pode ser definido como anti-liberal, nacionalista e democrático.

3.2.2 O momento de transição das idéias de construção nacional e a formação das análises “dependentistas”

A proposta deste item é caracterizar, de forma mais precisa, o momento de transição da perspectiva de construção nacional. Com isso, será possível localizar o contexto do surgimento das análises desenvolvimentistas e mais adiante relacioná-las com o pensamento político brasileiro. Para tanto, será preciso abordar a maneira com que a “Questão Nacional” é apreendida pelos desenvolvimentistas e quais são as razões para o surgimento das análises da dependência, enquanto abordagens alternativas. O termo “Questão Nacional” será utilizado aqui como a articulação entre as noções de *soberania, desenvolvimento, nação, Estado e democracia*.

Os nacional-desenvolvimentistas e a problemática da Nação.

Conforme exposto no item anterior, para os nacional-desenvolvimentistas a superação do subdesenvolvimento estava imbricada no processo de construção da Nação. Para Celso

⁶⁸ “O regime democrático é exatamente aquele que permite o pleno desenvolvimento dessas tendências divergentes [posições de classe] e abre caminho para a superação dos conflitos delas resultantes”.(FURTADO, 1964, pp. 35-52)

Furtado, principal formulador da corrente nacional-desenvolvimentista, o desenvolvimento é componente de “autotransformação social”, sem o qual não há soberania e não há Nação.

O ponto de partida do estudo do desenvolvimento, deveria ser, não a taxa de investimento, ou a relação produto-capital, ou a dimensão do mercado, mas sim o horizonte de aspirações da coletividade em questão, considerada esta não abstratamente mas como um conjunto de grupos ou estratos com perfil definido, assim como o sistema de decisões que prevalece nessa sociedade e os fatores limitantes que escapam ao poder interno de decisão. O desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade. (FURTADO, 1968, pp. 19-20)

O desenvolvimento das nações periféricas para esta corrente de pensamento passa necessariamente pelo processo de fortalecimento dos pólos de decisão política nacionais. A reafirmação do Estado como agente capaz de redefinir os fundamentos políticos, sociais e econômicos que reproduzem a situação de subdesenvolvimento. O desenvolvimento capitalista orientado pelo Estado requer que em seu processo, concomitantemente, se consolide a sociedade nacional que, para os desenvolvimentistas, em especial para Celso Furtado, significa a construção da autonomia em relação às orientações dos capitalistas dos países centrais.

Em resumo, para esta visão, a defesa de uma concepção de Estado como portador do sentido nacional, que age sobre as classes com o objetivo de constituir a autoridade nacional sobre os setores sociais e econômicos associados aos interesses externos. Isso significa que a afirmação da Nação, passa pela re-configuração da estrutura de dominação (pelo menos de forma imediata) no plano nacional, que se desloque da associação com o externo para a o nacional. Os desenvolvimentistas, *normativamente*, defenderam a afirmação da nação enquanto uma sociedade política soberana, dirigida por um Estado que lhe é ao mesmo tempo regulador e indutor do desenvolvimento, agindo sobre as classes e em defesa dos interesses nacionais. Defendiam a convergência entre a modernização da estrutura econômica e a modernidade da sociedade nacional.

Sobre o “momento de transição”

O “momento de transição” pode ser definido como um período de mudanças estruturais na base de reprodução da dependência no Brasil, que culminou na derrota do modelo nacional-desenvolvimentista, hegemônico entre 1935 -1964. Esta transição se deu entre as perspectivas do nacional-desenvolvimentismo, que lograram estimular a mobilização

de massas em torno de um programa de reformas de base, para um novo padrão de desenvolvimento, chamado por Mantega (1997, p.12) de Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, ou desenvolvimentismo autoritário. Quais mudanças são estas?

Primeiramente, mudanças no padrão de acumulação capitalista internacional – as grandes corporações começaram a se “desterritorializar”, deslocando suas unidades industriais do Centro para a Semiperiferia, (ARRIGHI, 1997), do sistema. Não apenas para explorar a mão-de-obra barata, mas para induzir e se beneficiar de novos mercados consumidores, processo que ficou conhecido, no Brasil, como *internacionalização do mercado interno*. Neste sentido, temos as formulações de Tavares sobre a “internacionalização dependente” (1972, pp.20, 254 - 263), (MANTEGA & MORAES, 1979, p.84), (FURTADO, 1974, p.51). Outro aspecto se relaciona com a fragilidade do modelo de “substituição de importação” frente aos gigantes financeiros transnacionais, a regra de ouro da economia capitalista é a produção para *acumulação*, enquanto o modelo de “substituição de importações” se orienta principalmente para o preenchimento de lacunas deixadas pela importação, ou seja, a orientação para o *consumo*, conforme destaca Oliveira (1981, p.27). Diante desta contradição interna e fundadora, o modelo ruiu e, em seu lugar, surgiu o Modelo de Desenvolvimento Brasileiro (durante a ditadura), que colocou o país no rumo do desenvolvimento dependente e associado, mas coerente com as exigências de acumulação da burguesia “nacional” como também do capital estrangeiro “transnacionalizado”.

Em segundo lugar, o fortalecimento da fração da burguesia brasileira internacionalizada – o processo de mudança do padrão de acumulação capitalista mundial fortaleceu, econômica e politicamente, as frações da burguesia brasileira internacionalizada. Fração composta por setores mais dinâmicos da economia, que possuíam um nível de integração profundo com a nova tendência do capitalismo mundial. A ascensão econômica de um setor capitalista moderno e associado ao capital internacional criou a possibilidade de contestação do padrão anterior, nacional-desenvolvimentista. Transformou seus recursos econômicos em recursos políticos necessários à desconstituição do padrão de interação entre os capitais nacionais, Estados e o Capital internacional, mas, sobretudo o “pacto” que unia estes às massas populares reformistas. O golpe militar foi um ato político de força desta nova hegemonia que via sendo constituída. “O golpe de 64 deslocou o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham, em proveito do setor internacionalizado da burguesia, mais dinâmico e mais ‘moderno’, porque parte integrante do [...] capitalismo internacional” (CARDOSO, 1979, p.69).

O terceiro elemento seria a crise da estratégia dos partidos comunistas e o surgimento da esquerda marxista – nos anos 60, aguçaram-se no interior do movimento comunista mundial as divergências em relação à compreensão dos processos de libertação nacional, transição ao socialismo e teoria de organização revolucionária. O advento da Revolução Cubana (1959) mobilizou toda uma geração de militantes revolucionários a abandonarem as fileiras dos partidos comunistas históricos e se lançaram em novas organizações socialistas, de caráter armado e voluntarista. Acirrava-se, sobretudo, a crítica “socialista-democrática” ao regime soviético e seu padrão de relacionamento com as organizações de libertação-nacional. Confluente a este processo, também no exterior do movimento comunista, as reivindicações democráticas no mundo ocidental apresentava novos desafios para a estratégia revolucionária. As cisões dos partidos comunistas, a organização da chamada “esquerda revolucionária” na América Latina e disseminação de teorias marxistas, fora da tradição da III Internacional.

Os impactos destas mudanças construíram um contexto para mudança de perspectivas para as análises do desenvolvimento. Por um lado, o nacional-desenvolvimentismo não conseguiu construir uma proposta, dentro de seu marco teórico-político, que inserisse o país, de forma soberana, a nova ordem do capital internacional. O fato é que a defesa do “capitalismo autônomo brasileiro” enfrentou dificuldades em um contexto mundial de globalização financeira e produtiva, no qual a semiperiferia, deixa de ser apenas um espaço de produção de matérias-primas e passa a industrializar-se, não unicamente sob a direção do Estado, mas também pelo investimento do capital privado internacional. Isso não implicou no Brasil, na falência das empresas estatais, mas em um novo papel dentro do ciclo produtivo. As empresas estatais deixaram de ser o carro chefe do processo de industrialização nacional, para agir de forma auxiliar da iniciativa privada nacional e estrangeira, deixa de ser o pólo dinâmico do capitalismo brasileiro, para se tornar mais um componente do desenvolvimento do capitalismo associado e dependente. Formou-se um novo arranjo da estrutura econômica brasileira, um tripé que incluía os capitalistas privados nacionais, o capital externo e as empresas estatais. Neste novo arranjo, o pólo hegemônico se deslocou para o setor mais dinâmico da relação, o capital externo, e contribui para o fortalecimento daqueles setores da burguesia nacional integrada. Centralizando os resultados econômicos do novo patamar de acumulação, teve condição de se afirmar enquanto domínio político.

A esta etapa da economia brasileira se dá o nome, por boa parte da literatura, de “**Modelo Brasileiro de Desenvolvimento**”, na qual nova intelectualidade entra em cena. Seus expoentes mais conhecidos são Roberto Campos, Gouveia de Bulhões e Delfim Neto. Este modelo, de caráter ditatorial, não rompe com todos os fundamentos do nacional-

desenvolvimentismo, porém o castra das noções mais importantes, como a soberania, democracia e reformas de base. O re-configura no sentido de atender outras demandas, a do grande capital. Como afirma Mantega (1997, p.17), neste modelo:

Cabe ao Estado compensar a debilidade da iniciativa privada exercendo estímulo simultâneo em vários campos de investimento, assim como tornar-se uma espécie de bacia de concentração de recursos por meio da captação fiscal e manipular esses fundos coletivos, comprimindo o consumo presente em prol da acumulação de capital.

O regime ditatorial era o recurso político disponível para que a lógica do desenvolvimento se deslocasse do consumo para a acumulação capitalista. Para tanto, era necessário comprimir salários, deprimir as expectativas reformistas do modelo anterior e, com isso, ampliar a poupança das classes abastadas, ou seja, “concentrar para crescer”. E o Brasil cresceu, porém não em favor das maiorias, não se estagnou como Furtado defendida, mas o resultado do progresso também foi concentrador.

O “momento de transição”, tal como o compreendemos, se refere a uma re-configuração do circuito de reprodução do capital no nível mundial, que passa a integrar, em alguma medida, a semiperiferia à dinâmica de produção e realização das mercadorias. O Brasil está inserido nesta dinâmica, pelas razões e nos contornos expostos anteriormente. Na dimensão política, a relação de (convergência de interesses) entre os capitais externos e capitalistas do setor de exportação sobre mudanças, passou a incluir também parte da burguesia industrial, o que acentua o nível de coordenação de suas atividades com o mercado internacional. Este setor procurou eliminar as barreiras que impediam a plena internacionalização da base produtiva e do mercado interno do Brasil. Neste caso, o Estado Brasileiro, que até 64 foi portador da proposta nacional-desenvolvimentista, se opondo a liberalização econômica e oferecendo restrições ao investimento externo, remontou seu padrão de dominação. O Golpe Militar significou o primeiro momento da consolidação do poder de um novo “*Bloco Histórico*”, cuja direção se desloca da burguesia nacional e da burocracia estatal-nacionalista para a burguesia brasileira associada ao capital internacional.

Resumidamente, os governos militares assumem o *desenvolvimentismo sem reformas*⁶⁹, o golpe de 1964 obstruiu a realização deste ideário político cepalino e a estratégia comunista e isebiana, ao reprimir, a *manu militari*, reivindicações de caráter social-democrático e nacionalista. Isso não implicou em abandonar totalmente o arcabouço

⁶⁹ Isto é, crescimento capitalista sem as dimensões e nacionais.

doutrinário do desenvolvimentismo, mantendo ainda uma forte participação estatal no planejamento econômico e na dinâmica produtiva nacional, via uma nova articulação: empresas estatais, iniciativa privada nacional e estrangeira, excluindo evidentemente a interlocução com as massas populares existente no período anterior.

O contexto do surgimento das análises da dependência

A descrição, mesmo que sumária feita acima, do momento de transição da economia brasileira, que passa da orientação nacional-desenvolvimentista para o desenvolvimento dependente associado cria segundo nossa percepção, o pano de fundo que corrobora para o surgimento das “Análises da Dependência”. Como se dá este processo?

Como já foi discutida anteriormente, a chamada “Teoria da Dependência” surge a partir da crítica ao modelo cepalino (nacional-desenvolvimentista), pelos motivos já expostos no capítulo anterior. Apresentamos a crítica “dependentista” recolocada à luz do contexto do seu surgimento, neste sentido articulando-a com o “momento de transição” do circuito de reprodução do capitalismo internacional.

A *tese da estagnação* da economia subdesenvolvida, defendida pela CEPAL, será contestada pelos “dependentistas” (exceto Marini e Gunder Frank), que observavam, naquele momento, a ocorrência de um tipo desenvolvimento singular, ou seja, **o desenvolvimento dependente associado**. Esta constatação leva a perceber que os países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil, não estavam nesta situação apenas por estarem retardatários do processo de industrialização, mas que a própria industrialização ocorrida nestes países era dependente, ou seja, integrada desigualmente ao sistema capitalista internacional. Portanto, substituem a noção de “subdesenvolvimento” pela noção de “dependência”.

Os “dependentistas” observaram com maior atenção do que a CEPAL, o movimento dos capitais internacionalmente, inclusive o capital produtivo. Não negaram os mecanismos de intercâmbio desigual que operava no mercado externo formulados pelos cepalinos, porém reforçaram outras dimensões da dependência, principalmente no plano político (arranjo de dominação interna)

A estratégia de construção de uma rota de desenvolvimento capitalista autônomo para o Brasil, como advogavam os cepalinos, isebianos e comunistas, colidia com o vetor dinâmico do capitalismo internacional que apontava não para a autonomia, mas para a internacionalização dependente. Assim, os “dependentistas” afirmavam a impossibilidade de inserção soberana na ordem capitalista em processo de globalização. A burguesia nacional e

os setores burocráticos desenvolvimentista não seriam capazes de apresentar uma proposta de enfretamento real ao processo de internacionalização da economia brasileira, que contava com o apoio do pólo moderno da burguesia no Brasil, os capitalistas dependentes associados ao capital internacional.

O conteúdo das críticas “dependentistas” leva-os a construir uma nova articulação das idéias de Estado, nação, desenvolvimento e democracia. Isso altera profundamente o sentido até então formulado pelos nacional-desenvolvimentistas e que foi assumido pela maioria dos pensadores marxistas brasileiros da primeira metade do século XX. A proposta de construção da nação articulada com o desenvolvimento autônomo é negada nas análises da “Teoria da Dependência”. O ideal de Estado nacional-desenvolvimentista cepalino perde espaço para dois tipos de caracterização do campo “dependentista”: a perspectiva de Fernando Henrique Cardoso identifica como viável historicamente a integração ao novo contexto do capitalismo mundial, seria a rota do “desenvolvimento dependente e associado”. A outra perspectiva, radicalmente oposta, proposta por Ruy Mauro Marini e demais integrantes da vertente “marxista” da dependência, defende que a superação da dependência está diretamente associada à superação do capitalismo e, para tanto, seria necessária a ruptura revolucionária com todas as estruturas de reprodução do capital.

Não obstante as diferenças de campos normativos, uma de caráter democrático-liberal e a outra “socialista”, as duas leituras convergem em alguns aspectos cruciais que, ao nosso entender, colabora com a hipótese da relação entre o “momento de transição” e o surgimento das “Teorias da Dependência”: 1) Crítica ao Estado nacional–desenvolvimentista e a forma política chamada de “populismo”; 2) Crítica à existência de uma burguesia “local” nacionalista; 3) Crítica à idéia de “projeto de nação”; 4) Necessidade da consolidação da democracia: “Democracia Liberal” ou “Democracia Socialista”.

3.3 Conceitos básicos às interpretações das “Teorias da Dependência”: Cardoso e Marini como exemplos

“Torna-se necessário, portanto, definir uma perspectiva de interpretação que destaque os vínculos estruturais entre a situação de subdesenvolvimento e os centros hegemônicos das economias centrais, mas que não atribua a estes últimos a determinação plena da dinâmica do desenvolvimento.” Cardoso (1984)

As “Teorias da Dependência” surgem a partir da crítica às supostas insuficiências do conceito de subdesenvolvimento. Segundo os autores desta “Escola”, a conceituação não poderia ser rejeitada apressadamente, uma vez que identifica descritivamente⁷⁰ a aparência de um fenômeno, ou seja, a assimetria existente entre nações de capitalismo tardio (periféricas) em relação às de capitalismo originário (centrais) em termos de processo técnico, incorporação de tecnologia e capacidade de inversão. Porém não seria suficientemente abrangente para contemplar substancialmente todas as dimensões relativas ao desenvolvimento capitalista nos países periféricos. Nesse diapasão, a dicotomia centro-periferia (como proposta pela CEPAL), igualmente seria incompleta, uma vez que deduz uma contradição entre elementos externos (capital internacional) e elementos internos (capital nacional) que não existiria com a qualidade de “antagonismo” insolúvel. Isso não implicaria a inexistência de tensões entre agentes econômicos periféricos e centrais, contudo estes conflitos ocorriam dentro de um horizonte de “equilíbrio de compromisso”, no qual nenhuma das partes pretenderia aniquilar a outra, apenas se posicionar em situações confortáveis em relação aos seus interesses. Para os “dependetistas”, assim como para Caio Prado Jr, os setores capitalistas periféricos possuiriam convergência, em última instância, com os interesses do capital externo, e seu modo de reprodução enquanto classe e acumulação de capitais estariam condicionadas à sua relação com setores economicamente dinâmicos nas nações de capitalismo originário.

A maioria das análises do desenvolvimentismo, com exceção de Furtado (1992), abstrai em grande medida as dimensões sociais e políticas dos processos econômicos, apostando na disposição da burguesia nacional em participarem de transformações sociais de

⁷⁰ A crítica se relaciona à concepção dual-estruturalista que entenderia o subdesenvolvimento como a combinação dinâmica entre o “atrasado” e o “moderno”, que “aparentemente” cria uma leitura apropriada da condição periférica, porém não aprofundaria nas contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista, essencialmente “desigual e combinado”, na visão “dependentista”.

caráter estrutural (dentro ou contra a ordem dependente). “Na CEPAL⁷¹ a “condição periférica” era interpretada como determinante de problemas a serem superados por políticas econômicas e sociais bem orquestradas, a nível nacional e internacional, ou seja, não significava fonte de exploração insuperável que implicasse necessidade de ruptura com o capitalismo.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 42).

Cardoso define os parâmetros distintivos entre as análises cepalinas e da dependência da seguinte maneira:

[...] criticam-se as análises do desenvolvimento que abstraem os condicionantes sociais e políticos do processo econômico e criticam-se as concepções evolucionistas (das etapas) e funcionalistas (especialmente a teoria da modernização) do desenvolvimento. A crítica se faz mostrando-se que o *desenvolvimento* que ocorre é *capitalista* e que não pode desligar-se do processo de expansão do sistema capitalista internacional e das condições políticas em que este opera. Por outro lado, a crítica se orienta para mostrar [...] que a análise “estrutural” dos processos de formação do sistema capitalista só tem sentido quando referida historicamente. [...]

Quer dizer, basicamente, que as estruturas condicionantes são resultado da relação das forças entre classes sociais que enfrentam e forma específica em função de modos *determinados* de produção. Trata-se, portanto, de valorizar um estilo de análise que apanha os processos sociais num nível concreto. (CARDOSO. 1979, p. 124)

Cabe ainda determinar o conceito de forma mais adequada e precisa o conceito de dependência. Para tanto, utilizaremos as concepções de representantes das duas vertentes do pensamento “dependentistas”, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Estes autores foram escolhidos por terem travado uma polêmica pública acerca da interpretação da dependência e oferecem uma visão mais complexa da natureza do contexto intelectual do surgimento da *geração de estudos*, conforme proposto no capítulo 2.

3.3.1 A propósito do conceito de dependência

Serão verificados agora os conceitos de dependência na percepção de Cardoso & Faletto (1970) e Marini (1973).

⁷¹ Deste ponto, um parêntese é fundamental, no sentido de fazer justiça em relação ao papel da CEPAL como pólo de produção científica acerca do desenvolvimento latino-americano. A “Escola da Dependência” surge como uma inovação metodológica em relação às utilizadas pela CEPAL, sem, contudo, conseguir romper completamente com os alicerces fundamentais da produção cepalina. Exemplo disso é que os principais formuladores da dependência na América Latina, José Medina Echavarría, Enzo Falleto, Fernando Henrique Cardoso e André Gunder Frank desenvolveram suas primeiras pesquisas em conjunto com a equipe da CEPAL (ILPES) na segunda metade dos anos 60.

[...] o conceito de dependência, [...], pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado e busca-se estabelecer, por seu intermédio as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência utiliza-se como um tipo específico de conceito “causal-significante” – implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado – e não como conceito meramente “mecânico –causal”, que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria “conseqüências” internas”. (CARDOSO & FALETTTO, 1970, p. 23).

Esta percepção evidencia o enfoque “dialético” do método, que abandona a idéia de determinação, recompondo-a como “sobredeterminação”, reafirmando o pólo hegemônico da relação, no caso as nações centrais. Esta relação, externo-interno, será definida por Cardoso & Faletto (1970) como uma relação de “**dominação**”, na qual “o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política” (CARDOSO & FALETTTO, 1970, p. 23). Assim, a dominação não considera que existia uma configuração econômica posterior que irá ser submetida por uma força externa, conforme o modelo clássico de teorias do imperialismo, tratados no item 2.2. Contrariamente, seria a própria “divisão internacional do trabalho” que teria propiciado o surgimento simultâneo dos dois pólos da relação, daí assumir o conceito “causal-significante”.⁷² A descrição de qualquer um dos pólos somente será completa considerando o outro. Os arranjos políticos no interior das nações periféricas seriam modos particulares com os quais cada formação social, historicamente, processou internamente a relação com o capital externo.

Isso implica em considerar que existem diferentes tipos de dependências, não é possível analisar situações de dependência genericamente, a análise concreta de cada situação é o único meio de garantir a precisão do método (este enfoque é mais claro em Cardoso & Faletto). Conseqüentemente, é necessário realizar dois exercícios simultaneamente para que tal proposta metodológica tenha viabilidade analítica. O primeiro, investigar os arranjos institucionais e as alianças e embates entre as classes sociais no interior de cada país periférico, no sentido de definir qual é sua posição em relação aos outros atores e ao capital externo (níveis de integração e formas de interação). O segundo, realizar um trabalho de periodização das situações de dependência, sendo óbvio que este tipo de interação não permanece estático, evolui em conseqüência da maturação do capitalismo (enquanto sistema global único). E, por outro lado, a existência da relação irá constantemente gerar impactos

⁷² Utiliza da idéia de “identidade dos contrários”.

econômicos (fortalecendo e enfraquecendo determinados setores da economia periférica), políticos e institucional - com a criação de um sistema de domínio ao estilo próprio do pólo hegemônico integrado aos agentes externos. E, com isso, também faz surgir oposições à situação dos setores e classes não beneficiadas com a relação com o exterior. Por último, o impacto sociocultural que irá construir determinados padrões de comportamento das classes sociais.

O argumento de CARDOSO & FALLETO (1970) deduz que o arranjo político entre as classes e setores de classe no interior das nações periféricas não será arbitrário. O emprego do conceito de “**dominação**” social é caro à construção teórica dos autores que, a nosso ver, remete à tradição weberiana de conceituação do Estado, indicando:

[...] que el Estado moderno es una asociación de dominación con carácter institucional que há tratado, con éxito, de monopolizar dentro de un territorio la violencia física legítima como medio de dominación y que, a este fin, ha reunido todos los medios materiales en manos de su dirigente y ha expropiado a todos los funcionarios estamentales que antes disponían de ellos por derecho propio, sustituyéndolos con sus propias jerarquías supremas. (WEBER, 1998, p. 92)

É obvio que a apropriação do conceito de “**dominação**” feita por Cardoso & Faletto está tratando de um nível mais específico de análise, enquanto Weber trata como puro conceito, como ele mesmo adverte. Não obstante, a força integradora de um Estado, seja ela de que origem for, se lograr êxito, necessariamente se estabelecerá como poder legítimo para exercer o monopólio da violência. A dependência, segundo Cardoso, estabeleceria uma arquitetura de poder interno que se comportaria legitimamente.

Em resumo, define a noção de mercado, por intermédio de uma crítica que devolve a prioridade devida às considerações que mostram o sistema produtivo e o mercado – em seus diferentes níveis – como o resultado não só de uma prática econômica mas de uma imposição social e política. Toda troca supõe uma definição de regras e toda definição de regras sociais implica a distribuição de possibilidades efetivas de exercício de liberdades e constrangimentos, processo que por sua vez supõe tanto formas definidas de violência quanto modos simbólicos, ritualizados ou pactuados de justificação das ordenações sociais e políticas. (CARDOSO. 1978. p. 58)

Interessante notar que para Cardoso a idéia de “**soberania**” não é explorada na definição da “noção”⁷³ de dependência. Diante da perspectiva que assume, poderia até se deduzir, mesmo se tratando de um exercício pouco confortável, uma vez que, seria necessário atribuir ao autor uma visão limitada de autonomia nacional, na qual as nações periféricas são

⁷³ O autor geralmente utiliza a expressão “noção” no lugar de “conceito” de dependência. A justificativa seria que um conceito retiraria e cristalizaria uma análise que deve ser, por exigência do seu próprio objeto, dinâmica, logo seu tratamento teórico deve ser necessariamente “dialético”.

“formalmente” soberanas para se relacionarem de forma subalterna com outros Estados nacionais. No caso concreto, as relações aparecem de outra maneira, as relações de mercado entre capitais externos e internos são igualadas pelo mecanismo da troca (ambiente onde valores diferentes se igualam), portanto, aparentemente – repito, somente aparentemente - não há assimetria ⁷⁴. Não haveria uma ameaça à soberania, pois os agentes econômicos necessitam apenas que o Estado garanta um controle social e um ordenamento jurídico que proteja a estabilidade das relações comerciais, incentivos fiscais e investimentos públicos, os Estados se relacionando de maneira amistosa, estariam garantindo um bom ambiente de negócios. A idéia de soberania, na perspectiva de CARDOSO & FALLETO (1970), não traria nenhum ganho analítico, uma vez que a “soberania” estaria subsumida nas relações estruturais e históricas resultantes da “divisão internacional do trabalho”, que condiciona papéis distintos para cada país.

Resumidamente, a “noção” de dependência, tal como empregado por Cardoso (1979), tem como objetivo ressaltar que:

- a) as análises do processo histórico de constituição da periferia da ordem capitalista internacional devem explicar a dinâmica da relação entre as classes sociais no nível interno das nações (no caso das situações de dependência mantidas a partir da existência de Estados nacionais);
- b) os condicionantes externos, isto é, o modo de produção capitalista internacional, ‘o Imperialismo’, o mercado externo etc. (ou seja, tanto os aspectos econômicos como os políticos do capitalismo), reaparecem inscritos estruturalmente tanto na articulação da economia, das classes e do Estado como as economias centrais e com as potências dominantes, como na articulação dessas mesmas classes e no tipo de organização econômica e política que prevalece no interior de cada situação de dependência. (CARDOSO, 1979, p. 125)

Cabe agora analisar outra perspectiva de definição da dependência, elaborada por Ruy Mauro Marini em sua obra mais importante, *A Dialética da Dependência* (1973). A produção deste autor soma-se com a percepção de que é necessário estabelecer um arcabouço metodológico próprio para compreender a condição latino-americana, em contraposição ao pensamento marxista oficial vigente à época. “Em suas análises da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura” (MARINI, 1973. p. 137). A América Latina seria o produto da expansão da economia capitalista mundial, que demarcou,

⁷⁴ Na realidade objetiva, como bem apontou Prebisch (1949), existe no circuito internacional de realização das mercadorias, o fenômeno da “deterioração dos termos de troca”, que significa a transferência de valores das regiões periféricas em proveito das centrais através dos mecanismos de troca de mercadorias. Para uma análise mais precisa, consultar Rodriguez (2009, pág. 135).

ao longo de sua constituição, posições determinadas na “divisão internacional do trabalho”. Por isso, a análise da dinâmica econômica e social nesta região deveria considerar sua posição em relação ao todo (sistema). A não observância da particularidade da condição periférica, implicaria na adulteração da própria realidade.

Para este autor, a dependência pode ser “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1973. p. 141).

Para Marini, a relação que se estabelece entre nações centrais e periféricas se expressa como “**subordinação**”, isso implica na ausência de soberania das nações periféricas. Nota-se aqui a diferença em relação à abordagem de Cardoso & Faletto. Para Marini, uma nação subordinada está destituída de possibilidade de ação soberana, os espaços de decisão internos são irrelevantes para sua análise ou, pelo menos, possui um *status* inferior à aquela proposta na abordagem de Cardoso & Faletto. As nações latino-americanas seriam “formalmente independentes”, seriam Estados sem soberania. Esta perspectiva considera a plena subalternidade dos espaços de decisão internos (na periferia) aos interesses das nações centrais. O *status* das nações dependentes não se confunde com a condição colonial, seria um desdobramento da mesma, sem afetar a sua originalidade histórica, sua qualidade nova. A posição de Marini sustenta que as nações periféricas e centrais estão integradas em um todo articulado - sistema capitalista - no qual as nações centrais somente puderam se especializar no setor industrial porque existiam nações dependentes provedoras de matéria-prima e gêneros alimentícios fundamentais para a cesta de consumo dos trabalhadores naquelas nações.

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permite a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial (MARINI, 1973, p. 142).

Marini aborda a dependência enfocando o circuito de produção e realização das mercadorias. Procura construir um modelo a partir da utilização das categorias econômicas fundamentais (mais-valia absoluta e mais-valia relativa) presentes na obra de Marx, em especial n’*O Capital*. O autor ressalta três fundamentos que sustentam seu modelo interpretativo, a saber: (1) integração da América Latina ao mercado mundial; (2) a troca desigual; e (3) a superexploração do trabalho.

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção da mais-valia absoluta para a de mais-relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente como base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção. (MARINI, 1973, p.144)

O modelo de Marini pode ser descrito resumidamente da seguinte forma: Em primeiro lugar, a América Latina cumpre um papel de produtora de gêneros alimentícios e matérias-primas na divisão internacional do trabalho. Esta condição tem raízes na sua herança colonial e, ao se tornarem independentes, os países latino-americanos não possuíam margem de manobra para reorientar seu sistema produtivo e seu papel no mercado mundial, em decorrência de uma série de fatores entre eles: (i) a posição das elites nacionais que possuíam seus interesses vinculados ao capital internacional; (ii) ausência de poupança interna para financiar a industrialização; e (iii) ausência de mercado interno relevante.

Em segundo lugar, a produção de mercadorias, em especial a de baixo valor agregado, terá seu espaço de “*realização*” vinculado ao consumo produtivo do setor industrial das nações de industrialização originária no caso das matérias-primas e no consumo de bens salários, no caso de gêneros agrícolas. Esta situação corroborou para a especialização dos países centrais no ramo industrial, uma vez que poderia converter seus investimentos mais substantivos na promoção da sua base industrial manufatureira.

Em terceiro, o processo de “*substituição de importações*”⁷⁵ que foi a medida que propiciou a industrialização de alguns países da América Latina, continuou sustentado na venda de produtos de baixo valor agregado (matérias-primas e alimentos), e na importação de bens de capital necessários à política de industrialização. Contudo, as relações comerciais são edificadas sob o *intercâmbio desigual*, que permite a transferência sistemática de valores das nações periférica para as centrais, através da fixação de preços no mercado internacional.

[...] transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, [...], permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder

⁷⁵ Existem problemas no entendimento do conceito, como alerta TAVARES (1972), para não cair em armadilhas simplistas, seguimos a trilha aberta pela autora nos seguintes termos: **O processo de Substituição de importações é tomado em “sentido lato, para caracterizar um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial.”** (TAVARES, 1972, p. 41)

gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada. (MARINI, 1973. p. 152)

Em quarto lugar, diante de uma situação de transferência de valor das nações periféricas para as centrais, os capitalistas das primeiras produziram um mecanismo de compensação, que consiste em ampliar a massa de valor produzido, seja através da intensificação da força de trabalho, seja por meio da ampliação da jornada de trabalho, ou as duas formas combinadamente, nos diz Marini (1973, p.153). Assim, “as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas [...], mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 1973. p 153). Uma terceira forma de compensação opera na pressão para a redução dos salários, assim o capitalista diminuiria os custos de produção e reduziria a sua defasagem nas relações de trocas internacional, (MARINI, 1973, p.155). As três formas de compensação resultam no desgaste da força de trabalho e na redução do seu poder de compra. Contudo, devido à alta oferta de mão-de-obra nas periferias e à orientação da produção das nações dependentes para se realizar no mercado internacional, cria-se o que se nomeou de “superexploração do trabalho”, no qual o consumo de bens-salário, nas economias dependentes, é marginal.

Por último, assim a base produtiva das nações periféricas está marcadamente vinculada à produção via a extração da mais-valia absoluta (intensificação do trabalho e aumento da jornada), enquanto nas economias centrais, seria o inverso, ou seja, um predomínio da exploração via mais-valia relativa, no qual o aumento da produtividade reduz o valor via mecanização dos processos produtivos.

Em síntese, o modelo de Marini procura analisar a dependência, mais pela dinâmica do circuito de reprodução do capital, do que pelas posições políticas dos agentes econômicos. Os capitalistas periféricos compensam suas perdas “superexplorando” os trabalhadores, e, portanto, não possuem interesse em romper com a situação de dependência. Por outro lado, Marini, em seu conceito, fala de “*reprodução ampliada de dependência*”, o que expõe o caráter estrutural do seu conceito. Significa assumir que o processo de industrialização, vivido por alguns países latino-americanos - em especial Brasil, Chile, Argentina e México - não

apontaria para a superação da condição de subdesenvolvimento, pelo contrário a reproduziria. Rivalizando com a tese cepalina, a industrialização periférica não abriria caminho para a formação de pólos internos de decisão nas nações dependentes. Uma vez que a industrialização via “substituição de exportações”, não alterou a pauta central da produção dependente, os produtos primários (matérias-primas e alimentos). “A industrialização latino-americana não cria, [...], como nas economias clássicas a própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 1973, p. 170). Assim, a economia dos países latino-americanos tenderia à estagnação, uma vez que o mercado interno não seria vigoroso o suficiente para se configurar como um espaço privilegiado de realização das mercadorias, estando presente aqui a idéia de subconsumo.

3.3.2 Estado, Nação, Desenvolvimento e Democracia nas Análises da Dependência

A proposta deste item é analisar o comportamento das noções de Estado, Nação, Desenvolvimento e Democracia dentro da estrutura dos campos analíticos de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. A pretensão é, neste momento, realizar uma caracterização da dimensão normativa do pensamento de cada autor e com isso procurar dimensionar sua relevância para o pensamento político brasileiro.

Estado, Nação, Desenvolvimento e Democracia: A Crítica de Fernando Henrique Cardoso

A perspectiva de Cardoso parte de uma crítica incisiva à abordagem cepalina de Estado. Para ele, a centralização do curso do desenvolvimento na estruturas estatais cria a margem para o populismo e o autoritarismo.

A visão implícita do problema do Estado existente nos textos da CEPAL, se os tomarmos como indicadores do grau de ‘consciência social’ dos problemas latino-americanos, aceita, [...] dois princípios cuja contradição formal não assusta aos que pensaram os problemas políticos da região: o estado deve mediar entre os interesses, em benefício dos despossuídos, embora dentro dos limites da democracia, se possível liberal. [...] O estado é recorrentemente pensado como mediador, como Poder Moderador, situado entre as classes. A aceitação do poder do estado pelos grupos dispensaria o mercado como seu fundamento: não é o interesse racional do indivíduo que, numa ‘sociedade possessiva’ baseada no mercado, impõe a norma da soberania como garantia de sobrevivência. [...] Ele [o Estado] decorreria da necessidade de sobrevivência de todos, da Nação, e não de cada indivíduo. Entretanto, é difícil justificar em termos não ideológicos este estilo de discurso. Sua seqüência lógica-política desemboca no autoritarismo. (CARDOSO, 1972, pp.14-15, grifos do autor)

Neste ponto, a visão do autor comunica explicitamente com a dimensão normativa do liberalismo, no qual a garantia das liberdades individuais no plano contratual do mercado é o esteio de uma ordem democrática. A nação seria um *constructo* ideológico, instrumento de domínio sob a sociedade, e não a expressão coletiva superior da mesma como defende os cepalinos. A ausência de liberdade seria, para Cardoso, um fundamento do nacional-desenvolvimentismo, em última análise, por que disciplinaria a sociedade para as exigências do desenvolvimento.

Quando este modelo político de desenvolvimento ultrapassa certos níveis [...] toca limites altamente perigosos para o próprio estilo de desenvolvimento, para não mencionar seus efeitos propriamente políticos. [...] Se as tendências autocráticas inerentes aos regimes burocráticos-desenvolvimentistas conseguem, em função das lutas internas entre cliques, do temor do inimigo interno, em nome da ‘teoria do cerco’, ou por qualquer dessas razões (reais ou imaginárias), implantar o terror de Estado ‘para acelerar o desenvolvimento’, as consequências disso, não só para o regime ou para o seu êxito econômico, mas para o conjunto da vida nacional e para a sociedade, poderão ser altamente negativas e duradouras. (CARDOSO, 1971b, p.29)

Cardoso aposta na polarização entre sociedade civil e Estado, para construir contrapesos às ordens burocráticas, tanto das grandes corporações quanto do Estado. “Creio mesmo que o problema político fundamental hoje é o de compatibilizar um conjunto de liberdades básicas [...] com um mundo que aparentemente continuará sendo dominado pelas grandes burocracias” (CARDOSO, 1972, p. 26). A democracia para Cardoso será alcançada com a criação de contrapesos às tendências burocráticas, que serão alcançados com a conquista da liberdade de informação, da responsabilização individual dos funcionários do Estado pelos seus atos, e a garantia das liberdades civis. O Estado, portanto, deve ser contido pela sociedade civil; sua autonomia sobre ela, não significa outra coisa senão autoritarismo-burocrático.

A democracia e a liberdade individual, na perspectiva de Cardoso, estão contrapostas à idéia de Estado, desenvolvimento e Nação. Para o autor o desenvolvimento, via impulso estatal é estruturalmente autoritário e burocrático, a participação das massas dentro do regime nacional-desenvolvimentista se configura como populismo e ritualização do processo político, e a Nação é um artifício ideológico que legitima as elites nacionalistas. Que margem de manobra há, no sentido de convergir desenvolvimento nacional e democracia? No pensamento de Cardoso, a resposta é negativa.

A perspectiva apresentada por Cardoso no plano político é a construção de um regime democrático liberal. No plano econômico, seria a integração da economia brasileira ao modelo de desenvolvimento associado e dependente. O resultado desta inserção é a ampliação da capacidade econômica via internacionalização do mercado brasileiro. Esta proposta é a perspectiva de desenvolvimento dissociado da construção da Nação. Neste ponto, para Cardoso, o Golpe Militar de 64 cumpriu um importante papel na derrota da ideologia nacional-desenvolvimentista e na desobstrução dos empecilhos legais e burocráticos que constrangiam a inserção do país ao novo ciclo de acumulação capitalista internacional.

O texto intitulado “*O Modelo Político Brasileiro*”, escrito por Cardoso, em 1971, reflete com clareza meridiana a concepção do autor:

Que sentido tem, [...] reviver o ideal da Nação baseado no pressuposto econômico de um setor empresarial local ativo e de um Estado a ele ligado, que faça uma ponte com a massa popular? Não terão ruído as bases econômicas (a empresa estatal autônoma e a empresa privada nacional independente) de tal projeto? Não será um anacronismo continuar pensando a Empresa Pública como germe daquele modelo? Como poderão atuar os referidos setores nacionalistas da classe média? Se não quiserem limitar-se a sustentar uma ideologia que não aponta caminhos práticos para sua implementação, eles serão obrigados a redefinir radicalmente o conteúdo do nacionalismo, ao ponto de não ser possível compreender à luz do vocabulário anterior a 1964 o que se entende hoje por nacionalismo.

É neste sentido limitado de uma ‘revolução econômica burguesa’ que se pode pensar nas conseqüências revolucionárias do movimento politicamente reacionário de 1964. Ele pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas modernas de dominação econômica. Neste sentido modernizou a máquina de um setor público da economia que passou a integrar-se no contexto do capitalismo internacional. (Cardoso, 1972, pp.70-71)

Fernando Henrique Cardoso reconhece uma dimensão supostamente “progressista” do Golpe Militar, em termos de desenvolvimento capitalista no Brasil. Isso também explica porque o autor, crítico do nacional-desenvolvimentismo e defensor do processo de redemocratização brasileiro, foi em grande medida, pouco contundente na crítica ao Modelo Brasileiro de Desenvolvimento ⁷⁶colocado em execução pelos intelectuais do regime militar. O pensamento de Cardoso se construiu na crítica à CEPAL, ao ISEB, aos comunistas e neomarxistas da “teoria da dependência marxista”, porém assumiu um tom fatalista em relação ao desenvolvimento dependente e associado, uma espécie de labirinto sem saída da dependência, não propôs nenhuma alternativa, nem ao nacional-desenvolvimentismo, nem algo no lugar a “revolução socialista”. Mantega (1997, p. 49) afirma que a crítica de Cardoso ao

⁷⁶ Este modelo patrocinou “a abertura das portas do País para o ingresso de capital estrangeiro” (MANTEGA, 1997, p. 16), o que vinha de encontro com a análise do “desenvolvimento capitalista associado e dependente” de Cardoso.

regime militar e especialmente ao “desenvolvimentismo autoritário” conduzido pela equipe econômica dos generais, poderia ter sido mais contundente. É certo que poderia, mas não foi. A crítica exposta, por exemplo, em trabalhos como *Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro* (1980), no qual o autor analisa a situação do regime seu caráter liberal-conservador e os interesses de classes em disputa dentro da “conjuntura de poder” do círculo dos generais. No entanto, apesar de apresentar as consequências deletérias política econômica do modelo, não avança além da superfície dos fatos. A contradição principal identificada por Cardoso era o regime “burocrático–autoritário” e não o modelo que impulsionava a integração dependente. Ao que tudo indica, sua crítica era no sentido de promover a democracia; porém, em termos de condução da política de desenvolvimento nacional, tinha acordo com a associação com os capitais internacionais.

As formulações de Cardoso ocupam um lugar no pensamento político brasileiro que estabelecem a democracia como “valor universal”, e sua afirmação está em consonância com os postulados do liberalismo econômico, ou seja, a rejeição do Estado como “força motivadora” do desenvolvimento. A questão nacional não é uma questão a ser resolvida, é uma problemática superada pelo curso do desenvolvimento capitalista mundial. Converte-se com Schumpeter, é o “empresário” o *agente do desenvolvimento*, porém não é o nacional necessariamente, mas aqueles que detêm a liderança dos setores dinâmicos no nível internacional. O *processo do desenvolvimento*, para seguir o modelo schumpeteriano, está na associação com o capital externo e na especialização dos setores competitivos e modernos da economia brasileira, aqueles capazes de ocuparem nichos importantes no mercado exterior. O *objetivo* é o estabelecimento de uma “ordem social competitiva” e democrática, mesmo que injusta.

Estado, Nação, Desenvolvimento e Democracia: A Crítica de Ruy Mauro Marini

Para Ruy Mauro Marini, a conexão entre superação da dependência e ruptura com o capitalismo é questão pétrea. A articulação entre centro-periféria se constitui o ponto central da reprodução do sistema. A dependência se coloca como base da reprodução ampliada do capital.

Dessa maneira, a teoria da dependência levava a descartar a noção do desenvolvimento capitalista autônomo, cara aos cepalinos, e a considerar que a dependência não poderia ser superada nos marcos do capitalismo. [...] Nos autores mais radicais, ela conduz a ligar explicitamente anti-imperialismo e anti-capitalismo, o que implica que a luta contra a dependência se concebia necessariamente como luta pelo socialismo. (MARINI, 1992, p.89)

Marini ratifica as teses de Andre Gunder Frank, as quais advogam que qualquer desenvolvimento em um quadro de dependência apenas reforça a assimetria entre centro-periferia e aprofunda a situação de dependência. A burguesia nacional, por sua vez, seria um setor incapaz de conduzir qualquer iniciativa de desenvolvimento autônomo, sendo definitivamente subordinada aos interesses do capital externo. A dependência é, para Marini, a ausência de soberania de fato, uma vez que não existe um pólo de decisão interno realmente efetivo. Deduz-se, deste modo, que a dependência é a situação da ausência da Nação.

O Estado, para o autor, seria a expressão institucional-coercitiva dos interesses da classe dominante local, associada ao capital internacional. Reforça a idéia clássica da tradição marxista ortodoxa, o Estado como o “comitê executivo do interesses da burguesia”. Em decorrência dos golpes militares latino-americanos, esta abordagem restritiva da natureza do Estado ganha força, na obra do autor e na esquerda do subcontinente como um todo.

Sendo o Estado portador dos interesses da classe dominantes (*strictu sensu*), não poderá ser portador dos interesses da Nação, mesmo porque este é um conceito que parece dispensável para Marini. A análise do autor, parte da classe, não da Nação. Sua visão classista e internacionalista não toma a Nação como categoria política, pelo contrário, denuncia, assim como Cardoso, a dimensão meramente ideológica do conceito. A diferença na abordagem deste tema, entre Cardoso e Marini está em que para o primeiro, mesmo ao realizar uma abordagem que considera a estratificação social por classe, a análise que é transportada por campo normativo é centrada no indivíduo, portador de direitos fundamentais⁷⁷, enquanto o segundo parte essencialmente da classe. Esta diferença substantiva irá determinar o papel da democracia no campo analítico dos autores.

Marini realiza uma distinção entre democracia burguesa e democracia socialista. Esta formulação teórica exclui, de antemão, as possibilidades da democracia, dentro dos marcos do capitalismo, incorporar as reivindicações redistributivas das massas populares. Para Marini, a democracia burguesa é um instrumento sofisticado de dominação ideológica. No entanto, ao discorrer sobre o conceito de “democracia socialista”, o autor deixa clara a dimensão normativa de seu pensamento: “A democracia implica desigualdade no plano das decisões e leva necessariamente a um modo de dominação. A especificidade da democracia socialista reside no fato de que a dominação tende a se exercer predominantemente mediante a persuasão e não a coerção” (MARINI, 2005, p. 212). Mas adiante afirma “A democracia

⁷⁷ Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. Estado e Sociedade no Brasil (Notas preliminares). In: *Cadernos Cebrap* nº 11, São Paulo, Cebrap, 1973.

socialista, que rompe com o individualismo burguês e se assume como expressão da luta de classes, renuncia também à mistificação ideológica com instrumento de dominação” (MARINI, 2005, p. 214).

A visão negativa de Marini, em relação à democracia-liberal desarmou a análise objetiva do processo de democratização brasileiro, em favor de um ideal normativo socialista, que da forma como foi concebido pelo autor, não possuía comunicação com o processo histórico em curso. O resultado foi o afastamento da perspectiva marxista das “Teorias da Dependência” do debate intelectual pós anos 70. A negação dos conceitos de nação, desenvolvimento e democracia implicou no isolamento desta corrente em relação ao movimento real da sociedade e em particular dos trabalhadores.

No entanto, Marini entende a democracia e a soberania como categorias articuladas⁷⁸, o que nos parece adequado. Porém, a soberania somente seria alcançável, de maneira plena, com a superação da dependência, ou seja, com a edificação do socialismo. A questão importante neste ponto é compreender com maior profundidade as ideais de socialismo e transição ao socialismo para este autor⁷⁹, o que foge no escopo deste trabalho.

Em resumo, as contribuições teóricas de Marini, bem como Theotônio dos Santos, situam-se na tentativa de desenvolvimento de uma interpretação marxista da realidade brasileira e latino-americana. Sua leitura compreende diferentemente das abordagens marxistas hegemônicas até a década de 50, o imperialismo não apenas como fator externo, mas como o exterior que se interioriza em todos os setores capitalistas do país. Ao contrário de Cardoso, que entende uma *associação* entre o interno e o externo, Marini percebe uma *subordinação* das classes dirigentes perante o exterior, por sua incapacidade de liderar um projeto de capitalismo autônomo. Assim, indica uma suposta debilidade da burguesia brasileira que se vê impelida a “superexplorar” os trabalhadores e recompor suas desvantagens no “intercâmbio internacional” de natureza estruturalmente desigual. Isso o coloca no campo *circulacionistas*, *subconsumista* e *estagnacionista* da tradição marxista, também chamada de neomarxista.

Para entender seu lugar no pensamento político brasileiro, é fundamental recorrer ao “momento de transição” que expomos anteriormente. É uma abordagem forjada na crise do

⁷⁸ “Em primeiro lugar está a soberania. Na América Latina, falar de democracia implica, como pressuposto necessário, colocar o tema da sua capacidade para a autodeterminação, ou seja, desenhar suas metas em liberdade, atendendo primariamente às exigências dos seus povos. E, assim, evocar o tema da dependência e levar, por isso mesmo, a atender a luta pela democracia como luta de libertação nacional” (MARINI, p.13, 2008)

⁷⁹ Nessa perspectiva, a luta pela democracia é a luta contra a dominação e a exploração de muitos por uns poucos, é a luta por uma ordem social tendente à justiça e à igualdade, é, em suma, ali onde se torna mais definida a luta pelo socialismo, pouco importando os qualitativos que a ele se acrescentem ou os prazos que se estabeleçam para a sua consecução.

modelo nacional-desenvolvimentista, no enfraquecimento da estratégia partidos comunistas na América Latina e, ao mesmo tempo, no calor dos acontecimentos revolucionários em Cuba. Ruy Mauro Marini procurou dar consistência teórica às novas teorias revolucionárias, disputando outra leitura de Marx, a partir da tentativa de “latino-americanizar” o marxismo, percorrendo um roteiro similar ao de Mariátegui. Seu pensamento reflete as angústias do seu tempo, a intangibilidade do desenvolvimento autônomo, de um projeto nacional e de uma democracia real. Na verdade, esta última, segundo o autor, é impossível nos marcos do capitalismo dependente, o fascismo seria o regime apropriado para a condição periférica. A superação desta encruzilhada histórica teria de contar com a organização autônoma da classe trabalhadora e a estratégia insurrecional como condições necessárias à construção do socialismo.

CAPÍTULO 4 – A NAÇÃO E SEU LABIRINTO

4.1 Análises da dependência e a encruzilhada do Pensamento Político Brasileiro

Há momentos na história que as certezas se transformam em angústias, e estas em agonia. As crises nem sempre superam problemas, na maioria das vezes os repõem em outro patamar. A “transição” entre um modelo político nacional-desenvolvimentistas para o modelo de desenvolvimento dependente e associado é marcada por uma profunda tensão teórica e política no interior da intelectualidade brasileira. A intelectualidade do campo nacional-desenvolvimentista (CEPAL, mas também ISEB e PCB) não logrou produzir uma resposta às novas configurações do capitalismo no Brasil, que se sintonizava com o ritmo da acumulação internacional. Então, surgem os grandes dilemas Nação x integração dependente, democracia burguesa x autoritarismo liberal-conservador, socialismo x fascismo, crescimento x estagnação, cidadania x desigualdades sociais, industrialização x distribuição. Surge então a questão: como orientar um projeto nacional em um ambiente no qual a “globalização” se apresenta como destino manifesto?

O golpe militar foi uma tentativa de solução autocrática e mercantil para alguns destes dilemas. Mesmo mantendo um discurso nacionalista, a opção foi uma integração (sob mediação estatal) ao ritmo da acumulação capitalista internacional; remodelou e acelerou o processo de desenvolvimento a partir da contensão das pressões redistributivas das massas trabalhadoras. Enfim, apresentou uma solução que respondeu às necessidades de acumulação capitalista no Brasil. Porém, obstruiu as possibilidades civilizatórias originais contidas na radicalização da mobilização pelas reformas de base do período pré-64. Se estas mobilizações não eram necessariamente socialistas, eram revolucionárias no sentido de transformar os padrões de interação entre as classes, afirmando uma maior autoridade do povo em relação às elites dirigentes. Quais rumos tomaram as “Teorias da dependência” frente a esta encruzilhada histórica? Mas uma vez recorreremos às concepções de Cardoso e Marini (e a polêmica entre eles empreendida) como ilustração das posições da *terceira geração de estudos* acerca dos dilemas apresentados.

A análise da situação de dependência realizada por Fernando Henrique Cardoso ganhou espaço político e acadêmico porque apresentava uma descrição realista do cenário, liberal na concepção, e indulgente em relação a uma suposta fatalidade do desenvolvimento dependente e associado. Sua análise eclética produzia interlocuções diferenciadas, transitava no circuito das esquerdas, mobilizando em seus artigos os “*avatares*” do marxismo. No

entanto, conquistou acento no *mainstream* da sociologia. A abordagem descritiva e empírica de seus trabalhos, seguindo as lições de Florestan Fernandes, rivaliza com a característica predominante no pensamento social brasileiro até então, as “grandes narrativas”. Estabelece a “descrição dos fatos” e a polêmica com os interlocutores com linha de orientação geral, sem, no entanto, se comprometer com a formulação de projetos, de estratégias de mudança social. Isso, no entanto, não demonstra nenhuma fluidez em suas opiniões, se há alguma ambigüidade em suas formulações, são aparentes e marginais se tomadas a partir de seu pensamento como um todo. Há uma lógica própria à sua abordagem que revela as razões que a sustenta. No artigo *As tradições do desenvolvimento-associado* (1974), Cardoso expõe, a partir de sua polêmica com outro dependentista, Ruy Mauro Marini, o que ele chama de “cinco teses equivocadas”, reveladora da matriz análise. Vejamos:

“*Primeira Tese: o desenvolvimento capitalista na periferia é inviável*”. Cabe assinalar de início, que a forma como foi formulada a “tese” atribuída a Marini é uma distorção, este autor defende a impossibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo na periferia, o que é diferente. A tese “mariniana” é similar á de Gunder Frank “desenvolvimento no subdesenvolvimento” que reproduziria ampliamente a dependência, não obstante há desenvolvimento capitalista. Cardoso sugere que esta tese é uma “reminiscência da ideologia *narodnik*” (1974, p.45), utiliza Lênin contra o marxismo de Marini, denunciando a “poluição” ideológica da presente tese. O desenvolvimento capitalista na periferia dependente combina a lógica segregadora da ordem do capital (acumulação – exploração) com o dramático processo de pauperização das classes populares (predominante nos países subdesenvolvidos). O resultado deste encontro é a radical desigualdade social, marginalização populacional e estabelecimento de um nível precário para as maiorias. Tudo isso é verdade, o que não significa que o capitalismo não esteja se desenvolvendo, mas que este desenvolvimento não requer justiça social nos diz Cardoso (1974, pp.46-47). Logo, **o desenvolvimento do capitalismo na periferia é viável**, e inevitável segundo a formulação do autor.

“*Segunda tese: o capitalismo dependente está baseado na exploração extensiva da mão-de-obra e preso à necessidade de sub-remunerar o trabalho*”. Aqui, Cardoso polemiza com as teses de tendência à *estagnação* e ao *subconsumismo*, defendidas por Marini. Afirma, utilizando Marx, que a não é a competição entre os trabalhadores que reduz o preço da força de trabalho, mas a elevação da “composição orgânica do capital”, a estrutura dinâmica do capitalismo é o aumento da produtividade via inovação tecnológica (automatização). A lógica de Marini indica a falta de dinamismo do capitalismo na periferia, o que para Cardoso não procede. A acumulação na periferia busca alcançar níveis mais elevados de produtividade, por

que esta é a lógica do sistema de produção, não seria diferente em sociedades dependentes. Logo, **mesmo que não promova distribuição de renda, a industrialização da periferia busca elevar dentro do ritmo que lhe é próprio, a “composição orgânica do capital”, e a maior produtividade.**

“Terceira tese: as burguesias locais deixaram de existir como força social ativa”. Rivalizando com a tese de “lumpen-burguesia” de Gunder Frank, de certa maneira compartilhada por Marini, Cardoso afirma: “O que deixou de ter qualquer função foi a “ideologia do desenvolvimento nacional burguês”, não as burguesias locais” (1974, p.50). E completa “reconhecer que as burguesias nacionais não se comportam como o ideário nacional-populista prescreve, não deve implicar em desconhecer que a forma adotada pelo desenvolvimento-dependente beneficia as burguesias locais e promove sua expansão” (1974, p.50). **Cardoso defende que a burguesia local tem um papel no processo de desenvolvimento, obviamente não é a força propulsora do mesmo (papel exercido pelo capital externo), mais isso não implica e minorar sua importância no modelo.**

“Quarta tese: a penetração das empresas multinacionais leva os Estados locais a uma política expansionista”. Neste campo, é a tese do “subimperialismo” que está na “alça de mira” do sociólogo uspiano. Aqui, o autor contrapõe a tese mariniana, com dados empíricos: (1º) as multinacionais que se instalam em países de industrialização recente (Brasil, México, Chile, Argentina) estão procurando explorar matérias-primas, força de trabalho e o próprio mercado interno; outra parte da produção estaria sendo realizada em mercados metropolitanos. (2º) A maior parte do comércio externo brasileiro destinado ao espaço regional sul-americano é composta de produtos de baixo valor agregado e sua origem são as empresas nacionais, portanto as multinacionais não têm relação direta com este processo.(3º) Não há uma corrida expansionista no plano regional, no qual o Brasil esteja envolvido, o que seria uma das características do imperialismo, segundo Cardoso. **Não há, portanto uma exigência intrínseca entre a internacionalização do mercado interno brasileiro e uma ação expansionista no espaço regional.**

“Quinta Tese: o caminho político do Continente está frente a uma encruzilhada – “socialismo ou fascismo”. Segundo Cardoso, a tese levantada por Marini e Theotônio dos Santos, sobre o dilema político latino-americano acima exposto é apenas uma bandeira de agitação. Segundo o autor, todos os países vivem a contradição que é própria do capitalismo, ou seja, a exploração do trabalho, e que em tese o socialismo seria a superação desta condição. “Mas é um equívoco pensar que os regimes autoritários e burocráticos que constituem a resposta política reacionária das classes dominantes locais frente ao desafio do

movimento urbano de massas, [...] se orientarão na direção do apartheid social” (CARDOSO, 1974, P. 54). Autoritários sim, fascista dificilmente, uma vez que estes regimes militantes não são mobilizadores sociais, não organizam um partido que justifique ideologicamente o totalitarismo, o discurso da ditadura brasileira era outro, o da defesa da democracia contra o totalitarismo comunista, Cardoso (1974, p.54). Da mesma forma, as bases sociais do regime são distintas do modelo clássico de fascismo, não são as grandes empresas que estabelecem-se no Estado, mas uma composição que envolve prioritariamente setores burocráticos do Estado, o que o autor chama de “burguesia de estado”, que envolvem inclusive setores das classes médias especializadas, não possuem o controle do meios de produção, por isso se apegam ao Estado como instrumento de manutenção dos seus privilégios. **Para Cardoso, a tese do fascismo como único regime possível para as sociedades dependentes não é rigorosa com o significado do termo, e não corresponde apenas a um jogo de palavras, mas a uma visão da impossibilidade da democracia em sociedades dependentes, o que o autor discorda veementemente.**

As teses acima, que figuram como as polêmicas no interior da *terceira geração de estudos*,⁸⁰ são uma tentativa de respostas aos dilemas do que chamamos “momento de transição”. O argumento realista liberal-democrático sustentado por uma análise marxista “sintética”⁸¹ de Cardoso, propicia ao autor uma maior desenvoltura na seara da “análise política” corrente, porém não supera a tensão entre economia e política em sua obra. A idéia do condicionamento do político pela “gaiola de ferro”, para usar uma metáfora filiada à tradição do autor, do econômico é presente em toda sua obra; “afinal o mercado dita os limites da política”, diria. Entre a “ética da convicção” e a “ética da responsabilidade” weberiana, Fernando Henrique Cardoso opta pela segunda, como observa Valencia & Martins (2011). Executa esta “ação racional” aplicada à teoria, no pano de fundo desta se sobressai à precariedade da política diante da virtuosidade efusiva dos condicionamentos econômicos (por que não estruturais?) da situação de dependência⁸².

⁸⁰ Dois textos ilustram com maior detalhe o sentidos e os termos da polêmica entre dos campos analíticos no interior das “teorias da dependência” (1978) são eles “As desventuras da Dialética da Dependência” de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, que critica as formulações de Marini em *A dialética da Dependência* (1973). Um segundo texto *As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra)* (1978) de autoria de Ruy Mauro Marini, responde as críticas realizadas no texto de Cardoso & Serra, demarcando com a concepção de desenvolvimento associado de seus críticos.

⁸¹ Referência à utilização das categorias analíticas do marxismo sem compromisso com a dimensão normativa desta teoria.

Mesmo que em algumas passagens, o autor utilizar o termo “sobredeterminação”, que tenta mediar o conflito acima, não avança para o entendimento da “co-determinação” entre o econômico e o político, esferas que se apresentam separadas apenas em uma dimensão analítica muito particular. Qualquer leitura “integral” de uma situação concreta necessita não apenas descrever as duas dimensões, mas analisar o concreto como uma totalidade. Um caminho é retomar o conceito de “economia política”, porque as leis “gerais” do mercado são atos humanos, produto de um tipo específico de exercício do poder; se ganha em algum momento autonomia, ela é sempre relativa e não está isolada das razões e interesses daqueles que se beneficiam da tal contexto.

Como fazer política frente aos constrangimentos de proporções monumentais impostos pelo mercado capitalista em processo de “globalização”? A resposta de Cardoso é clara: realizar a política “possível”.⁸³ A política se torna ação na correlação de forças, a análise focada na “conjuntura do poder” dos agentes sociais, não estende sua significação para a idéia de *projeto*, como o fazem os cepalinos e marxistas. Aí emerge mais uma vez sua matriz weberiana, condizente com a formulação do clássico sociólogo: “O Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência. Daí “política”, para nós, significa a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado”. (WEBER, 1982, p.98). Mesmo contendo sentido em um determinado nível de análise, este conceito não expressa a totalidade na significação política. O poder, na abordagem weberiana, e consequentemente a política, se tornam conceitos unidimensionais, o “poder **sobre**”. Política é isso, mas não apenas. Não há nesta abordagem a possibilidade da política como *projeto* no intuito de posicioná-la, no sentido teórico e prático, em termos de realização, ou “poder **para**”. Sentido reivindicado tanto pelos nacional-desenvolvimentistas, e em especial Celso Furtado, na idéia de construção da nação; mas também pelos marxistas das mais diversas vertentes, que aponta para a edificação do socialismo. A política não é apenas lidar com os condicionamentos, que conduz necessariamente ao fatalismo, mas criar novas possibilidades. Ser realista na análise não implica em ser fatalista nas conclusões. A leitura de Cardoso aborda as perspectiva de desenvolvimento, fora do padrão associado-dependente, como impossível. A significação da obra deste autor para o pensamento político brasileiro estará alojada na consolidação de uma

⁸³ Este fato colabora na compreensão sobre a crítica branda de Cardoso ao desenvolvimento autoritário e “internacionalizante” do Regime Militar, conhecido como Modelo Brasileiro de Desenvolvimento. Sua crítica não está na abertura para o capital externo, mas na ausência de democracia.

perspectiva democrático-liberal, e ao mesmo tempo na tentativa de sepultamento de uma rota de desenvolvimento autônomo.

Ruy Mauro Marini,⁸⁴ por sua vez, assume a idéia de política como *projeto*, sua intervenção, é menos descrição (ao estilo de Cardoso) e, mas uma denúncia contra os efeitos desagregadores do desenvolvimento dependente. A pretensão de sua “teoria” é mais ousada do que a realizada por Cardoso, pois procura, ao analisar a dependência, organizar um subsistema de pensamento que esclareça sobre o padrão de interação entre os países centrais e a América Latina. Mesmo reconhecendo as particularidades desta interação, no tocante às diferenças de estruturas econômicas dentro do subcontinente, sua abordagem é predominantemente latino-americanista. Como método, propõe uma leitura de Marx, em especial d’*O Capital*, para extrair daí as bases de sua argumentação. Há nele uma “angústia” pelo rigor da teoria, porém rigor para o autor e para seus críticos seria uma “a melhor leitura” do cânone, o que leva a famosa “querela de escolas”. Por um lado, Marini acusa seus críticos comunistas de “ortodoxos”, e estes últimos o autor de “neomarxista”. Não faz parte do objeto deste trabalho a discussão sobre um suposto “verdadeiro marxismo”, mas analisar como a teoria mariniana da dependência se justifica. Assim sendo, o autor e seus interlocutores mais próximos – Gunder Frank e Theotônio dos Santos – se apóiam em uma leitura marcadamente econômica do marxismo para alicerçar a interpretação política da dependência.

Como já foi destacado inicialmente no item 2.4.4, esta leitura de Marx, pretendida pelo autor está sustentada, a nosso entender, menos no fundador do materialismo histórico e dialético, e mais na interpretação de Rosa Luxemburgo sobre o imperialismo (cf. item 2.2.3). A inovação realizada por Marini em relação àquela teoria está basicamente sustentada na caracterização dos espaços de expansão do capital. Se em Luxemburgo, o imperialismo é o resultado da drenagem de excedente econômico de regiões não capitalistas para as potências capitalistas, lógica que é inerente ao sistema, sem a qual não haveria reprodução ampliada do capital, para Marini este mesmo processo se dá entre áreas capitalistas dependentes e capitalistas industriais. Daí a importância do conceito de “intercâmbio desigual” na obra do autor. Como Rosa Luxemburgo, Marini executa uma leitura até certo ponto excessivamente econômica do Imperialismo. Por derivação desta lógica, o autor latino-americano comunga das idéias de subconsumo, estagnação, e impossibilidade do desenvolvimento capitalista periférico autônomo.

⁸⁴ Não cabendo aqui retomar toda sua produção teórica, já debatida durante o curso de nossa argumentação em seus aspectos gerais. Buscaremos frisar aqueles pontos diretamente relacionados à problemática em questão.

Ruy Mauro Marini possui uma leitura bastante restritiva em relação ao Estado. Não é a crítica liberal de Cardoso ao “estatismo”, mas a clássica caracterização marxista sobre a natureza burguesa do Estado. Seus pontos de apoio estão em Engels, *A origem da Família, da propriedade privada e do estado* (1884) e Lênin, *O Estado e a Revolução* (1917). Não há no autor uma contribuição significativa neste tema, apenas uma negação do Estado “burguês” como instrumento de um projeto de desenvolvimento periférico. Para Marini, a burguesia latino-americana é fraca e subalterna, o que vale igualmente para o Estado por ela dirigido. O Estado na América Latina seria uma sucursal do poder externo, sem nenhum espaço de autonomia importante. Uma tese questionável por sinal, mas bastante difundida durante as décadas de 60 e 70, como o próprio autor reconhece. A vitória do M-26 em Cuba (1959), uma guerrilha sem recursos que parte de uma situação inicial militarmente desfavorável parecia comprovar esta tese, sendo difundidas por interpretações voluntaristas do evento cubano e pela ansiedade de boa parte da esquerda européia, sobretudo francesa. Marini (1969, pp.125-126) confirma o significado da Revolução Cubana em sua formulação, identificando o socialismo não apenas como possível, mas como a única alternativa à dependência e ao fascismo.

Sendo o Estado burguês e periférico, com tendência ao fascismo, a democracia não se torna viável neste contexto, tese realmente divergente daquelas desenvolvidas por Cardoso. A contradição para Marini não estava entre autoritarismo x democracia, mas entre socialismo x fascismo. Sendo assim, e até mesmo para demarcar com os Partidos Comunistas, sua formulação é, ao mesmo tempo, uma crítica à democracia “burguesa” e ao “autoritarismo” soviético, formulando uma versão para o chamado socialismo-democrático, em Marini (1993).

Para o pensamento político brasileiro, a obra de Marini significa uma tentativa de situar o Brasil no contexto latino-americano. Sua idéia de integração do subcontinente, no entanto não está baseada em acordos entre Estados - mesmo reconhecendo no final de sua vida a importância dos mesmos, (MARINI, 1992) – sua perspectiva é integração dos povos em um ambiente de solidariedade. Em sua visão, não há possibilidade de ruptura com a situação de dependência de forma estritamente nacional. Então, aguça em seu pensamento o internacionalismo emancipatório, em contraste com o cosmopolitismo integrador de Cardoso. Marini, por sua vez, e por outra rota, chega a conclusões semelhantes àquelas propostas por Cardoso em relação à impossibilidade do desenvolvimento autônomo, com a diferença de que é possível a superação da dependência por via da revolução socialista.

Na encruzilhada do pensamento político, as análises da dependência significam uma nova bifurcação, duas rotas alternativas ao nacional-desenvolvimentismo. Um dos caminhos, o democrático, porém restrito em autonomia, o outro revolucionário e carente de amplitude. Diante deles a muralha autoritária.

4.2 O lugar da Nação nas “Teorias da Dependência”: notícias de um desencontro

Em linhas gerais, a problemática nacional é esvaziada nas análises da dependência nesta geração de estudos. A democracia é a nova idéia-força que ganha espaço entre a intelectualidade de esquerda e os críticos liberais aos regimes militares no continente. O discurso democrático se comportará como instrumento contra o nacionalismo desenvolvimentista cepalino e comunista, explorando as limitações destas correntes de pensamento em relação à formulação de uma proposta democrática de sociedade. Tanto os comunistas quanto os cepalinos contribuíram enormemente para a consolidação da idéia de Nação no seio da cultura política latino-americana, especialmente brasileira. Este projeto, conforme defendeu Furtado, ainda não tinha conseguido avançar na articulação elaborada entre democracia e desenvolvimento nacional, o que levou a serem criticados por uma hipotética “nuance autoritária de pensamento”.

Além das motivações anti-estatais de orientação liberal de Cardoso e a relação teórica conflituosa do marxismo com o Estado expressas em Marini, o desencontro entre a questão nacional e as “Teorias da dependência” se apresenta transvertida, outrossim, como uma questão de método. A Nação não seria base segura para o cientista social, tampouco plataforma para a classe trabalhadora e a burguesia local, segunda aquelas interpretações.

O método analítico dependentista reivindicou a análise das relações de classes sociais como o instrumento capaz de interpretar cientificamente a realidade latino-americana. Mesmo procurando construir um *approach* periférico no campo da teoria, acabam por executar a mesma operação que criticam o transporte mecânico de categorias e “tipos ideais”, não no campo do conceito, mas no campo do método. Em muito dos autores desta geração, como foi exposto no item 2.4, há um requisito implícito: a existência de classes “puras”. Mesmo que alguns autores, com Florestan Fernandes, ponderem sobre esta condição, a operação analítica ainda caminham no sentido de tomar as classes sociais deslocadas de sua trajetória histórica específica.

Logo, classes se comportariam a partir de suas “funções” específicas dentro do modelo de produção, retirando das mesmas qualquer possibilidade e positividade no campo da

política, entendida como arena de interação, competição e criação. Evidentemente as classes existem, e suas posições dentro das estruturas da formação social latino-americana importam. No entanto transformar a análise de classes em “*deus ex machina*” nos parece equivocado. A nosso ver, surge um tipo de “classismo metodológico”, que em alguns autores ganha contornos liberais, mesmo na reivindicação de uma influência marxista, como os casos de Cardoso & Faletto e Weffort.

Há uma forte tendência a uma leitura “funcionalista” das classes, que mesmo tendo uma argumentação aproximada do marxismo, se equivoca em retirar da análise a idéia de sujeito e história, ou quando analisa o sujeito, o toma de forma abstrata. Em outras palavras, lhe atribui um comportamento típico a partir da divisão do trabalho, sem considerar a trajetória que o efetiva enquanto pertencente a uma classe, ou seja, não “historiciza” o sujeito. O exemplo disso é o tratamento que dá ao fenômeno do “populismo”, no qual a classe operária aparece como massa de manobra no acordo das elites, ou seja, os trabalhadores não fariam política dentro deste arranjo, não seriam sujeitos. Pode-se abrir o debate sobre a tática e a estratégia dos partidos de esquerda bem como as entidades de classe, avaliando se foram apropriados ou não para seus objetivos mediatos e imediatos. É diferente do que tratá-los como meros espectadores dóceis (ou “traidores”) da classe diante do curso dos acontecimentos. Dentro do quadro nacional-desenvolvimentista, os trabalhadores não podem ser tomados como ingênuos, não são, fazem política. No período do chamado “populismo”, os trabalhadores atuavam dentro de uma tática reformista de ampliação de direitos e consolidação de sua autoridade enquanto classe. Evidentemente, conheciam os limites dos outros componentes da aliança, isso não impediu a formação de uma plataforma comum rumo ao desenvolvimento nacional, assumindo a contradição entre as classes que a integrava. A industrialização *a priori*, não esteve em contradição com os interesses da classe trabalhadora, que ganhou experiência neste processo, pressionou pelas reformas de base, porém os acontecimentos de 64 derrotaram as possibilidades em gestação. É importante reconhecer o papel que as massas trabalhadoras na aliança nacional-desenvolvimentista, para evitar o erro de atribuir-lhe uma posição apática e pré-política.

A análise de classe que não reconhece a questão nacional como componente, desconsidera em grande medida a dimensão histórica da formação social, do Estado, da cultura e da ideologia presente na formação da subjetividade dos diversos estratos sociais. A definição conceitual de classe social implica em conhecer o lugar que ocupa certo grupo de indivíduos, em relação à propriedade, o que determina sua forma de apropriação da riqueza

socialmente produzida e, portanto, sua forma de reprodução enquanto classe⁸⁵. A posição estrutural de uma classe revela sua existência, mas não esclarece *completamente* sua cultura, seu comportamento, suas pretensões futuras e interesses imediatos. No campo programático, há soluções políticas variadas para a consolidação da “classe para si”, justamente porque a história de cada país e região geográfica é distinta, mesmo dentro do curso comum da expansão mundial do sistema capitalista. No campo teórico-analítico, tomar as classes como sujeitos puros e funcionais é a eleição de “tipos ideais” como critério de partida, é transitar da abstração para a materialidade, sem mediações necessárias ao entendimento das situações concretas nas quais as mesmas se manifestam. O “classismo” tomado desta maneira é tão ideológico quanto o nacionalismo burguês, outrossim, não menos mistificador.

Para ser coerente com a proposta de uma análise de situações concretas, forçosamente o pesquisador não pode tomar seu objeto em abstrato. Óbvio, a análise das classes sociais tanto em um nível de abstração alto, quanto em uma dimensão concreta e conjuntural, são indispensáveis, mas o equilíbrio entre as duas é fundamental. Marini toma as classes como critério de interpretação absoluto, isso o leva a *deduzir* um comportamento revolucionário das mesmas, interpretando uma possibilidade como condição inerente. Neste sentido, mais uma vez, se aproxima das concepções políticas de Rosa Luxemburgo.

Cardoso procura “concretizar” sua análise de classe a partir da pesquisa empírica. Mesmo rejeitando explicitamente o empirismo, não deixa de utilizar o mesmo como prova material da validade de suas interpretações. Basta verificar que grande parte de sua obra, principalmente aquelas em que discute a ideologia da burguesia nacional, está repleta de citações em relação ao seu trabalho *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1963), pesquisa realizada a partir de entrevistas com empresários das grandes companhias nacionais. A conclusão que chega neste trabalho é que a “burguesia moderna” brasileira não é nacionalista, age de acordo com interesses imediatos. Ela se adaptaria as condições que lhe favorecem, aliando-se ao capital estrangeiro, ao Estado ou os setores “tradicionais”, ao sabor da conjuntura estabelecida, não possuiriam, portanto, uma “visão” de projeto nacional, não seria nacionalista ou progressista. Tal pesquisa se comporta como o alicerce, o critério de verdade, de boa parte da obra de Cardoso. O sociólogo paulista deduz das opiniões individuais de membros da burguesia o interesse da classe. Este procedimento obviamente não corresponde a uma análise marxista da classe, uma vez que classe social (para Marx) não é um ajuntamento de indivíduos, com foi dito antes, é uma posição em relação aos meios de produção. Se a burguesia se

⁸⁵ Cf. MARX, Karl. O Capital. Capítulo LII, tomo III. In: SANTOS, Theotônio dos. *O conceito de Classes Sociais*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982. pp. 51-52.

comportasse ao sabor dos interesses particulares de cada um de seus membros, a sua reprodução “enquanto classe” estaria seriamente ameaçada. Daí a necessidade do Estado, imprescindível para a manutenção do circuito de acumulação ampliada do capital, ser um instrumento de coesão social que media, em alguns momentos orienta, o sentido da reprodução das classes.

A análise supostamente de classes de Cardoso parte, na realidade, dos indivíduos, que pode funcionar como uma pesquisa de opinião, válida em dimensões analíticas bastante restritas, mas tomá-la ao estilo do autor, é no mínimo inflacionar a vigência de seus resultados. Sua análise tem como pressuposto indivíduos⁸⁶ racionais agindo de acordo com seus interesses calculados. Cria-se um “tipo ideal”, o empresário moderno brasileiro, com as características descritas acima. Surge então a pergunta: O que é racional para os indivíduos é racional para classe da qual fazem parte? A nosso juízo, a resposta é negativa. Pode-se chegar à conclusão de que a burguesia brasileira não é nacionalista, mas não pela “análise de classe” de Cardoso. O rigor e o apego às categorias do autor em tela são virtuais, age no sentido de descaracterizar a possibilidade de uma interpretação que tome como aporte analítico a questão nacional nos estudos sobre a dependência.

Francisco Wefort (1971) e Fábio Wanderley Reis (2008) vêm como problema teórico a não superação definitiva do registro da questão nacional da pretendida “análise de classe” das “Teorias da Dependência”. Evidentemente, mesmo tendo Cardoso expressado que sua abordagem não está vinculada ao registro nacional, é extremamente difícil abordar o tema do imperialismo, das assimetrias entre centro e periferia, sem, mesmo que de maneira constrangida, abordar a questão nacional. Isso se deve a um fato, seja desejável ou não, que o espaço da Nação existe, mesmo que de forma ideológica, porque a ideologia não é abstração, pertence ao código subjetivo de uma determinada sociedade e possuem implicações concretas e objetivas nas demais dimensões da realidade. A análise que não considere este aspecto, sempre pairará sobre lacunas.

Para Cardoso, qualquer iniciativa de modificar o padrão dependente deve se dar em termos de uma “governança” mundial e uma sociedade civil “mundial”. “Não há solução nacional para a questão. Vivo dizendo: globalização não é um valor, não é algo que você queira. Existe. E precisa de controles, porque está indo para um caminho perigoso [...] a crítica da globalização tem que ser global” (CARDOSO, 1998 apud VALENCIA & MARTINS, 2011). O desencontro entre Nação e desenvolvimento se dá nos marcos de sua visão fatalista sobre a onipotência das “leis” do mercado no nível internacional

O desencontro da Nação com a abordagem de Marini tem raízes nas dificuldades do marxismo em estabelecer uma relação teórica com a questão nacional (Cf. PAULA, 2008). Evidentemente, não se caminha no vazio, Marx e Engels reconhecerão a legitimidade e a significação política da libertação nacional irlandesa e polonesa. Lênin foi um dos autores que

⁸⁶ Ao que tudo indica, para Cardoso, o mesmo raciocínio valeria para as empresas.

mais avançou no estabelecimento de linhas gerais de aproximação entre a Teoria Marxista e a problemática apontada, vide sua posição em relação à autonomia nacional dos povos não-russos nos debates sobre a constituição das URSS.

Porém Marini permanece no registro da contradição entre nacionalismo e internacionalismo, que ao nosso entender reflete a sua profunda aproximação com o pensamento de Rosa Luxemburgo. Para a pensadora polonesa, a questão nacional está ultrapassada pela existência de um sistema global capitalista, enxergando o nacionalismo apenas como uma vertente ideológica burguesa, o internacionalismo seria a posição mais coerente para o movimento socialista. A opressão sobre as nações periféricas deveria, segundo a autora, ser superada por meio da revolução internacional⁸⁷. Marini fundamenta a inviabilidade da questão nacional nestes mesmos termos, mesmo que em um dos últimos textos de sua vida, *América Latina: Dependência e Integração* (1992), reduziu a resistência em assumir a questão nacional como elemento ativo da emancipação política e econômica latino-americana. Mesmo assim, parece assumir uma posição correlata à de Valencia & Martins (2011), “O espaço nacional é limitado e ao mesmo tempo estratégico para formar as bases de um desenvolvimento que rompa com a dependência”. Assim a nação é tomada na sua dimensão instrumental para a conquista de um patamar internacionalista de enfrentamento à dependência, tese que parece ter alguma convergência com as posições de Fernandez (2007), ao interpretar o processo revolucionário cubano. O que significa mudança bastante significativa em suas posições expostas na década de 70.

De qualquer forma a obra de Marini, não foi marcada pela reflexão sobre a questão nacional brasileira. A questão da Nação, tratada em sua obra tardia, foi apresentada em termos gerais ou latino-americanos. Não se debruçou, portanto, sobre as idiossincrasias da formação brasileira, sua maneira particular de estabelecer a Nação como um *projeto* de povo.

O lugar da Nação nas “teorias da dependência” ou aparece como o não-lugar, enquanto impossibilidade manifesta, ou como um instrumento sem identidade, funcional para a realização de uma intervenção revolucionária internacional. Por fim, um lugar do desencontro.

⁸⁷ Cf. Buzzeto (2011). Neste artigo oferece uma apresentação sucinta da polêmica entre Lênin e Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional.

CONCLUSÕES

O objetivo perseguido nesta dissertação foi analisar como as “Teorias da Dependência” se relacionam como a questão nacional brasileira. O caminho desta análise recompôs o conceito de dependência no seu percurso de formação, permitindo conhecer sua história e evolução. Ao identificar as linhas gerais conectivas desta trajetória, procuramos situar o “lugar” das análises da dependência no pensamento político brasileiro. Neste ínterim, mostraram-se necessária a exploração dos conceitos, categorias, polêmicas que criam os contornos do objeto analisado. O registro do movimento (trajetória e contexto) das análises da dependência propiciou uma melhor compreensão do campo normativo dos autores, do *motivo condutor* das interpretações, do *status* atribuído à Nação em cada arquitetura conceitual das “teorias” visitadas.

1. A primeira consideração a ser feita é relativa à gênese das idéias de dependência. A literatura nos convence que o estudo do fenômeno da dependência está estreitamente imbricado com as análises do imperialismo. Não é, portanto, uma novidade teórica, mas um tema que percorre três gerações de estudos sobre o capital monopolista e o imperialismo. O que diferencia, no entanto é o seu lugar na hierarquização conceitual de cada geração. Procuramos assim desmistificar a gênese das análises da dependência, mostrando como autores anteriores à terceira geração de estudos anteciparam a maioria dos conceitos e conclusões teóricas, geralmente atribuídas às “Teorias da Dependência”. Recusamos a idéia de “originalidade” das teses “dependentistas” como justificativa fundadora de tais correntes de pensamento.

2. Identificamos que o “fator determinante” do surgimento das “Teorias da Dependência” é fundamentalmente a *polêmica* com o campo nacional-desenvolvimentista, em suas versões cepalina, isebiana e comunista. Além de se constituir como fator determinante, esta polêmica se comporta como o único lastro comum realmente importante na definição de tais “teorias”. Em decorrência da condição de seu surgimento, estas análises não empreendem uma superação completa, ou mesmo contundente, ao marco anterior criticado, porque não criam a oportunidade de uma interpretação de larga duração perante o objetivo estudado. As “teorias da dependência” possuem, portanto, uma vigência limitada em termos de capacidade analítica; não implicando, cabe advertir, que a dependência, enquanto fenômeno tenha se

esvaecido, pelo contrário é um tema atual e de profunda importância nos debates sobre o desenvolvimento brasileiro recente.

3. Tal como foi realizada nossa caracterização do “pensamento político brasileiro”, permitiu-se concluir que a problemática da dependência é extremamente relevante para este campo de estudo. Contudo, as “teorias da dependência” se comportam de forma tensa em relação ao “pensamento político brasileiro”, em razão dos pressupostos que as fundamentam: a leitura da impossibilidade do desenvolvimento nacional e a própria rejeição da Nação como categoria relevante ao entendimento da dependência. Então, nos apresenta o seu dilema: se não há viabilidade nacional, então seria preciso modificar o entendimento do que vem a ser o “pensamento político brasileiro”. Identificamos o “desencontro” como *status* da relação. A possível razão das “teorias da dependência” nega a possibilidade de existência do um pensamento político brasileiro, nos termos que procuramos defini-lo.

4. Situamos as “Teorias da dependência” como manifestações de um “momento de transição” na vida política brasileira. O setor liberal destas “Teorias” oferece, positivamente, ao debate acadêmico e político o argumento democrático, como “as armas da crítica”, que aportam para o enfrentamento do Regime Militar. O setor socialista “dependentista”, como vasto desprendimento, apresenta a “crítica das armas” como caminho de superação do autoritarismo e da dependência. As duas propostas cobravam o preço da renúncia de um projeto de Nação.

5. A leitura fatalista de Cardoso, que não encontra saída para o desenvolvimento senão pela integração dependente e associada ao processo de internacionalização do capital e, o “essencialismo programático” de Marini, apoiado em uma leitura luxemburguesa da questão nacional, são exemplos típicos de uma “geração de estudos” que teve a capacidade crítica extremamente aguçada, ainda que pouco eficaz na promoção de uma abordagem que privilegiasse o conjunto das dimensões interpretativas. Em outras palavras, a co-determinação entre as análises políticas e econômicas no processo de apropriação do real. Consideramos que ambos apresentam tendências ao “*economicismo*”: Cardoso por reduzir a Ciência Política à análise da “conjuntura do poder”, sempre condicionada às determinações econômicas, seu pensamento é prisioneiro da “gaiola de ferro” da “racionalidade” capitalista, sendo, no entanto, liberal e democrática. A matriz interpretativa de Marini procura justificar o comportamento político das classes por mecanismos econômicos, como superexploração, intercâmbio desigual, subconsumo e tendência à estagnação, não atenta para a dimensão

política das relações de classes. Seu déficit no campo da análise política revela-se no salto que empreende entre as ataduras do econômico e o voluntarismo político típico da condição de cerco.

6. Soberania, democracia e desenvolvimento - tratados com excludentes, implícita ou explicitamente, nas “Teorias da Dependência”- são, a nosso ver, compatíveis e complementares. A democracia faz parte da questão nacional; nenhuma sociedade pode ser realmente democrática sem estar plenamente soberana. De outra forma, como determinado regime criará centros de decisões amplos e efetivos, apoiados na preferência de seus cidadãos, se ao mesmo tempo, se encontra constrangido por alguma força exterior? Da mesma maneira que, o desenvolvimento não responderá às demandas sociais se não possuir lastro democrático, sem ter a capacidade de absorver as reivindicações redistributivas das “maiorias”. A democracia desatenda da questão nacional, como proposta por Cardoso, será sempre uma democracia constrangida pelo mercado, limitada em sua capacidade de incluir no centro de decisões as classes sociais que ocupam posições desprivilegiadas nas relações mercantis.

7. A dissertação propôs um novo entendimento sobre a polêmica entre Marini e Cardoso, procurou aprofundar o conhecimento das “razões” que estruturam as diferentes matizes do “dependentismo”. No lugar de procurar a “verdade” destas “teorias”, com o objetivo de credenciar apenas um dos pólos da polêmica com “verdadeiro”, o caminho analítico escolhido foi outro, procurou-se a compreensão das matrizes normativas que compõe as “Teorias da Dependência”, como campo historicamente e politicamente determinável. Conclui-se que as “razões vitoriosas” de Cardoso, não podem ser entendidas como as “melhores razões”, mas as razões possíveis dentro da ordem social instituída (dependente). Marini, por sua vez, se contrapõe à ordem estabelecida, porém, por uma via estreita, não compatibilizando plenamente a questão nacional com o socialismo. O ponto de contato das razões em polêmica se manifesta em suas fraquezas, na resistência em conferir possibilidade do desenvolvimento nacional democrático.

8. O desenvolvimento dependente e associado e o regime democrático (sintético⁸⁸) prevaleceram ao fim da ditadura militar. Neste contexto, o papel do Estado é reconfigurado com o objetivo de oferecer respostas mais efetivas às necessidades do mercado. A democracia

⁸⁸ Utilizamos a expressão no sentido de destacar as limitações do regime que, mesmo possuindo elementos de participação da cidadania, ainda é limitado em seu alcance.

política nascente é limitada e apartada da democratização econômica. O nacional-desenvolvimentismo perde espaço na vida pública brasileira e - com ele, mesmo que temporariamente - as possibilidades de conciliação entre um projeto de Nação e as “reformas de base”. É estabelecido um novo padrão político, no qual, os partidos políticos constituídos no curso do processo de “redemocratização”, mesmos aqueles com pautas sociais avançadas, não assumiram a questão nacional como eixo articulador de seus programas. Todos estes elementos vieram a fortalecer as teses de Cardoso sobre as tendências da evolução política e econômica brasileira. Estas “razões vitoriosas” anunciaram o desencontro entre democracia, desenvolvimento e Nação que se materializou tragicamente no país. O aprofundamento da internacionalização do mercado interno, a liquidação de grandes parcelas da economia do setor público, o fortalecimento da orientação primário-exportadora, a prevalência de uma democracia de “baixa intensidade” são exemplos da reedição da dependência nos anos 80 e 90.

Porém, ao que tudo indica, uma outra vaga histórica se iniciou na última década.

A nova ordem mundial, aberta recentemente, oferece possibilidades alvissareiras para as nações periféricas, em especial aquelas que, como o Brasil, alcançaram um nível elevado de complexidade social e diversificação produtiva. A integração regional, a cooperação entre as nações do sul e o rearranjo da correlação de forças geopolíticas são exemplos de um contexto de mudanças, no qual a periferia capitalista comparece como um ator chave no curso da história presente e futura. No Brasil, o tema do desenvolvimento tem ganhado espaço relevante; há muito não se discutia o papel do Estado na orientação econômica e no combate às mazelas sociais que afligem setores extensos da sociedade brasileira. A questão nacional, mesmo que de forma ainda germinal, é reconduzida ao debate público, tem conquistado uma audiência interessada em localizar o papel do país perante seu povo e o mundo.

Evidentemente, este cenário não é eterno e imutável, está sujeito à ação das forças sociais e políticas. Resta saber se estas estão à altura dos desafios atuais. Estaremos diante de uma possibilidade de superação da dependência? Ou, estamos fadados a reeditar dos padrões de desenvolvimento dependentes e associados? É um debate em aberto, um destino em disputa, uma Nação em jogo.

As abordagens da dependência estudadas nesta dissertação e o novo contexto, mencionado acima, desafiam a Ciência Política a orientar suas atenções para os grandes temas brasileiros, atualmente pouco explorados e muitas vezes subestimados. A produção científica desta disciplina carece encontrar o seu lugar nestas interpretações, e a partir deste solo, colaborar para uma leitura da realidade presente. Sem rejeitar as contribuições externas, que

são patrimônio da humanidade, necessita constituir uma visão original, particular e generosa do Brasil e do mundo. A construção de uma tradição democrática nacional, e a teorização sobre a mesma, requer o domínio das particularidades da formação social e política do país, não contempladas em modelos exógenos. As significações da democracia e do desenvolvimento, em suas dimensões “universais”, somente são plenamente conhecidas, quando associadas ao entendimento do registro particular no qual estas categorias se manifestam. A nação é instância que confere materialidade e complexidade a tais problemas. Configura-se, portanto, com objeto irrenunciável da Ciência Política.

Não apresentamos a Nação como solução, mas como questão, como uma problemática aberta e geral à humanidade. O papel da questão nacional nunca foi tão universal, uma vez que o mundo nunca foi tão globalizado, tão conectado e tão cheio de muros. A falácia do fim das fronteiras encobre uma realidade diametralmente oposta; o fato é que algumas nações são mais soberana que outras. A globalização dos mercados (e dos capitais) em nada tem a ver com a integração dos povos. Obviamente, a livre mercado não se confunde com uma sociedade “livre” (ou, pelo menos, democrática).

Por fim, as reformas e revoluções são profundas quando capazes de unirem, em um só processo, as questões social, democrática e nacional. Tais transformações criam o registro específico de sua possibilidade, que está além da hegemonia do regime político instituído e do desenvolvimento dependente e associado. A autodeterminação dos povos, tida como ultrapassada, tanto pelos liberais, quanto por importantes setores da esquerda, está na ordem do dia. As reivindicações em defesa e ampliação dos bens públicos, do uso coletivo e racional dos recursos naturais, da edificação de políticas econômicas soberanas etc. são expressões atuais (e iniciais) da busca das “maiorias” por “autodeterminar-se”, nacionalmente, perante a internacionalização financeira. Neste curso, torna-se claro que as soluções nacionais não excluem a cooperação internacional, a articulação entre povos, a buscas por alternativas globais para os problemas da humanidade. As “razões vitoriosas”, que descreviam o rumo do desenvolvimento brasileiro subjugado pelas vontades da internacionalização monopólica, já mostram sinais de desgaste.

“Outras razões” são possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo Eduardo. Origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60. 2007. In: MORAES, J. Q (org.). *História do Marxismo no Brasil*, V. II Campinas: Ed. UNICAMP, 2007, pp.127 -186.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. 3º ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UNESP, 2009.

BAGÚ, Sérgio. *Economia de la sociedad colonial*. Buenos Aires, El Ateneo, 1949. In: LÖWY, Michel. *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2º ed. Amp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, pp. 250 - 253.

BARAN, Paul. *A Economia Política do Desenvolvimento*, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BASTOS, Elide Rugai. *Conversas com sociólogos brasileiros* (entrevista). São Paulo: Ed. 34, 2006.

BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação mundial e dependência*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BETTELHEIM, Charles. *Planificación y crecimiento acelerado*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1965.

_____. A problemática do “subdesenvolvimento”. 1962. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. 2º ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1973, pp.51-72.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 2º ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOTTOMORE, Tom (Editor). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. *A Revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. Trad. de Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991.

BUZETTO, Marcelo. *Nacionalismo e Questão Nacional: a esquerda e a luta antiimperialista*. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_marcelo.pdf . Acesso em 20/04/2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. O Estado na América Latina. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.). *O Estado na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 77-99.

_____. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes Ideologia do empresariado industrial Argentino e Brasileiro*. 2º ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2ª edição, 1978.

_____. *O Modelo Político Brasileiro*. 4º ed., São Paulo: Difel, 1979.

_____. & FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. 7º ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____. “As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento”. Petrópolis: Vozes, co-ed. CEBRAP, 1980.

_____. Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro. In: *Estudos Cebrap n°26*. Petrópolis: Vozes, 1980, pp. 169-193.

_____. Estado e Sociedade no Brasil (Notas preliminares). In: *Cadernos Cebrap n° 11*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1973.

_____. As tradições do desenvolvimento-associado In: *Cadernos Cebrap n° 8*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1974.

_____. & SERRA, José. As desventuras da Dialética da Dependência ,1978. In: *Estudos Cebrap n° 23*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1980, pp. 33-80.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1963.

_____. Alternativas políticas na América Latina (1971b). In: *O modelo político Brasileiro e outros ensaios*, 4º ed., Rio de Janeiro: Difel, 1979, p. 50-82

_____. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência. *Estudos Cebrap 11*. São Paulo: Cebrap, 1971.

_____. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência. *Cadernos Cebrap 11*. São Paulo: Cebrap, 1975.

COHN, Gabriel. “O ecletismo bem temperado”. In: D'INCAO, M. A. (org.). *O saber militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp, 1987.

CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo em América Latina*. México: Siglo Veintiuno, 1977.

EISENSTADT, Shmuel N. *Modernização e Mudança Social*, Belo Horizonte: Editora do Professor Ltda., 1968.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Zahar, 1972.

_____. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRANK, A. Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo em América Latina*. 2ªed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

_____. O Inimigo Imediato (1972). In: LÖWY, Michel. *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ªed. amp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. pp. 388-393.

_____. *Lumpen-burguesia: lumpen-desenvolvimento*. Porto: Portucalense Editora, 1971.

FREDERICO, Celso. Presença de Lukács na Política Cultural do PCB e na Universidade. 2007. In: MORAES, J. Q (org.). *História do Marxismo no Brasil*, V. II Campinas: Editora UNICAMP, 2007. pp. 187- 228.

FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1968.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

_____. *Dialética do Desenvolvimento*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Brasil: A construção Interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GOTO, Roberto. *Para ler Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Geração Editorial, 1998.

HAYA DE LA TORRE, Victor R. *El antimperialismo y el APRA*. 2ª ed. Santiago de Chile: Ercilla, 1936. Disponível em: <http://antimperialismo.tripod.com>. Acesso em: 31/04/2011.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

HUNT, E.K. *História do Pensamento Econômico: Uma perspectiva crítica*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

IANNI, Octavio. Populismo e classes subalternas. In. *Debate & Crítica*. São Paulo: Editora HUCITEC, Nº1, Julho-dezembro, 1973, pp. 07-17.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

INGROSSO, Marco. *Modelos socioeconômicos de interpretação de la realidad latinoamericana: de Mariátegui a Gunder Frank*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1973.

JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

LÊNIN, Vladimir I. O imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular), Petrogrado, [s.n], 1917. In : LÊNIN, V.I, *Obras escolhidas*, 2ªed., São Paulo: Alfa-Omega, 1982, Tomo 1, pp. 575-671.

_____. *Duas táticas da social democracia na Revolução Democrática*. São Paulo: Editora Livramento, 1975.

_____. *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987.

LÖWY, Michel. *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª ed. Amp., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Volumes I e II.

_____. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes. 1984.

_____. *Teoria da Dependência Revisada: Um balanço Crítico*. São Paulo: FGVSP, 1997. Disponível em: www.eaesp.fgvsp.br/AppData/GVPesquisa/P00187_1.pdf. Acesso em: 20/04/2011.

_____. *Conversas com economistas brasileiros II* (entrevista). São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. *Marxismo na Economia Brasileira*, 2007. In: MORAES, J. Q (org.). *História do Marxismo no Brasil*. V. II, Campinas: UNICAMP, 2007, pp. 103 e 125.

_____. & MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Socialismo Indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Lima: Almen Editores, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. A luta pela democracia. In: SADER, Emir (coord.). *Cadernos de Pensamento Crítico Latino- América*. São Paulo: Expressão Popular/ CLACSO, 2008, pp. 11-28.

_____. *América Latina: Dependência e Integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. Subdesenvolvimento e Revolução (1969). In: PERICÁS & BARSOTTI (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998, pp.113-126.

_____. Três tarefas da esquerda: socialismo, unidade e luta armada. *Correio da resistência*, n° 21, Chile, 1979. In: STEDILE, João Pedro & TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, pp. 137-180.

_____. El desarrollo industrial dependiente y la crisis del sistema de dominación. In: MARINI, R. M. *El reformismo y la contrarrevolución* (estúdios sobre Chile). México: Era, 1976.

_____. Dialética da dependência. (1973). 10° ed., México: Era, 1990. In: STEDILE, João Pedro & TRASPADINI, Roberta (orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 137 - 180.

_____. Socialismo e democracia (1993). In: STEDILE, João Pedro & TRASPADINI, Roberta (orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, pp. 207-219.

_____. As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra) (1978). In: SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência/ uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 167- 241.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935- 1956): notas para estudo. *Rev. hist.*, São Paulo, n. 146, jul. 2002 . Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092002000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10/03/2011.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Difel. 1982. Livro I.

_____. O Capital. Capítulo LII, tomo III. In: SANTOS, Theotônio dos. *O conceito de Classes Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1982. pp. 51-52.

MATHIAS, Gilberto & SALAMA, Pierre. *O Estado Superdesenvolvido: Ensaio sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MIGLIOTI, Jorge. Apresentação de Teoria da Dinâmica Econômica. 1984. In: KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MORAES, J. Q. de. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros, 2007. In: MORAES, J. Q (org.). *História do Marxismo no Brasil*, V. II. Campinas: UNICAMP, 2007, pp. 43-102.

MUNTEAL, Oswaldo. Ser ou não ser subdesenvolvido: a dialética da dependência e a história do Brasil. In: SADER, E. & SANTOS, T. (Coord.); MARTINS, C. E & VALENCIA, A. S. (Org.) *América Latina e os desafios da Globalização*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983.

NOVE, Alec. *A economia soviética*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 3º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Fernando Henrique Cardoso: O anti-dependentista. In: Secretaria do Planejamento e Gestão & Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. *Textos para Discussão FEE*. Porto Alegre: FEE, 2007.

PAULA, J.A. Caio Prado Jr. e o desenvolvimento econômico brasileiro. In: *Pesquisa & Debate*, São Paulo, volume 17, número 1 (29) pp. 1-19, 2006.

_____. A idéia de nação no século XIX e o marxismo. In: INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP, *Revista Estudos Avançados*, 22 (62), janeiro-abril 2008, pp.219-235.

PRADO JR. Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954.

_____. *A Revolução Brasileira*. 2º ed., São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *História e Desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 2º ed., São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *História Econômica do Brasil*. 47º reimp., São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23º ed., São Paulo: Brasiliense, 2007.

REIS, Fábio Wanderley. Notas sobre nação e o nacionalismo. In: INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP, *Revista Estudos Avançados*, 22 (62), São Paulo: janeiro-abril 2008, pp.161-169.

RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano?. In BARSOTTI, P. & PERICÁS. Luis B. (org.) *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã Editora, 1998, pp.55-76.

_____. *Celso Furtado e o pensamento social brasileiro*. Juiz de Fora: Gramsci e o Brasil, 2002. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv260.htm>. Acesso em 31/03/2011.

GUIMARÃES, Juarez. A Crítica à Razão Dualista e os impasses do republicanismo. (2003). In: RIZEK, C. S. & ROMÃO, W.M. (orgs.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, pp.123-132.

RODRIGUEZ, Otácvio. *“Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL”*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981.

_____. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 3ª edição, 1966.

ROXBOROUGH, Ian. *Teorias do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

SANTOS, Theotônio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

SCHUMPETER, Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1997.

SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Jr: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SWEEZY, Paul. *Capitalismo Moderno*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo. In: MORAES, J. Q (org.). *História do Marxismo no Brasil*, V. III Campinas: Editora UNICAMP, 2007, pp.299-336.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Teoria da Dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. Londrina: Práxis, 2008.

_____ & MARTINS, Carlos Eduardo. *A teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria*. São Paulo: PUCSP. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7_martins_sotelo.pdf , acesso em 20/04/2011.

WALLICH, H. Desenvolvimento periférico. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, 2ª edição, pp.36-50.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 5a. ed, 1982.

_____. *El Político y el Científico*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1980.

